



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Universidade Federal de Rio Grande
Instituto de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental



ANGELA TORMA PIETRO

A ECOLOGIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REDES DE PROTEÇÃO E UMA INTERVENÇÃO POSITIVA

RIO GRANDE – RS
2013

ANGELA TORMA PIETRO

**A ECOLOGIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS
E ADOLESCENTES: REDE DE PROTEÇÃO E
INTERVENÇÃO POSITIVA**

Tese apresentada à banca examinadora,
como exigência para obtenção do título de
doutora em Educação Ambiental no
Programa de Pós-Graduação em Educação
Ambiental, na Universidade Federal do Rio
Grande.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Angela Mattar Yunes

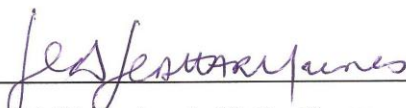
RIO GRANDE – RS
2013

P626e	<p>Pietro, Angela Torma</p> <p>A ecologia da violência sexual contra crianças e adolescentes: redes de proteção e uma intervenção positiva / Angela Torma Pietro. – 2013. 197 f.</p> <p>Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande – Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental.</p> <p>Orientadora: Dra. Maria Angela Mattar Yunes.</p> <p>1. Educação Ambiental 2. Ecologia da violência sexual 3. Redes de proteção 4. Intervenção positiva I. Yunes, Maria Angela Mattar. II. Título.</p> <p>CDU 504:37</p>
-------	---

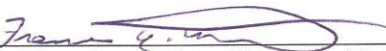
ANGELA TORMA PIETRO

***A ECOLOGIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA
CRIANÇAS E ADOLESCENTES: REDES DE PROTEÇÃO
E UMA INTERVENÇÃO POSITIVA***

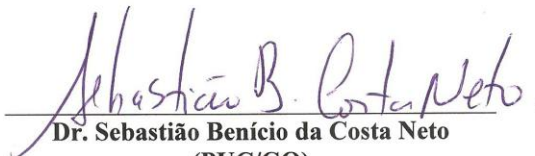
Tese aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Educação Ambiental no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Comissão de avaliação formada pelos professores.



**Dr^a. Maria Angela Mattar Yunes
(Orientadora FURG)**



**Dr. Francisco Quintanilha Veras Neto
(PPGEA/FURG)**



**Dr. Sebastião Benício da Costa Neto
(PUC/GO)**



**Dr^a. Débora Dalbosco Dell'Aglio
(UFRGS)**



**Dr^a. Narjara Mendes Garcia
(FURG)**

*Dedico este trabalho à minha filha Maria
Eduarda Torma Pietro que, apesar de tão
pequena, sempre me apoiou e incentivou, como
também ao meu esposo Geovane Feijó Pietro
pelo carinho e compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer ...

Em primeiro lugar quero agradecer a Deus por sempre guiar meus passos e iluminar o meu caminho, por ter me dado força e perseverança para chegar até ao final desta etapa.

Aos meus pais pela ajuda e pelo apoio, ao meu esposo Geovane e a minha filha Maria Eduarda pelo carinho e compreensão.

A minha irmã Rosana pelo incentivo, contribuição e carinho sempre desprendidos.

A minha querida orientadora e amiga Maria Angela, grande e verdadeira MESTRA, a quem admiro muito, por ser um grande exemplo de ser humano e de profissional. Agradeço pelo incentivo, carinho e dedicação em todos os momentos.

Quero agradecer as minhas amigas e companheiras de trabalho Narjara e Simone pelo carinho e amizade.

Quero agradecer também a equipe que contribuiu na coleta de dados deste trabalho, a querida Eliane, a Deise, a Márcia, a Ana Paula, a Daniele, a Fabiane, a Michele, a Fransuelem, a Jamile, a Queila, a Michele, Rosa, Morgani e a Suelen.

Aos profissionais da rede de atendimento que participaram deste estudo.

Agradeço ainda a Capes, pelo apoio financeiro.

Profissional, incondicionalmente

*Ser amigo da criança,
acreditar no que diz,
ter sempre muita esperança,
ser alegre e aprendiz.
Assumir o compromisso da verdade,
do amor e da justiça.
cultivar a lealdade,
ser sincero, por premissa.
Acolher.
Ouvir e acreditar.
Estudar e pesquisar
ser competente.
Crer.
E muito amar,
eternamente!
Este é o mandamento,
a base de toda ação
de quem tem por fundamento,
ser fiel ao coração!
Servir à causa da Criança
não apenas num momento,
mas para sempre
e com PAIXÃO!*

(Mariza Silveira Alberton, 2005, pg. 162).

RESUMO

A educação ambiental como espaço dialógico e reflexivo, constitui-se no campo ideal para refletir e preparar educadores para operar contra a violência sexual, tema complexo e crítico, que atinge milhares de vítimas no mundo todo, violando seus direitos enquanto seres humanos em desenvolvimento. Considerando a problemática proposta, o presente estudo tem como objetivos: 1.Mapear as instituições e o trabalho dos profissionais que atendem a criança, adolescente, as famílias vítimas de abuso sexual, bem como identificar os profissionais responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador, buscando compreender o atendimento em rede no município do Rio Grande;2. Elaborar e executar um Programa Piloto de Intervenção direcionado a buscar estratégias de prevenção para os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como contribuir para a formação de uma rede de atendimento eficaz e protetiva que tenha como prioridade o bem estar da criança e o adolescente vitimizado. A proposta foi realizada em duas diferentes etapas de acordo com os contextos a serem pesquisados, tendo por base teórica e metodológica a Bioecologia de Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Na primeira etapa participaram 422 profissionais atuantes na rede de atendimento do município do Rio Grande. A análise foi realizada com o suporte do Software QSR N-VIVO 9 que permitiu a análise qualitativa dos dados realizada sob os princípios da Teoria fundamentada nos dados. Os resultados desta primeira fase ressaltaram que o atendimento no município apresenta pouco ou nenhum diálogo entre os serviços e foi expressiva a porcentagem de omissões de respostas, caracterizando desconhecimento do fenômeno ou descomprometimento com a causa . Ademais, os profissionais das instituições revelaram previsões negativas e pessimistas sobre o futuro dos casos atendidos. Este fato implica na frequente revitimização da criança ou adolescente e justifica a necessidade de uma única linguagem para proteção dos envolvidos. A partir destes dados uma intervenção positiva foi elaborada e aplicada para sensibilizar os profissionais a definirem a responsabilidade de seus papéis diante dos casos de abuso sexual. Participaram da segunda fase 50 profissionais da rede de apoio. O programa foi executado em 8 (oito) módulos temáticos que seguiram uma organização lógica. Os mesmos seguiram os princípios de aplicação da metodologia dialógica e experiencial. Os agentes sociais mostraram alta satisfação com a sua participação e sugeriram a repetição do programa em outros contextos. O programa de intervenção mostrou-se eficaz para trazer acordo e comunicação na rede de atendimento, que a partir de mudanças efetivas pode transformar-se numa verdadeira rede de proteção que interrompe ou evita longas histórias de abuso sexual nas famílias.

Palavras-chave: Ecologia da Violência Sexual. Redes de Proteção. Intervenção Positiva. Educação Ambiental.

ABSTRACT

Environmental Education is a reflexive and dialogic space that constitutes the ideal field to prepare educators to work against sexual violence as a critical and complex issue which affects thousands of victims worldwide. It, violates their rights as human beings in development. Considering this problematic proposal, this study aims to: 1. Map the institutions and the work of professionals who deal with children, adolescents, families, all victims of sexual abuse, as well as identify the professionals responsible for blaming the abuser. It also seeks to understand the social network in Rio Grande and; 2. Develop and execute an Pilot Program of Intervention designed to seek strategies to prevent cases of sexual violence against children and adolescents, as well as to contribute to the formation of a network with protective and effective service that has as a priority the welfare of the child and adolescent victimized. The proposal was conducted in two different stages according to the contexts to be researched. -1. mapping the intersectoral network; 2. Development and execution of the Pilot Program of Psycho-educational intervention with professionals that receive and attend children / adolescents, families and offenders having as theoretical and methodological basis the Bioecology of Human Development of Urie Bronfenbrenner. The participants of the first phase were 422 professionals working in the service network of the city of Rio Grande. The analysis was conducted with the support of the Software QSR N-VIVO 9 that allowed the qualitative analysis carried out under the principles of Grounded-theory. The results of this first phase emphasized that the services have little or no dialogue between themselves and there was a significant percentage of omissions of responses, characterizing the non knowledge of the phenomenon or lack of commitment to the cause. Also, the professionals revealed negative predictions and pessimism about the future of the cases of abuse. This fact implies the frequent re-victimization of the child or adolescent and justifies the search for one language among the services in order to protect those involved. From these data a positive intervention was designed and implemented to sensitize professionals to define the responsibility of their roles in the cases of sexual abuse. At the second phase there were 50 professionals support network who participated of the program which was implemented in 8 (eight) thematic modules that followed a logical organization. They followed the principles of application of the dialogical and experiential methodology. The social agents showed high satisfaction with their participation and suggested repeating the program in other contexts. The intervention program was effective to bring agreement and a network communication service. Therefore, those changes can signify a real safety net that interrupts or prevents long histories of sexual abuse in families.

Keywords: Ecology of Sexual Violence. Protective Networks. Positive Intervention. Environmental Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<u>Figuras</u>	<i>Página</i>
Figura 1 – Principais instituições que atendem a criança/família/abusador.....	24
Figura 2 – Passos para uma denúncia protetiva na Escola.....	62
Figura 3 – Passos para uma denúncia protetiva no Posto de Saúde.....	79
Figura 4 – Notificação feita ao Conselho Tutelar.....	83
Figura 5 – Notificação feita ao DPPA.....	90
Figura 6 – Relação abusador/criança e/ou adolescente vitimizado.....	101

<u>Quadro</u>	<i>Página</i>
Quadro – Tipos Penais Definidos em Lei.....	33

LISTA DE TABELAS

	<i>Página</i>
Tabela 1 – Profissionais da área de Assistência Social.....	55
Tabela 2 – Profissionais da área da Educação.....	62
Tabela 3 – Encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de as.....	63
Tabela 4 – Dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho na área da Educação.....	66
Tabela 5 – Possibilidades de melhoria no atendimento à vítima no seu serviço na área da educação.....	68
Tabela 6 – Dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho das Entidades de Acolhimento Institucional.....	71
Tabela 7 – Encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de Abuso Sexual na área da Saúde.....	74
Tabela 8 – Dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho na área da Saúde.....	76
Tabela 9 Possibilidades de melhoria no atendimento à vítima no seu serviço na área da Saúde.....	77
Tabela 10 – Dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho na área de garantia dos direitos.....	85
Tabela 11 – Possibilidades de melhoria no atendimento à vítima no seu serviço na área de garantia dos direitos.....	86
Tabela 12 – Encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de AS na área de segurança Pública.	91
Tabela 13 – Dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho na área de segurança Pública.....	93
Tabela 14 – Possibilidades de melhoria no atendimento a vitima no seu serviço na área de segurança Pública.....	94
Tabela 15 – Participantes que não responderam.....	95
Tabela 16 – Indicadores de violência sexual.....	105
Tabela 17 – Sentimentos diante de uma criança e/ou adolescente vítima de violência sexual.....	111
Tabela 18 – Quem sofreu abuso sexual é visto como.....	113
Tabela 19 – Percepção em relação a família da vítima.....	114
Tabela 20 – Medidas de prevenção.....	115
Tabela 21 – Rede de Atendimento e/ou Rede de Proteção.....	126
Tabela 22 – Avaliação da atuação das instituições de acordo com os participantes.....	128
Tabela 23 – Desafios enfrentados pela rede de atendimento segundo os participantes.....	128
Tabela 24 – Avaliação Quantitativa dos Profissionais.....	140

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.	– Artigo
B.O.	– Boletim de Ocorrência
CECRIA	– Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
CEP/Rua	– Centro de Estudos Psicológicos sobre meninos e meninas de rua
CF	– Constituição Federal
CPB	– Código Penal Brasileiro
CPI	– Comissão Parlamentar de Inquérito
CREAS	– Centro de Referência Especializado em Assistência Social
CT	– Conselho Tutelar
DECA	– Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente
DML	– Departamento Médico Legal
DPPA	– Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento
EA	– Educação Ambiental
ECA	– Estatuto da Criança e do Adolescente
FURG	– Universidade Federal do Rio Grande
LACRI	– Laboratório de Estudos da Criança
NEAF	– Núcleo de Estudos e apoio a famílias
OMS	– Organização Mundial da Saúde
SEDH	– Secretaria Especial dos Direitos Humanos
URGS	– Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
INTRODUÇÃO.....	13
I – VISÃO ECOLÓGICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	18
1.1 Breve análise da violência como uma “realidade plural”	18
1.2 Complexidade da Violência Sexual: visão sistêmica e ecológica.....	21
1.3 Violência Sexual um CRIME PERVENSO contra a criança e o adolescente: modalidades e tipos penais.....	30
1.4 Rede de Proteção: Interconexões com a Educação Ambiental.....	43
II – CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	47
2.1 Da escolha dos procedimentos.....	47
2.2 Procedimentos.....	47
2.2.1 Formação da equipe de pesquisa.....	47
2.2.2 Inserção Ecológica.....	48
2.2.3 Aplicação dos Instrumentos.....	48
2.3. Participantes.....	49
2.4. Análise dos dados.....	51
2.5. Forma de Monitoramento e Segurança dos Dados.....	52
2.6. Procedimentos éticos.....	52
III – ATENDIMENTO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.....	53
3.1. Assistência Social.....	54
3.2. Educação.....	58
3.3. Entidades de acolhimento institucional.....	69
3.4. Saúde.....	72
3.5. Garantia de direitos.....	80
3.6. Jurídica.....	86
3.7. Segurança pública.....	89
IV – ECOLOGIA DO ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE.....	96
4.1. Percepções acerca do abuso sexual.....	100
4.2. Indicadores de violência sexual na percepção dos participantes.....	104
4.3. Consequências da violência sexual na vida da criança e do adolescente.....	107
4.4. Sentimentos dos profissionais diante de uma criança/adolescente que sofre/sofreu abuso sexual.....	111
4.5. A visão dos profissionais sobre a vítima de abuso sexual.....	112
4.6. A percepção dos profissionais em relação a família da vítima.....	114
4.7. Medidas de prevenção que poderiam ser tomadas nos casos de abuso sexual.....	115

SUMÁRIO (continuação)

Página

4.8. Conhecimento dos profissionais acerca de leis que protegem criança e/ou adolescente.....	116
4.9. Órgãos que devem atuar nos casos de violência sexual contra a criança e/ou adolescente.....	117
4.10. Há uma Rede efetiva de atendimento?.....	117
V – PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PSICOEDUCACIONAL: REFLEXÃO E DIÁLOGO SOBRE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: POR UMA AÇÃO INTEGRADA NO TERRITÓRIO.....	122
5.1. Condições de aplicação do Programa.....	125
5.2. Desenvolvimento e metodologia de aplicação dos módulos.....	129
5.3. Sobre os Planos de Intervenção elaborados pelos participantes.....	135
5.4. Avaliação do programa pelos participantes.....	139
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS.....	148
APÊNDICE A – Tabela de perfil institucional.....	157
APÊNDICE B – Listagem de escolas e espaços não formais de educação..	159
APÊNDICE C – Modelo de questionário com profissionais da escola.....	168
APÊNDICE D – Modelo de questionário com profissionais.....	173
APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido (primeira fase)	178
APÊNDICE F – Termo de consentimento livre e esclarecido (programa de intervenção).....	180
APÊNDICE G – Lista das escolas que participaram do estudo.....	182
APÊNDICE H – Instrumento de pré-teste (programa de intervenção).....	184
APÊNDICE I – Apostila.....	186
APÊNDICE J – Roteiro para o plano de intervenção.....	196
APÊNDICE K – Avaliação do programa.....	197

INTRODUÇÃO

A educação ambiental é um espaço dialógico e reflexivo que promove a construção de valores sociais positivos, permeado por atitudes e competências que levam o indivíduo a repensar o meio em que vive buscando mudá-lo, conservá-lo e transformá-lo em contextos que promovam uma maior qualidade de vida para todos nós seres humanos (LOUREIRO, 2004; CARVALHO, 2001). Desta forma, constitui-se no campo ideal para refletir e preparar educadores para operar contra a violência sexual, tema complexo e crítico, que atinge milhares de vítimas no mundo todo, violando seus direitos enquanto seres humanos em desenvolvimento.

A violência sexual é um problema social que envolve uma complexidade teórica e metodológica, tanto do ponto de vista científico quanto legal (AZEVEDO; GUERRA, 1995a e 1995b; COHEN, 1993; GUERRA, 1998; GROSMAN; MESTERMAN, 1998) especialmente por tratar-se de um aspecto que ainda permanece oculto no seio familiar (AZEVEDO; GUERRA, 1989, 1995a e 1995b; FALEIROS, 2005; COHEN, 1993; GUERRA, 1998). Neste sentido, o educador social necessita refletir sobre as suas causas e inter-relações dentro de uma perspectiva sistêmica de múltiplos contextos.

Pensar a violência contra a criança e/ou adolescentes, sempre me angustiou, mas seguramente estes sentimentos foram se transformando em lutas em prol da defesa dos seus direitos e principalmente pela garantia de maior proteção dentro da rede de atendimento do município onde resido. Certamente, as soluções não são imediatas, mas caminhos devem ser trilhados. Penso que através do diálogo e da potencialização das relações interdisciplinares será possível repensar e formar uma Rede de Proteção à criança e ao adolescente. Não basta a aplicação da lei é preciso entender os contextos sociais onde estas serão aplicadas, conhecer mais sobre os indivíduos, refletir sobre as situações de vulnerabilidade que atingem nossas crianças e adolescentes e sem dúvida, sobre as influências das relações familiares.

Estas inquietações foram se fortificando com meu ingresso junto ao CEP RUA/ FURG e ao NEAF. Quando comecei a desenvolver meu primeiro estudo junto às instituições de abrigo, busquei conhecer o funcionamento e a realidade que assombra inúmeras crianças e adolescentes institucionalizados no nosso município. A inserção neste contexto me levou a conhecer e a falar pela primeira vez com uma vítima de abuso sexual. Este contato despertou sentimentos que até hoje busco

compreender: Como era possível um adulto machucar de uma forma tão abrupta uma menininha tão pequena e sem nenhum traço de mulher? Por quê? Comecei então a intensificar meus estudos sobre a problemática da violência sexual contra crianças e/ou adolescentes. O primeiro resultado foi a realização da minha monografia de conclusão de curso de Bacharel em Direito: “O Abuso sexual e a Destituição do Poder Familiar”. Constatei que se tratava de um assunto complexo e com números nacionais alarmantes; segundo dados da UNICEF¹, cerca de 64% dos casos de abuso sexual, notificados e informados, são praticados por familiares e contra crianças de até 6 anos (UNICEF, 2010). Passei a investigar os casos de crianças que sofreram abuso sexual na cidade do Rio Grande, assim como, as formas de atendimento oferecidas a estas crianças/adolescentes através das relações entre os diferentes sistemas de influência no desenvolvimento humano.

Mantive a consciência de que a violência intra e extrafamiliar são graves fenômenos, e que persistem pela ineficiência de Políticas Públicas e de práticas de educação, prevenção e intervenção. Outro fator perpetuador é a cumplicidade dos envolvidos: o medo da vítima de ser punida e o silêncio do cuidador (a) não abusivo, dos irmãos, dos vizinhos, dos professores, etc. O abuso sexual contra crianças/adolescentes é uma das formas de violência doméstica mais cruel, que envolve relações de poder, coação e/ou sedução, pois é praticado muitas vezes sem o uso da força e sem deixar marcas visíveis (AZEVEDO; GUERRA, 1995a, 1995b, 1989).

Para aprofundar meus estudos e refletir sobre possíveis alternativas, ingressei no Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental por sentir-me comprometida com as questões sócio-ecológico-ambientais. Inicialmente pensei em seguir trabalhando com as instituições de abrigo, porém mais um desafio apareceu: trabalhar com estas questões no ambiente escolar. Esta experiência teve início com minha participação no projeto de Pesquisa: “As interações e as práticas sociais e pedagógicas: olhares, discursos e fazeres no contexto educativo” (PROAPP – projeto financiado pela Fapergs). Este estudo me levou a buscar compreensão sobre o abuso sexual intra/extrafamiliar contra crianças e adolescentes a partir da análise de suas expressões e consequências no ambiente escolar, pesquisa/intervenção que desenvolvi durante meu mestrado, intitulada: “A denúncia de abuso sexual no

¹UNICEF. Infância e adolescência no Brasil. 2010.

ambiente escolar: O estudo de uma proposta de intervenção para professores do ensino fundamental” (PIETRO, 2007). Procuramos questionar como se dá (ou não se dá) a denúncia de casos de abuso sexual intra/extrafamiliar neste contexto, pelas ações de diretores, professores e funcionários. O objetivo último deste trabalho foi, portanto, desenvolver um programa de atendimento aos professores do primeiro e segundo ano do ensino fundamental no que tange à sua obrigação ético-moral e de proteção da criança e dele mesmo, em casos de violência sexual de seus alunos. (PIETRO, 2007). O programa foi desenvolvido para um pequeno grupo, e além de analisar e intervir nas práticas educativas diante de situações de violência sexual, almejou definir o papel do professor nestas situações. Pode-se perceber quão eficaz foi a aplicação do Programa de Intervenção por proporcionar aos professores momentos de diálogo e conhecimento sobre o tema e alternativas de prevenção para aquele microssistema (PIETRO; YUNES, 2008). Tendo em vista, a divulgação dos resultados obtidos com a primeira aplicação, fomos convidados a aplicar o Programa de Intervenção em outra escola do município. Respeitamos os passos metodológicos aplicados, realizando num primeiro momento um diagnóstico daquele ambiente escolar, tendo em vista que o programa não poderia simplesmente ser repetido. Era preciso compreender as necessidades, as dificuldades e principalmente as representações da escola em relação ao tema. A aplicação da segunda versão do Programa de Intervenção ampliou o universo de pesquisa, possibilitou desenvolver novas ações que incluíam os alunos da escola. Durante esta segunda versão do Programa de Intervenção, deparei-me com um caso de abuso dentro do ambiente da escola. Aconteceu quando uma docente buscou a orientação da nossa equipe por suspeitar que uma aluna houvesse sido vítima de abuso sexual praticado pelo pai. A escola fez a denúncia da forma esperada, porém foi a atuação inadequada de profissionais da rede de atendimento que não conseguiu proteger a criança vitimizada. Ocorreram inúmeras condutas desconectadas que acabaram colocando em dúvida a palavra da criança e desrespeitando aquela que deveria ser protegida. Passei então a pensar nos acontecimentos pós denúncia, bem como na atuação dos profissionais, e das instituições após a revelação. Estas inquietações me levaram a ingressar no Doutorado em Educação Ambiental onde voltei os meus estudos para pensar a possibilidade/necessidade de uma Rede de Proteção para tratar estes casos. As questões que passaram a nortear meus estudos foram: Quais são as questões

sócio-ecológico-ambientais que estão envolvidas nesta modalidade de violência? Quais são os setores que constituem a rede intersetorial? Quem faz parte e como opera (mecanismos e processos) a rede de atendimento? Que estratégias de prevenção podem ser pensadas? Qual o papel do educador sócio-ambiental, nestes casos?

Atualmente, no nosso município, o que presenciamos são ações isoladas e fragmentadas que não são suficientes para proteger todos os envolvidos, sejam eles crianças/adolescentes vitimizados, familiares ou também os abusadores. Infelizmente, perdura ainda, na nossa sociedade, a cultura do silêncio e da omissão que reforça a impunidade e a perpetuação velada desta modalidade de violência (AZEVEDO; GUERRA, 1995a, 1995b; GUERRA, 1998).

Minhas hipóteses de pesquisa que levaram a elaboração deste estudo foram:

- a) A violência sexual é um tema complexo e que exige um atendimento que visa a proteção da criança e do adolescente. Desta forma, o município do Rio Grande necessita de um trabalho que tenha como principal foco a criança e/ou adolescente vitimizado e seus direitos, e
- b) Ausência de uma rede de atendimento protetiva para os casos de abuso sexual praticados contra a criança e /ou adolescente.

Assim, considerando a problemática proposta, o presente estudo encontra-se dividido em dois grandes momentos. São objetivos gerais desta pesquisa:

- Mapear as instituições e mapear o trabalho dos profissionais que atendem a criança, adolescente, as famílias vítimas de abuso sexual, bem como identificar os profissionais responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador, buscando compreender o atendimento em rede no município do Rio Grande. Esta primeira etapa pretende proporcionar uma visão do atendimento de todas as instituições envolvidas, suas atuações e possibilidades de interlocuções, com o propósito de construção de uma rede de proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

- Elaborar e executar um Programa Piloto de Intervenção direcionado a buscar estratégias de prevenção para os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como contribuir para a formação de uma rede de atendimento eficaz e protetiva que tenha como prioridade a criança e o adolescente vitimizado. Serão propostos eixos temáticos, derivados da análise do mapeamento realizado

durante a primeira etapa. Uma proposta semelhante foi desenvolvida por Pietro (2007) em uma escola de ensino fundamental junto a professores da rede pública e os resultados foram positivos.

Os capítulos foram organizados da seguinte forma:

No primeiro capítulo serão abordados os arcaouços teóricos que sustentaram esta pesquisa. No segundo capítulo traçaremos os aspectos metodológicos necessários para que o estudo pudesse ser concretizado. A primeira fase do estudo será apresentada nos capítulos 3 e 4.

No terceiro capítulo apresentam-se as análises e teorizações do atendimento no município do Rio Grande, levando em consideração as especificidades de cada área e/ou setor de atendimento. Para tanto os serviços foram organizados em 7 (sete) grandes áreas e são elas: Assistência Social; Educação; Entidades de Acolhimento Institucional; Saúde; Garantia de Direitos; Jurídica e Segurança Pública.

O quarto capítulo, também dedicado às análises da primeira fase apresenta um estudo da ecologia do atendimento tomando por base as falas do total de participantes da primeira fase, ou seja, dos 422 profissionais.

O quinto e último capítulo procura delinear um Programa Piloto de Intervenção Psicoeducacional intitulado: Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: por uma ação integrada no território.

Nas discussões finais serão apresentadas as reflexões sobre os dados e a constatação na integra das hipóteses iniciais deste estudo. Convido a todos para a leitura deste estudo que significou muito para mim e que espero que possa provocar algumas, mesmo que singelas, transformações sociais ...

I – VISÃO ECOLÓGICA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

1.1 BREVE ANÁLISE DA VIOLÊNCIA COMO UMA “REALIDADE PLURAL”

Toda a história da humanidade foi permeada por momentos de paz, guerra e violência, muitas vezes legitimada pelos ditames sociais de cada momento histórico. Para evitar o “caos” foram arregimentadas convenções sociais (contrato social) que representaram limites para os cidadãos, Estados e instituições. (MARSHALL, 1967; SANTOS, 1988). Desta forma, viver em sociedade implica seguir normas pré-estabelecidas, que condicionam o indivíduo a determinadas formas de conduta, onde a violência surge como resultado da sua violação. Assim, para pensar o fenômeno da violência sexual, propomos uma breve reflexão acerca da violência, em termos gerais.

O termo “violência” deriva do latim *violentia* que deriva de *vis*, vigor, força. (CHAUÍ, 1998) empregada para definir ações agressivas, movidas sob emoção ou raiva de um objeto ou pessoa. Apesar de estar presente em todas as culturas não pode ser considerada como uma característica inata do homem, mas como um fenômeno social e histórico, uma construção social (SANTOS, 1999). No que se refere às contribuições de alguns pensadores do século XVII e XVIII acerca da natureza do homem, temos primeiramente que Thomas Hobbes (1997) defendia a ideia de que o homem na sua natureza era predisposto à guerra, motivado pela desconfiança e por se sentir superior em relação aos seus semelhantes. Porém, seus argumentos e concepções em relação ao homem e ao Estado estavam ligadas à situação inglesa do século XVII, período de disputas incessantes pelo poder levando à guerra civil de 1642 (HOBBS, 1997). Na sequência, John Locke (1989) defendia que os homens em Estado de Natureza são livres e podem usar da sua liberdade para ordenar suas atitudes, mas sujeitos às leis da natureza (LOCKE, 1989). Jean-Jacques Rosseau (1991) defendia que os seres humanos no seu estado de natureza eram naturalmente bons e as atitudes más eram fruto da civilização corrompida, ou seja, eram adquiridas através do convívio social e construídas historicamente (ROSSEAU, 1991). Através desta brevíssima exposição do pensamento sobre a natureza humana, poder-se-ia concluir que o homem não é

mau por natureza, suas ações são determinadas a partir do momento histórico e social que vive. Assim, o homem através do convívio social, da interação com os outros indivíduos, pode manifestar todos os tipos de sentimentos e comportamentos sejam estes bons ou maus (MONTAGU, 1978). Segundo Montagu (1978):

o desafio que encontramos como sociedade, então, não se limita a encontrar uma única e simplificada explicação de por que um homem mata o outro, mas sim descobrir por que, em circunstâncias similares, um homem mata, o outro socorre, e outro finge que não viu nada (MONTAGU, 1978, p. 16).

Assim, não é possível um conceito generalista para o termo violência, pois isto significaria simplificar e fragmentar seu verdadeiro significado, desconsiderando a complexidade das relações do homem com o meio em que vive. Segundo Waiselfisz (1998)

não existe uma violência, mas uma multiplicidade de manifestações de atos violentos, cujas significações devem ser analisadas a partir das normas, das condições e dos contextos sociais, variando de um período histórico a outro (WASELFISZ, 1998, p. 144-145).

Não podemos deixar de fazer a distinção do termo “delinquência” que muito a ela é associado, assim como da própria violência estrutural que é legitimada pelo poder do Estado, que através da força (se necessário) busca manter e impor suas regras. Esta violência é compreendida como necessária e normal. Segundo Silva (2010) a violência estrutural:

Trata-se do uso da força, não necessariamente física (ainda que não se abdique dela quando necessário), capaz de impor simultaneamente regras, valores e propostas, quase sempre consideradas naturais, normais e necessárias, que fazem parte da essência da ordem burguesa, ou seja, formam sua natureza. A violência estrutural se materializa envolvendo, ao mesmo tempo, a base econômica por onde se organiza o modelo societário (a estrutura) e sua sustentação ideológica (a superestrutura) (SILVA, 2010).

Significa que é comum associar a violência a ações e práticas cometidas pelos chamados “bandidos”; “assassinos” os “fora da lei”, mas é perfeitamente aceito e naturalizado os policiais invadirem as favelas e cometerem atrocidades com a prerrogativa de estarem garantindo a ordem e a segurança pública. Só é questionada esta ação repressiva do Estado quando “uma bala perdida” atinge um inocente. Cumpre destacar, também, situações de violência física, que implicam

ações perceptíveis na realidade corpórea. Mesmo vista por alguns grupos dentro da normalidade ou naturalizada pelas relações cotidianas, esta vem sendo abolida por vários países. Como exemplo, podemos citar: a “Lei antipalmadas”² que já existe em cerca de 30 países, dentre eles: a Suécia; Portugal; Uruguai; Costa Rica; Espanha; Venezuela; Grécia; Alemanha, Israel, Dinamarca e Nova Zelândia. No Brasil, vem sendo rigorosamente discutido um projeto de Lei que proíbe toda e qualquer forma de punição física. Não podemos deixar de citar ainda a violência simbólica que apesar de menos perceptível no contexto social, apresenta efeitos nocivos naqueles que a vivenciam, seja através de situações que geram constrangimentos, ameaças; exploração de fatos seja pela negação de informações ou toda e qualquer forma de humilhação.

Desta forma, percebemos quando é difícil buscar uma única definição para o termo violência. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define violência como sendo:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2002, p. 1-42).

Na ótica de Hannah Arendt (1985) a violência é a *‘falta de poder legítimo’*, de autoridade, é o exercício de um poder que não se pratica de forma legitimada, socialmente estabelecida pelas normas do respeito mútuo (ARENDT, 1985; FALEIROS, 2005). Minayo e Souza (1997/1998) afirmam que:

a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual (Minayo e Souza, p. 513, 1997/1998).

As autoras deixam claro que apesar de uma definição geral é preciso “falar de violências, pois se trata de uma realidade plural, diferenciada, cujas especificidades necessitam ser conhecidas” (MINAYO; SOUZA, 1997/1998, p. 513,).

Nesta percepção, a violência doméstica ou intrafamiliar deve ser entendida como uma expressão da pluralidade de violências. E, da mesma forma, definir esta modalidade de violência, também não é uma tarefa fácil: não basta resumir àquela que ocorre no *lôcus* familiar, pois está também associada às dimensões sociais e

² Fontes: CBC News; Global Initiative to End All Corporal Punishment of Children

históricas de cada sociedade. Está ainda aliada ao abuso de poder, ao uso da força física, às categorias de classe, gênero e raça/etnia, sexualidade, economia, psicologia. Buscamos em Azevedo; Guerra (1995b) uma compreensão acerca do fenômeno, segundo as autoras a violência doméstica constitui-se em:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de ser tratados como sujeitos e pessoas em condição peculiar de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 1995b, p. 36).

A partir desta definição, percebemos as diversas expressões de violência doméstica, sejam elas: negligência; física, psicológica e a sexual. Estudaremos a partir de agora a violência sexual, a partir de uma perspectiva sistêmica e como um fenômeno complexo.

1.2 COMPLEXIDADE DA VIOLÊNCIA SEXUAL VISÃO SISTÊMICA E ECOLÓGICA

A violência sexual não se dá de forma legitimada, mas sim pela imposição e pode ser exercida pela negação ou pela ameaça à vítima (FALEIROS, 2005). É uma modalidade de violência que pode deixar marcas profundas no desenvolvimento da criança e do (a) adolescente vitimizado (a). Azevedo; Guerra (1989) definem violência sexual como:

Todo o ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (AZEVEDO; GUERRA, 1989, p. 42).

Esta definição denota a complexidade de um tema que envolve dimensões históricas; culturais (etnia, gênero e raça); sociais (relações familiares e convívio na sociedade); econômicas (relacionada a perda do provedor quando ocorre a revelação); sexuais (sedução e culpabilização); poder (força física e segredo) e ainda psicológicas (relacionadas ao medo e ao trauma gerado por esta modalidade de violência) (FALEIROS, 2005). Não é possível compreender a violência sexual a

partir de um único aspecto, por isso a percebemos como um fenômeno complexo. Segundo Morin (2002, p.14) “existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes”. Neste sentido, Assmann (1998) nos diz que:

O conceito de complexidade não pode ficar prisioneiro do senso comum no qual o termo funciona como uma espécie de curinga verbal para aludir a coisas complicadas. Como ruptura epistemológica em relação à razão calculante do cientificismo moderno, a teoria da complexidade se refere sobretudo àquela característica básica de muitas situações, acontecimentos e processos que faz com que não possam ser analisados pela somatória de todas as análises parceladas de todos os seus componentes ou ingredientes. (ASSMANN, 1998, p. 148).

Dentro desta visão, não é possível entender a violência sexual de forma isolada e fragmentada. É preciso compreender todas as dimensões a ela associadas. Desta forma usaremos os conceitos de Bronfenbrenner (1979/1996), para enfatizar que o todo “macrossistêmico” afeta de forma significativa o microssistema familiar e estabelece inter-relações com os demais microssistemas por onde a criança transita. Para Morin (2002):

O desenvolvimento da aptidão para contextualizar tende a produzir a emergência de um pensamento “ecologizante”, no sentido em que situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente – cultural, social, econômico, político e, é claro natural. (MORIN, 2002, p. 24-25).

Assim, a complexidade neste caso é exatamente no sentido de buscar uma abordagem que abandone o reducionismo da ação multidisciplinar que se dá nos casos de abuso sexual. É preciso priorizar um trabalho inter-transdisciplinar onde a proteção integral à vítima esteja acima das questões relacionadas ao processo legal e da punição do abusador.

No que se refere às responsabilidades sociais neste tema, existem artigos e definições no campo legal que visam a dar proteção à infância e à juventude. A Magna Carta de 1988 dispõe no art. 227 caput e art. 227 § 4º:

ART. 227 CF: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

ART. 227, § 4º CF: A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente. (BRASIL, 2006, p. 98)

Estes preceitos se reforçam no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, Lei n. 8069/1990) cujo artigo 5º preconiza:

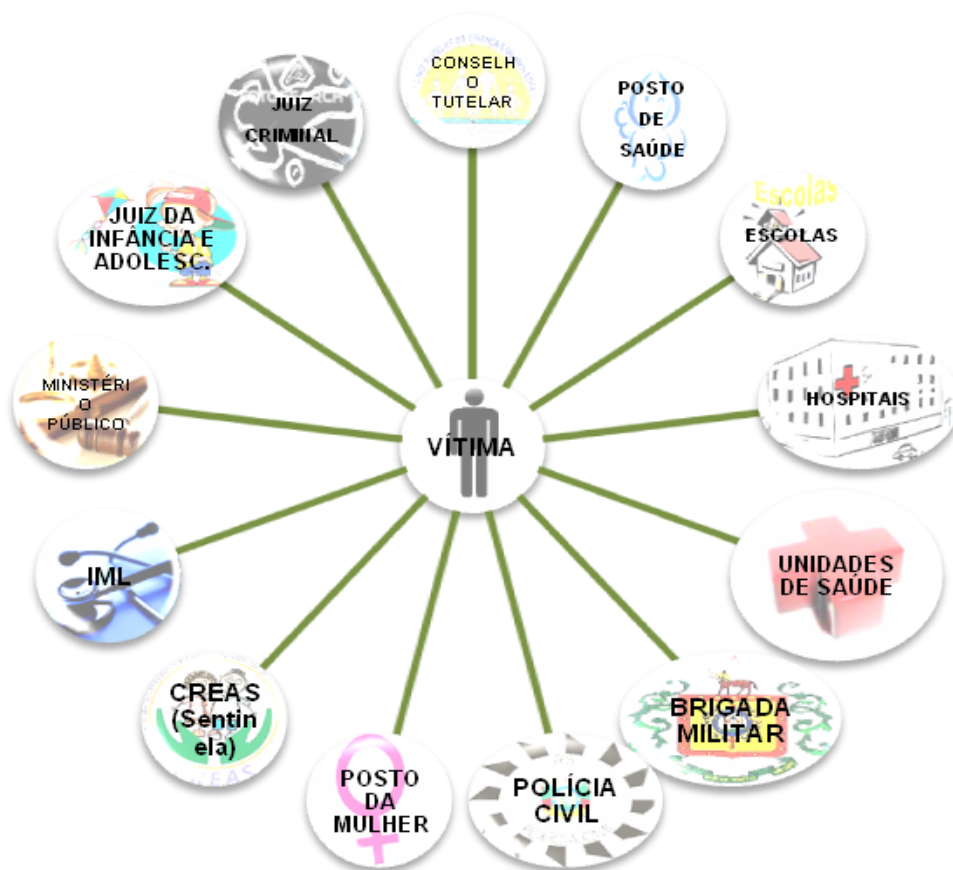
Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 2010a, p.1).

Algumas categorias de profissionais devem estar especialmente preparadas para estas funções, pois além de seus papéis sociais lhes colocarem frente a frente com estas ocorrências, a legislação os obriga a efetuar a denúncia sob risco de punição administrativa se não o fizerem. Conforme o art. 245 do ECA (BRASIL, 2010), estarão sujeitos a multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, os médicos, professores ou responsáveis por estabelecimento de atenção à saúde e educação, que deixarem de comunicar aos órgãos competentes os casos de abuso e maus tratos contra crianças e adolescentes.

O desconhecimento do seu papel, enquanto profissional e da importância de um trabalho conjunto e interdisciplinar potencializa o trauma causado pela violência. Para tanto, é necessário percorrer os caminhos ou as portas de entrada para a denúncia, bem como compreender quais são os mecanismos e aportes feitos pelos diversos profissionais que acabam atendendo a vítima, a família e o abusador.

A figura 1 abaixo denota uma estimativa do elevado número de instituições que podem atuar nos casos de abuso sexual. Na maioria delas, a criança e/ou adolescente é obrigado a relatar a situação que vivenciou fazendo com que a mesma reviva a violência, o que pode levar a uma revitimização da vítima na tentativa de se punir o abusador.

Figura 1 – Principais instituições que atendem a criança/família/abusador



Fonte: Dados da Pesquisa.

Neste sentido, uma visão sistêmica desta modalidade de violência permitiria um trabalho em rede, no qual todos os profissionais envolvidos tivessem como objetivo a proteção integral da vítima através de um trabalho dialógico e comprometido. O que mais preocupa nos casos de abuso sexual é que em geral as vítimas convivem muito frequentemente por tempo indeterminado com as situações de risco. Neste caso, a situação de risco é compreendida pelo conjunto de eventos e processos negativos que se apresentam na vida da pessoa em desenvolvimento aumentando a probabilidade de ocorrerem problemas físicos, sociais e emocionais (YUNES; SZYMANSKI, 2005; YUNES, MIRANDA; CUELLO, 2004). No caso da violência intrafamiliar, o risco não está fora de casa, pois

elas presenciam diariamente, em seu ambiente familiar, os atos violentos e hostis que, certamente, agem contra a sua natureza e têm influência deletéria em seu desenvolvimento (KOLLER; DI ANTONI, 2004, p. 294).

Para contrapor-se aos mecanismos de risco que esta grave questão suscita, é preciso gerar fatores de proteção que transformem esta situação. Se a família é responsável por expor a criança à violência, cabe aos demais microssistemas que formam a rede de atendimento social, por exemplo, a escola ou o posto de saúde, atuar de forma protetiva para impedir que o abuso perdure.

Neste entendimento, citamos a abordagem bioecológica e o suporte teórico e metodológico através dos pressupostos conceituais do modelo Bioecológico de desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER, 1979/1996; BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998). Esta tem sido uma referência para a compreensão das complexidades do tema abuso sexual, pois privilegia os processos proximais, ou seja, as propriedades das relações e as interações das pessoas em desenvolvimento em seus múltiplos contextos (BRONFENBRENNER, 1979/1996; YUNES, MIRANDA; CUELLO, 2004). A atualização do modelo ecológico em bioecológico (BRONFENBRENNER, 1996; BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998) trouxe para discussão com maior profundidade as características das pessoas e priorizou os estudos sobre os processos proximais primários, definidos como as interações dinâmicas progressivamente mais complexas entre organismos e contextos. Assim, a compreensão sistêmica das questões desenvolvimentais se dão a partir de quatro dimensões inter-relacionadas: a pessoa, os processos, o contexto e o tempo (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998).

Focar a pessoa significa estudar o conjunto de aspectos de personalidade do indivíduo, a sua capacidade de explorar o ambiente, estruturando e reestruturando-o (KOLLER, 1998). Neste trabalho, as pessoas são: as crianças e adolescentes vítimas que precisam ser protegidos e os abusadores, os familiares, os profissionais e demais implicados de vários sistemas ecológicos que também precisam ser cuidados além dos pesquisadores. Os processos referem-se aos motores do desenvolvimento humano, os vínculos entre os contextos e as pessoas, os processos de interações, suas atividades diárias e papéis experimentados. O tempo refere-se não só aos intervalos de tempo no cotidiano das pessoas, mas suas histórias de vida, suas experiências passadas e projeções futuras, bem como o momento histórico pesquisado. O contexto, no qual vive a criança vítima de abuso sexual (e qualquer outra criança) compreende uma variedade de espaços, desde a família, escola, vizinhança até a mais ampla conjuntura social.

Estes ambientes são concebidos por Bronfenbrenner (1979/1996) como uma série de estruturas encaixadas uma dentro das outras da seguinte forma: microssistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. Um microssistema é definido como “um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas” (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18). Portanto, refere-se ao ambiente no qual o indivíduo estabelece relações face-a-face assumindo papéis e interagindo pessoalmente. A família, a escola e a instituição são exemplos de microssistemas. O mesossistema refere-se ao conjunto de relações entre dois ou mais microssistemas nos quais a pessoa em desenvolvimento participa de maneira ativa (as relações família-escola, por exemplo). O exossistema compreende aquelas estruturas sociais formais e informais que, mesmo que não contenham a pessoa em desenvolvimento, influenciam e delimitam o que acontece no ambiente mais próximo (a família extensa, as condições e as experiências de trabalho dos adultos e da família, as amizades, a vizinhança). E por último, o macrosistema é o sistema mais distante do indivíduo, e inclui os valores culturais, as crenças, as situações e acontecimentos históricos que definem a comunidade onde os outros três sistemas estão inseridos e que podem afetá-los (estereótipos e preconceitos de determinadas sociedades, períodos de grave situação econômica dos países, a globalização).

Muitos pesquisadores buscaram compreender o fenômeno do abuso sexual, realizando diversos estudos sobre a dinâmica do abuso nas famílias e participação das vítimas antes e após a revelação (PELISOLI, TEODORO; DELL’AGLIO, 2007; PELOSOLI, 2008; FINKELHOR, 1994; SANTOS, 2007; PINCOLINI, 2007), sobre os abusadores e processos criminais (MOURA, 2007; SILVA, 2007; SOUSA; CARVALHO, 2007), com as famílias após o término do processo judicial de culpabilização do abusador (PINCOLINI, 2007), bem como sobre o atendimento da vítima (HABIGZANG *et al.*, 2005; MARQUES; MAIO, 2007; PELISOLI, 2008). Porém, apesar das contribuições, ainda persiste a carência de estudos que possam dar uma visão globalizada do atendimento e que busque pensar a efetivação de uma rede de proteção para a criança e o adolescente vitimizado que tenha como foco a criança e/ou adolescente e a garantia dos seus direitos fundamentais estipulados no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Pensando nas questões macrossistêmicas temos que alguns fatores sociais como miséria e desemprego têm sido apontados como responsáveis pela ocorrência do abuso sexual. Estes, no entanto, não podem ser considerados determinantes, pois se pode constatar abuso sexual em famílias onde não existem estes indicadores. Assim, a violência sexual, no Brasil (e em outros lugares do mundo), não é um fenômeno restrito às camadas populares, mas envolve pessoas de todas as classes sociais, de diversos credos e áreas profissionais (MARTINS, 1998; BORBA, 2008). Há quem diga que é um dos “fenômenos humanos mais democráticos”³, pois atravessa todas as camadas sociais, etnias, crenças e culturas. Atinge na sua maior expressão, vítimas do sexo feminino (HABIGZANG *et al.*, 2005), mas os meninos também são vítimas de violência sexual.

A Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (ABRAPIA), através do número telefônico (0800)990500, monitorou e tratou estatisticamente denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, atingindo as 27 unidades federativas do país. O último relatório, disponível via Internet, apresenta um perfil das vítimas de abuso sexual, no período de fevereiro de 1997 a janeiro de 2003 (última atualização) e foram quantificadas 1565 denúncias. No que tange ao sexo das vítimas: 17,06% são do sexo masculino, 76, 17% são do sexo feminino, 6,26% são denunciadas como feminino e masculino e 0,51% não informaram. E ainda, tanto meninas quanto meninos abusados na mesma denúncia são 6,27%. As meninas são as vítimas mais frequentes, sendo mais comum o incesto pai/filha que tem analogia com o próprio padrão cultural da sociedade patriarcal, na qual a mulher, a despeito das conquistas femininas ainda é vista como objeto sexual. No item faixa etária: de 12 a 18 anos 47,80%, de 8 a 11 anos 18,47%, diversas idades 14,57%, menor de 8 anos 18,21%, e não informado 0,96%. A gravidade desta realidade se vê acrescida se for considerada a idade da criança/adolescente. É possível observar que os adolescentes são as maiores vítimas, porém em muitos casos o abuso pode ter tido início na infância o que gera uma grande preocupação onde quase 20% das crianças são menores de 8 anos (ABRAPIA, 2003).

Quanto ao perfil dos abusadores temos que das 1565 denúncias, 90,10% são do sexo masculino, 4,47% do sexo feminino, tanto homens quanto mulheres

³ Depoimento no filme “Canto de Cicatriz” (CHAFFE, 2005).

conjuntamente 4,92% e não informado 0,51%. No que diz respeito ao vínculo do agressor com a vítima de abuso sexual, os dados revelam que nos casos de violência intrafamiliar, o pai e o padrasto aparecem em primeiro lugar: Namorado (a) da vítima 3,25%; Namorado da mãe 2,56%; Namorada do pai 0,10%; Irmão 4,64%; Irmã 0,10%; Avó 0,59%; Avô 3,16%; Mãe 6,60%; Padrasto 23,37%; Madrasta 0,49%; Pai 36,39%; Primo 2,76%; Prima 0,10%; Companheiro (a) 1,08%; Tio 9,07%; Tia 0,59%; Tio-avô 0,49%; Outros 4,24%; Não informado 0,10% (ABRAPIA, 2003).

A partir do ano de 2003, a responsabilidade do Disque Denúncia Nacional, Disque 100, passou a ser de responsabilidade do Poder Executivo, reafirmando o compromisso do Governo Federal ao combate à Violência e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Atualmente é coordenado e executado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH), em parceria com a Petróleo Brasileiro S.A (Petrobras) e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria).

A Dra. Maria Amélia de Azevedo, Coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI - USP) supervisiona uma coleta de dados de Equipes de Telealunos do Telelacri, que pesquisam a violência doméstica contra crianças e adolescentes desde 1996, no Brasil. Segundo a pesquisa nos anos de 1996 a 2003 foram notificados, cerca de 8670 casos; destes, 6.496 das vítimas eram do sexo feminino e somente 1536 eram do sexo masculino e 633 não informaram.

Membros do CEP-RUA-UFRGS (Centro de Estudos Psicológicos de Meninos e Meninas de rua da UFRGS) realizaram uma análise em processos de casos denunciados de violência sexual ajuizados pelas Promotorias Especializadas na Infância e na Juventude de Porto Alegre, entre os anos de 1992 e 1998, contando com 94 vítimas. Destas, 80,9% eram do sexo feminino, enquanto que apenas 19,1% do sexo masculino. Quanto a idade de início dos abusos foram encontradas divididas em três faixas etárias: 10,6% das crianças apresentavam idade entre 2 e 5 anos, 36,2% destas tinham entre 5 e 10 anos e 19,1% tinham entre 10 e 12 anos. A maioria das crianças (26,6%) freqüentava o ensino fundamental no início das agressões (HABIGZANG *et al.*, 2005).

Um outro levantamento de dados, junto a 241 processos criminais das 1ª. e 2ª. Varas da Infância e da Juventude de Porto Alegre, que utilizaram a metodologia do Depoimento sem Dano entre os anos de 2003 e 2007, revelou que 96% dos acusados eram do sexo masculino, e 53% dos casos foi de abuso sexual

intrafamiliar praticados por pessoas pertencentes ao núcleo familiar da criança e/ou adolescente vitimizado. Um dado relevante apresentado na pesquisa foi quanto ao desfecho no qual em 48,5% dos processos os acusados foram condenados e o tempo médio de tramitação do processo foi de aproximadamente 2 (dois) anos, sendo que o período dos inquéritos policiais variaram de caso para caso (PINCOLINI, 2007). Percebemos, desta forma, que a criança e/ou adolescente vitimizado acaba transitando durante muito tempo nos diversos serviços profissionais após a revelação do ato abusivo e esse fato deveria ser (re)pensado pelos profissionais.

Apesar dos dados, temos que levar em conta que as taxas de ocorrência reais são ainda maiores do que as apresentadas, já que grande parte das crianças/adolescentes vítimas de abuso sexual não são reconhecidas. A UNICEF (2002) estima que 75 a 80% dos casos de abuso sexual não são denunciados. Isto se dá em virtude dos sentimentos de culpa, vergonha, medo e tolerância da vítima e daqueles que são conhecedores de casos de abuso (FALEIROS, 2003). No tocante a denúncia, Faleiros (2003) alega que:

A denúncia é uma das questões cruciais para o enfrentamento das situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como para elucidação de todo e qualquer crime. Implica em pessoas dispostas a correr riscos e romper com o pacto de silêncio que alimenta a impunidade e desprotege as vítimas (p. 138).

Assim, podemos dizer que a proteção da criança/adolescente depende do conhecimento da violência pelos órgãos competentes através da denúncia: o Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário e a Delegacia de Polícia. Após este conhecimento deve persistir a aplicação da política de proteção integral a criança e o adolescente, de forma consciente e mais que profissional – HUMANA. Esta deveria ser a maior preocupação de todos!

1.3 VIOLÊNCIA SEXUAL UM CRIME PERVERSO CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE: MODALIDADES E TIPOS PENAIIS

As modalidades de abuso sexual cometidas contra crianças e adolescente têm diversas formas de expressão que vão além da agressão física e psicológica. A depender dos elementos que integram as singularidades de cada situação, temos formas de abuso sexual que podem ser tão ou mais nocivas do que a relação sexual em si. São as seguintes: a *exploração sexual*: a produção e comercialização de materiais pornográficos com exposição de crianças e ou adolescentes (revistas, fotos, filmes e vídeos, etc.), a troca e venda de material publicitário de conotação sexual na Internet, o tráfico de crianças ou adolescentes para outras cidades ou países com propósitos sexuais e as práticas sexuais mediante formas de pagamento; o *voyeurismo* que versa na observação de atos ou de órgãos sexuais de outra pessoa; o *exibicionismo* que é a exposição intencional a uma criança de seus genitais com a intenção de chocar a vítima; os *telefonemas obscenos* que podem ocorrer quando um adulto gera ansiedade em crianças ou adolescentes com discursos sexualizados através de comunicação pelo telefone; o *abuso sexual verbal* que se refere às conversas abertas sobre atividades sexuais incompatíveis com o desenvolvimento cognitivo e sexuais de crianças e adolescentes. Podem ocorrer ainda: a *exposição de vídeos pornográficos*; o *assédio sexual* que são propostas de contato sexual numa posição de poder em relação a vítima, que é chantageada com ameaças, tentativas de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e anal e o *sadismo* ou abuso sexual incluindo flagelação, torturas e surras.

Como vimos a violência sexual contra a criança e o adolescente pode se manifestar de diversas formas, mas para que possa ser considerada como **um crime**, em termos jurídicos, é preciso compreender como ela é vista no direito penal. Na verdade um crime é definido a partir do entendimento de uma sociedade sobre uma conduta compreendida como ilícita e merecedora de um maior ou menor rigor punitivo. Esta motivação faz com que o legislador crie as leis (através das figuras típicas) que atentam a este anseio social, sempre aplicada a casos concretos (FOUCAULT, 2002; NUCCI, 2006). Para esclarecer melhor vamos abordar de forma sucinta os três prismas apontados pelo direito ao conceito de crime: a) material: sob o ponto de vista material é a visão da sociedade sobre o que deve ser considerado proibido, mediante a aplicação de uma sanção penal; b) formal: diz respeito a

concepção do direito sobre o delito. Ou seja, uma “conduta proibida por lei, sob ameaça de aplicação de pena, numa visão legislativa do fenômeno” (NUCCI, p. 117, 2006); c) analítica: semelhante a visão formal é a concepção da ciência do direito, como uma conduta típica, antijurídica e culpável (TOLEDO, 1994; FRAGOSO, 1962; ZAFFARONI, 1988; BITENCOURT, 2003). Sendo a culpabilidade compreendida ao mesmo tempo como o grau de censura do fato e também do seu autor, assim como um fundamento e limite da pena a ser aplicada (NUCCI, 2006).

É importante ressaltar que o direito penal tem evoluído juntamente com a história da humanidade, sendo a ele incumbido de defender a coletividade e promover a paz (JESUS, 1999; LOPES, 1996; ZAFFARONI; PIARANGELI, 1999). A fase da vingança privada: “Olho por olho, dente por dente”, também aplicada no código de Hamurabi, em muitos preceitos da Bíblia Sagrada e na Lei das XII Tábuas, é deixada para trás, chegando-se a uma fase humanitária, onde o homem quer conhecer a justiça. Percorrendo a história do Direito Penal no Brasil, temos que o primeiro código penal data de 1603: o livro V das Ordenações do Rei Filipe II fundamentado basicamente em preceitos religiosos, sendo o crime confundido com o pecado, nesta época, as penas eram cruéis e perversas: morte, torturas, fogo (GILISSEN, 1995)

Com a Proclamação da Independência, a Constituição de 1824 previa a construção de uma nova lei penal e foi criado o Código Criminal do Império, em 1830⁴. Este fazia referência aos crimes sexuais, porém estes eram tratados como “Dos crimes contra a segurança da honra”. Tratava, mais precisamente, da prática do crime de estupro, considerando também penas para a prática de atos libidinosos, mais tarde denominado, crime de atentado violento ao pudor. Porém, estes crimes tinham suas penas suspensas caso o ofensor casasse com a vítima, tendo em vista que a honra era o bem jurídico a ser protegido.

É interessante observar que caso o crime fosse cometido por um parente não era admitido a dispensa para o casamento, sendo aplicada a pena de degredo⁵ para outra província por um período que poderia chegar a seis anos. Esta nova lei trouxe

⁴ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm>.

⁵ O degredo significava o afastamento compulsório do autor do crime do seu contexto social, poderia ser por um período determinado ou por toda a sua vida. Era uma pena imposta para quem cometia crimes graves na época.

a individualização da pena, mas tratava as pessoas de forma desigual, sobretudo os escravos.

Com a república foi criado o Código Criminal da República, em 1890⁶. Neste, os crimes sexuais eram denominados: “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade da famílias e do ultraje publico ao pudor” abordando os crimes de: estupro, atentado violento ao pudor, rapto, lenocínio, adultério e ultraje público ao pudor. Esta lei foi considerada mal sistematizada, sofrendo muitas criticas que deram origem a inúmeras outras leis com o intuito de remendá-la. Houve muitos problemas na sua aplicação, dando origem, ainda de forma precária, à Consolidação das Leis Penais que desde 1932 vigorou até 1940, ano em que foi promulgado o Código Penal de 1940, que, no entanto, somente começou a vigorar em 1942. Considerada uma obra eclética e harmônica que sofreu e ainda sofre alterações, estas necessárias para acompanhar o homem e a época em que vive. Esta jornada histórica, mas uma vez se fez necessária para que chegássemos a Lei 12.015/2009 que alterou significativamente o Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940); alterou também, o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revogou a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. A expressão “*crime contra os costumes*” era empregada no Código de 1940, utilizada com o fim de incriminar as condutas que iam contra a moral pública sexual. Foi modificada pela Lei nº. 12.015, de 07 de agosto de 2009 que utilizou a expressão “crimes contra a dignidade sexual”, demonstrando que o real bem jurídico a ser protegido é a dignidade sexual de todo ser humano. Estas alterações revelam as influências do momento histórico e social e sua repercussão na legislação. Também motivada pelo “caos” social relacionado aos números divulgados pela CPI da Pedofilia que teve início em 25/03/2008 sendo prorrogada até 11/11/2010.

No que se refere aos aspectos e definições legais, relacionadas aos crimes sexuais, a tabela abaixo apresenta um resumo dos tipos penais definidos em lei, falaremos especificamente de cada um mais adiante:

⁶ Disponível em: <http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/DEC20a.html>.

Quadro – Tipos Penais Definidos em Lei

TIPO PENAL	CAPITULAÇÃO	PENA CAPUT
Estupro (Nova Lei – 12.015/2009)	CP. Art. 213	Reclusão de 6 a 10 anos
Estupro de Vulnerável	CP. Art. 217-A	Reclusão de 8 a 15 anos
Violação Sexual mediante fraude (Nova Lei – 12.015/2009)	CP. Art. 215	Reclusão de 2 a 6 anos
Corrupção de Menores	CP. Art. 218	Reclusão de 2 a 5 anos
Satisfação de Lascívia mediante presença de criança e/ou adolescente	CP. 218 A	Reclusão de 2 a 4 anos
Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável	CP. Art. 228, B	Reclusão de 4 a 10 anos
Mediação para Servir a lascívia de outrem	CP. Art. 227	Reclusão de 1 a 3 anos
Tortura	Lei 9.455/97	Reclusão de 2 a 8 anos
Maus tratos, opressão ou abuso sexual	CP. Art. 136 ECA, Art. 130	Reclusão de 1 a 4 anos (lesão corporal de natureza grave) Afastamento do agressor
Produção de representação pornográfica, utilizando criança ou adolescente	ECA, Art. 240	Reclusão de 1 a 4 anos e multa
Fotografar ou publicar cena de sexo envolvendo criança ou adolescente	ECA, Art. 241	Reclusão de 1 a 4 anos

Fonte: Dados da Pesquisa.

O Quadro demonstra um número representativo de condutas típicas relacionadas a delitos sexuais, que foram se moldando às concepções atuais da modernidade. Porém, o que irá determinar a indicação do crime será a sua aplicação ao caso concreto. Na área legal a conduta delituosa deve estar perfeitamente de acordo com a descrição apresentada no caput do artigo, somente sendo possível a condenação se o conjunto probatório não deixar a menor dúvida da materialidade do fato e da sua autoria.

Por exemplo, o crime de estupro, antes da lei 12.015/2009, possuía como figura típica: “constranger mulher à conjunção carnal, mediante violência ou grave

ameaça” (art: 213 do CPB, BRASIL, 2006, p. 217). No caso, o núcleo do tipo é “constranger” que significa coagir, forçar, cercear a liberdade do outro, tendo como finalidade a conjunção carnal. É um crime cujo sujeito ativo – aquele que pratica o fato descrito na norma penal incriminadora - só pode ser o homem e aqui devemos incluir até o marido, namorado ou companheiro, uma vez que a mulher não constitui objeto sexual e pode opor-se aos desejos de outros para relações sexuais. Segundo Nucci:

não é crível que no atual estágio da sociedade, inexistindo naturalidade no relacionamento sexual de um casal, tenha o homem o direito de subjugar a mulher à conjunção carnal, com o emprego de violência ou grave ameaça, somente porque o direito civil assegura a ambos o débito conjugal (NUCCI, 2006, p. 816).

Nestes termos deve prevalecer o direito à incolumidade física e à liberdade sexual de todo ser humano. Porém, o homem não poderia ser sujeito passivo, não era possível sofrer um “estupro”, com a Lei n. 12.015/2009 o crime de estupro passou a ter a seguinte descrição: Art. 213: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso”. Na verdade, o que o legislador fez foi unir dois crimes, o crime de estupro e o crime Atentado Violento ao pudor, passando a tratar como uma única figura típica. A partir desta lei o homem passa também a sofrer estupro, passando a ser correto a descrição de que o “homem e/ou o menino foi estuprado”.

Foram também alterações importantes: a criação do tipo Violação sexual mediante fraude; o crime de Assédio sexual teve a pena aumentada em até um terço se a vítima for menor de 18 (dezoito) anos. (Art. 216-A § 2º CP). E ainda, um grande avanço foi o capítulo II que dispõe: “Dos crimes sexuais contra vulnerável”. Considerado o Vulnerável o menor de 14 (quatorze) anos. Esta idade é entendida como a idade mínima para o consentimento. Foi criado especificamente o crime: Estupro de vulnerável: Art. 217-A. “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos”. Tendo um aumento significativo da pena que passa a ser de Reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. Acrescenta o § 1º “Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência”. Demonstrando um maior cuidado para crianças e adolescentes que possuem algum

tipo de enfermidade. As penas para estes crimes podem chegar a até 30 anos se resultar em morte.

O crime de corrupção de menores passa a ter uma nova descrição: “Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem”. Sendo criado ainda os crimes: de Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente “Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem”. Foi também criada a figura típica: Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável:

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone.

Dentro deste entendimento, ainda ressaltamos que o legislador ainda não esta de acordo com a posição da literatura que não concorda com o termo “prostituição infantil”, entendendo que a criança e o adolescente é sempre explorado, sexualmente, não tendo condições psicológicas de decidir em ser ou não uma prostituta ou um garoto de programa. (DAVIDSON; TAYLOR, 2008). Para Davidson; Taylor “supondo que as crianças passivas, dependentes, vulneráveis e incapazes de escolher o caminho da prostituição, as crianças que vendem sexo devem ter sido diretamente forçadas a fazê-lo por um ou mais adultos” (p. 121). Assim, o uso desta nomenclatura “prostituição infantil” coloca a vítima num papel responsável pelo crime e isso é inaceitável.

Alterando também o artigo 228 que passa a descrever o crime de Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual “Art.228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone”. Neste delito foi acrescentado o § 1º como uma situação de agravante da pena:

Se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.

Passando a uma pena inicial de reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos. O que demonstra um grande repúdio social no que tange a exploração sexual praticada pelos responsáveis.

O Estatuto da Criança e do Adolescente também teve acréscimo do artigo: “Art. 244-B Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la”. (BRASIL, 2010, p. 1) como também os § 1º “Incorre nas penas previstas no caput deste artigo quem pratica as condutas ali tipificadas utilizando-se de quaisquer meios eletrônicos, inclusive salas de bate-papo da internet” (BRASIL, 2010, p. 1). Este dispõe dos crimes praticados pela internet.

A Lei de Crimes Hediondos teve como alteração a nova tipificação do crime de estupro e foi acrescentado o crime de estupro de vulnerável no rol de crimes hediondos.

Cumprе salientar que todos estes crimes constituem tipos penais que possuem como elemento subjetivo o dolo, ou seja, a vontade consciente do ato praticado, (NUCCI, 2006) bem como exigem prova de materialidade e de autoria. Fato este que acaba por dificultar o deslinde dos casos, tendo em vista que muitos dos crimes sexuais se prolongam no tempo e acabam por não deixar vestígios.

Quando a conduta típica deixa vestígios e existe uma prova legal e evidência médica, a criança pode ser protegida de imediato, conforme apresenta Furniss (1993):

Evidências médicas e forenses inequívocas são não apenas úteis ao processo legal e de proteção à criança, mas também possuem um grande valor terapêutico. Poder confrontar o abusador com provas inequívocas de abuso sexual e com evidências factuais, poupa a criança de testemunhar e de fazer declarações legalmente conclusivas. Também faz com seja impossível que o abusador, a criança ou qualquer outro membro da família retire novamente a acusação sob a pressão psicológica que segue a revelação inicial. (FURNISS, 1993, p. 205).

Porém, a dificuldade de aplicar a lei está no caso concreto, nos casos de estupros ocorridos no recôndito do lar e com continuidade, apresentam dificuldades na produção de provas. Geralmente não há testemunhas e muitas vezes a única prova existente é a palavra da vítima. Neste caso, “existe a possibilidade de condenação, mas devem ser considerados todos os aspectos que constituem a personalidade da(o) ofendida(o), seus hábitos, seu relacionamento anterior com o agente” (NUCCI, 2006, p. 819) o que torna o fenômeno ainda mais complexo na sua compreensão. Vejamos a compreensão do tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, com uma breve análise das ementas dos acórdãos abaixo:

EMENTA: PROVA. CRIME CONTRA OS COSTUMES. PALAVRA DA VÍTIMA. ADOLESCENTE. VALOR. Como se tem decidido, nos crimes contra os costumes, cometidos às escondidas, a palavra da vítima assume especial relevo, pois, via de regra, é a única. O fato dela (vítima) ser uma adolescente, quase criança na época do delito, não impede o reconhecimento do valor de seu depoimento. Se suas palavras se mostram consistentes, despidas de senões, servem elas como prova bastante para a condenação do agente. No caso, as declarações da menor informam e convencem sobre o abuso sexual do qual foi vítima. Seus depoimentos se mostraram seguros a respeito, imputando ao recorrente a prática de estupro. DECISÃO: Apelo defensivo desprovido. Unânime. (APELAÇÃO CRIME Nº 70008468563, OITAVA CÂMARA CRIMINAL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: SYLVIO BAPTISTA NETO, JULGADO EM 16/06/2004).

EMENTA: APELAÇÃO CRIME. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. Materialidade e autoria comprovadas. Palavra da vítima. Nos delitos contra a liberdade sexual, de regra cometidos sem a presença de testemunhas e sem deixar vestígios físicos ou visíveis, a palavra da vítima é merecedora de especial valor pelo magistrado, que, obviamente, deverá estar atento à existência de motivos para falsa imputação, cotejando depoimentos e analisando cada caso. Na hipótese dos autos, os relatos da vítima são coerentes e a versão apresentada desde a comunicação de ocorrência do delito foi a mesma, não restando demonstrada qualquer razão para a vítima acusar falsamente o réu. Veredicto condenatório mantido. Apenamento. Pena-base reduzida. Compensação. Reincidência com a atenuante da maioridade - réu com 70 anos na data da sentença. Conforme a redação do artigo 67 do Código Penal, a reincidência e as circunstâncias que resultam da personalidade do agente são igualmente consideradas preponderantes, como a menoridade, estando autorizada a compensação. Tentativa. Reconhecimento. O réu foi impedido de consumir o crime em razão da atuação da mãe da vítima que, ao perceber o que se passava, avançou contra ele. Pena reduzida. Recurso parcialmente provido. Voto vencido. (Apelação Crime Nº 70037096179, Sétima Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Alberto Etcheverry, Julgado em 29/07/2010)

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO CONSUMADO. MATERIALIDADE É AUTORIA COMPROVADAS. CONDENAÇÃO MANTIDA. APENAMENTO MANTIDO. 1. A palavra da vítima, assessorada pela prova técnica e fotografias são suficientes para a condenação do acusado, que não foi capaz de demonstrar a sua negativa de autoria. 2. Tendo sido a pena-base estabelecida afastada do mínimo legal por conta de duas moduladoras do artigo 59 do Código Penal consideradas desfavoráveis - em especial a dos antecedentes, pois o acusado é reincidente -, inviável maior desbordamento da sanção. À UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AOS RECURSOS, CONFIRMANDO A SENTENÇA CONDENATÓRIA PROFERIDA EM PRIMEIRO GRAU, NOS SEUS EXATOS TERMOS E POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

(Apelação Crime Nº 70036120210, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mario Rocha Lopes Filho, Julgado em 12/08/2010)

Em todos os casos, acima destacados, não restou dúvida da materialidade e autoria dos fatos, percebemos a importância da palavra da vítima estar em perfeita sintonia com as demais provas apresentadas no processo. Vejamos outras decisões:

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PALAVRA DA VÍTIMA. NECESSIDADE DE HARMONIA COM O CONTEXTO PROBATÓRIO. ESTADO DE INOCÊNCIA DO RÉU. NECESSIDADE DE PROVA EMPÍRICA QUE LEGITIME A CONDENAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO DA AUTORIA OU DA MATERIALIDADE DO DELITO. TIPICIDADE FORMAL E MATERIAL E ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO NÃO PREENCHIDOS. ABSOLVIÇÃO. Nulidade do processo por inobservância ao artigo 212 do Código Processo Penal. Inocorrência. O magistrado, apesar das reformas, não está impedido, incapacitado ou proibido de perguntar ao réu, à vítima ou às testemunhas. A inversão imposta pelo artigo 212, não lhe impede de, se achar necessário, indagar das testemunhas, questioná-las. Não há limitação. Apenas entendeu o legislador de protrair o momento do questionamento judicial, facultando-lhe a inquirição "sobre pontos não esclarecidos". Palavra da vítima. Nos crimes contra a liberdade sexual, a palavra da vítima adquire considerável importância, desde que derivada de credibilidade e coerência que a mantenha harmônica e coesa ao cotejo com o contexto probatório. Sistema acusatório e estado de inocência do réu. No sistema acusatório adotado pela Constituição da República, a verificabilidade ou refutabilidade das hipóteses acusatórias e a necessidade de prova empírica vinculam a atividade jurisdicional. Vale dizer, em virtude do princípio do estado de inocência, cabe à acusação comprovar, empiricamente, a culpa do réu, para que se revista de legitimidade o édito condenatório. Ausência de prova apta à condenação. A análise probatória não permite condenar o denunciado pelo delito de estupro. Inexistência de elemento robusto que comprove a autoria e materialidade do delito, a configuração da tipicidade formal e material e o elemento subjetivo do tipo específico, consistente na finalidade de obter conjunção carnal, satisfazendo a lascívia. À UNANIMIDADE, REJEITARAM A PRELIMINAR E, NO MÉRITO, DERAM PROVIMENTO AO APELO DEFENSIVO PARA ABSOLVER O RÉU R.P.D. DA IMPUTAÇÃO DO ARTIGO 217-A DO CÓDIGO PENAL, COM FUNDAMENTO NO ARTIGO 386, INCISO VII DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA, SE POR AL NÃO ESTIVER PRESO. (Apelação Crime Nº 70037187499, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mario Rocha Lopes Filho, Julgado em 09/09/2010)

EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. ESTUPRO. INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. Tratando-se de crime contra a dignidade sexual, é certo que a palavra da vítima prepondera sobre a do réu. Contudo, a informação a respeito do fato deve ser coerente e encontrar respaldo no restante da prova produzida. No caso, diversas testemunhas trazidas ao feito afirmaram a existência de relacionamento amoroso entre réu e vítima. Referiram que agressor e ofendida foram vistos, por mais de uma vez, em atitudes típicas de casal. O fato envolve, ainda, questões familiares, pois a vítima, conforme relata em seu depoimento, referiu a existência de desavenças entre seu padrasto e o réu, sendo que, em determinado momento de sua oitiva, refere-se ao acusado como "carniça, vagabundo, desgraçado". Portanto, resta evidente a existência de relações sexuais entre a vítima e o réu. No entanto, o que não foi devidamente comprovado é o constrangimento, indispensável à configuração do delito. Assim, na ausência de prova robusta a dar suporte ao decreto condenatório, impera a absolvição, nos termos do artigo 386, III, do CPP, até mesmo porque o Direito Penal não se compadece com meras ilações ou conjecturas para a imposição de pena. À UNANIMIDADE, NEGARAM PROVIMENTO AO APELO MINISTERIAL, MANTENDO A ABSOLVIÇÃO DE RUDINEI BECKEL DA IMPUTAÇÃO CONTIDA NA DENÚNCIA, COM FULCRO NO ARTIGO 386, INCISO III, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. (Apelação Crime Nº 70037025277, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mario Rocha Lopes Filho, Julgado em 09/09/2010)

EMENTA: APELAÇÃO CRIME. DELITO CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL. PROVA. PENA. 1. O apelante foi acusado de abusar sexualmente da sobrinha de sua companheira. Estes consistiam em passar a mão pelo corpo da ofendida e apertar as suas nádegas. Ademais, em certa oportunidade, teria sido flagrado pela genitora da menor, com o zíper da calça aberto. O denunciado, ainda, teria tirado, em outra oportunidade, a calcinha da ofendida e colocado os dedos em sua vagina. 2. A prova produzida nos autos deixa dúvidas do que realmente ocorreu na noite do dia 23/08/2008, pois a vítima, ao depor em juízo, negou que o acusado tivesse tentado passar a mão em suas nádegas e seios, ou que tivesse tentado beijá-la. Assim, não poderia a mãe da vítima ter presenciado algo que não ocorreu, ou seja, não poderia ter presenciado um fato negado pela própria ofendida. Mas não é só isso. Na avaliação psicológica a mãe da vítima referiu, expressamente, não ter flagrado o abuso; apenas presumiu o que poderia ocorrer (ofendida estava somente de calcinha e camiseta por ter saído do banho, dirigindo-se a um cômodo da casa, na companhia do imputado). O pai da ofendida, também presente no flagrante, não presenciou a situação de abuso. Por fim, o acusado, segundo uma testemunha usava calça de abrigo. 3. Também não há certeza quanto a segunda situação de abuso relatado na denúncia, restando a palavra da vítima isolada no contexto probatório. Conforme o relato da ofendida, sua tia estava em casa na noite em que o réu foi até a sua cama, tendo, inclusive, acordado na ocasião. Embora a tia da vítima fosse cega, não era surda. Caso o imputado tivesse colocado os dedos na vagina da

menina e a machucado, ela certamente choraria ou gritaria, o que causaria estranheza na tia. Aliás, esta não foi ouvida em juízo, a qual poderia esclarecer a situação, já que separada do denunciado. De outra banda, a menina também não foi submetida a exame de corpo de delito para conjunção carnal (os dedos do réu poderiam ter rompido o hímen). APELO PROVIDO. (Apelação Crime Nº 70036975704, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nereu José Giacomolli, Julgado em 12/08/2010)

Diferentemente, dos casos anteriores estes denotam informações insuficientes e falta de harmonia entre a palavra da vítima, com o restante do corpo probatório o que coloca em dúvida a prática da conduta criminosa, bem como a autoria. E, em caso de dúvida o réu deve ser absolvido com base no princípio processual de prevalência do interesse do réu (*in dubio pro reo*). Infelizmente, grande parte dos crimes sexuais praticados contra a criança e/ou adolescente possuem um corpo probatório insuficiente, onde a palavra da vítima constitui-se em única fonte. E muitas vezes um atendimento deficiente dos profissionais que atendem a criança e/ou adolescente vitimizado não consegue protegê-la ocorrendo a retratação, ou fazendo com que ela se cale. Com este sentido Dobke (2001) estudou a dificuldade dos operadores do direito em compreenderem a dinâmica do abuso sexual e a linguagem das vítimas, o que sugeriu a presença de um “intérprete” com capacitação e com formação em psicologia. Segundo a autora:

A inquirição da criança, através de profissional habilitado, poderia ainda, ser efetuada com a utilização da câmara de Gesel, sala com uma das paredes de vidro espelhado – unidirecional – que permite aos operadores do direito, do lado externo, observarem a criança e o “intérprete”, sem serem percebidos, com a possibilidade de se comunicarem através de intercomunicadores (DOBKE, 2001, p. 92).

A autora complementa que este modelo é usado nas comarcas da Argentina. Com a sua colaboração, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul elaborou um documentário apresentando uma prática que tem sido usada na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre a qual foi denominada: “Depoimento sem Dano”, semelhante ao modelo Argentino. A diferença é que a criança fica com a “intérprete” numa sala reservada interligada com som e imagem com a sala de audiência onde estão presentes: o juiz, o promotor, os servidores e envolvidos, em momento real, sendo possível à interação com a profissional e a testemunha. (DALTOÉ CEZAR, 2007). Esta prática apresenta-se como uma alternativa, para que a produção da prova, pelo depoimento da vítima não seja tão penoso e ainda mais cruel. Vemos

o “depoimento sem dano” como um grande avanço e uma real aproximação das áreas profissionais, possibilitando um trabalho interdisciplinar em prol da proteção da criança e/ou do adolescente.

A Tortura também deve ser destacada no campo legal por ser mais uma das formas de segregação e violência contra a criança e o adolescente. Possui uma legislação própria que disciplina as suas diversas formas (Lei 9455/1997) e também constitui-se em crime hediondo. O crime de maus tratos refere-se a oferecer risco à pessoa que está sob sua autoridade e que inspira cuidados físicos, mentais e morais (Art. 136 do CPB): “Aumenta-se à pena de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos”. Denúncias de crimes de maus tratos podem inclusive, estar anunciando vítimas de Abuso Sexual.

A lei nº 10.764, de 12/11/2003 acrescenta o artigo 240 ao Estatuto da Criança e do Adolescente que dispõe: “Produzir ou dirigir representação teatral, televisiva, cinematográfica, atividade fotográfica ou de qualquer outro meio visual, utilizando-se de criança ou adolescente em cena pornográfica, de sexo explícito ou vexatória” e ainda no § primeiro “Incorre na mesma pena quem, nas condições referidas neste artigo, contracenar com criança ou adolescente”. A Pena para este crime pode variar de dois a seis anos de reclusão e multa. Esta lei acrescenta ao ECA o artigo 241 que dispõe:

Apresentar, produzir, vender, fornecer, divulgar ou publicar, por qualquer meio de comunicação, inclusive rede mundial de computadores ou Internet, fotografias ou imagens com pornografia ou cenas de sexo explícito envolvendo criança ou adolescente (BRASIL, 2010, p. 01).

A pena para este crime é de reclusão de dois a seis anos e multa. Cumpre salientar, que apesar das condutas estarem bem descritas, ainda existem muitas dificuldades no campo probatório somado às dificuldades dos profissionais em compreenderem a violência sexual de forma sistêmica e complexa.

No que tange ao incesto, este não é visto no Brasil como um crime, constitui-se em uma conduta moralmente proibida, reprovável civilmente, mas não penalmente punível. Praticado entre pais e filhos, entre tios e sobrinhos ou irmãos ou meio irmãos, o incesto constitui-se em um ilícito civil, não sendo punido criminalmente se as duas pessoas possuírem mais de 14 (quatorze) anos. Esta idade, conforme já abordado é considerada a idade mínima para que exista o consentimento, desde que não exista nenhum tipo de fraude ou coação. Caso seja

praticado com uma criança e/ou adolescente menor de 14 anos a conduta do agente terá que se adequar a um dos crimes acima citados. Principalmente quanto for exercido pela negação ou através da ameaça ao outro passando a existir a imposição (força física somada ao poder moral ou legal) (FALEIROS, 2005), constituindo-se em um crime.

Assim como o Incesto, não existe o crime de pedofilia. A pedofilia diz respeito ao interesse/prazer sexual de um adulto por uma criança. É importante destacar que o pedófilo muitas vezes não chega a praticar o crime de abuso sexual. Na maioria das vezes, ele satisfaz seus desejos através de fotos e imagens de crianças, sem que necessariamente tenha uma relação de cunho sexual real com uma vítima (ALBERTON, 2005). Já o abusador, pratica atos diretos ou indiretos com vítimas reais, as quais na maior parte das vezes são aquelas que ele deveria proteger. Segundo o entendimento de profissionais da área médica, a pedofilia:

é um transtorno parafílico, onde a pessoa apresenta fantasia e excitação sexual intensa com crianças pré-púberes, efetivando na prática tais urgências, com sentimentos de angústia e sofrimento. Geralmente o abusador tem no mínimo 16 anos de idade e é pelo menos 5 anos mais velho que a vítima. (PARISOTTO, 2010, p. 1).

É importante destacar que a Internet através das comunidades de relacionamento vem facilitando a ação dos pedófilos. O assunto foi muito discutido durante a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia que vislumbrou uma tipificação à pedofilia. O Projeto de Lei 250/08 foi aprovado pelo senado federal no dia 10/07/2008, projeto este proposto pela CPI, que propôs modificações no Estatuto da criança e do Adolescente criminalizando novas condutas e atualizando penas para crimes já previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Inclui-se ainda a prática deste crime pela Internet punindo inclusive os provedores de Internet que garantem os serviços para armazenamento de imagens e o acesso às informações. Um dos resultados deste trabalho foi a criação da Lei n.12.015/2009, estudada acima.

Enfim, cumpre salientar que a nossa sociedade abomina e não suporta mais ver suas crianças e adolescentes vítimas de crimes tão perversos e cruéis que afetam significativamente o seu desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo. Porém, a “solução” não está somente na aplicação das leis de forma técnica e jurídica (SOUZA JUNIOR, 2002), mas o caminho está em contextualizar estas situações e compreendê-las a partir da complexidade que ela emana. Isso exige

uma nova postura profissional que viabilize um atendimento inter/transdisciplinar priorizando os direitos da criança e do adolescente.

1.4 REDE DE PROTEÇÃO: INTERCONEXÕES COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A sociedade que vivemos está intrinsecamente motivada à superação da tão chamada crise ambiental, que vai além dos problemas ambientais, mas sobretudo, dos sociais que constituem o cerne desta problemática. A natureza reflete as interferências do homem e o homem sofre com a sua própria ação. A destruição da natureza propõe uma reflexão da destruição humana que vem sendo pouco a pouco intensificada, seja pelo ideal moderno e predominante na sociedade capitalista, ou pela falta de pensamento no todo planetário (SANTOS, 1988; LOUREIRO, 2004) .

Assim, questões relativas à violência, à pobreza, à degradação da natureza e principalmente ao desrespeito aos direitos humanos são os grandes potencializadores desta crise ambiental e social que o planeta vivencia (SANTOS, 1988). Somente através da reflexão é possível repensar todos estes problemas e buscar alternativas palpáveis de mudança. Assim:

A educação ambiental deve tratar das questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social, histórico. Aspectos primordiais relacionados com o desenvolvimento e o meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e da fauna, devem ser abordados dessa maneira (OVALLES; VIEZZER, 1995, p. 30).

Pensar no ser humano enquanto agente transformador, resgatar a compreensão de cidadania (MORIN, 2002) e de garantia dos direitos fundamentais dos seres humanos são os primeiros passos. Neste sentido a:

EA (...) implica educar para formar um pensamento crítico, reflexivo, capaz de analisar as complexas relações de realidade natural e social, para atuar no ambiente dentro de uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que a definem (SANTOS; SATO, 2001, p.34).

Segundo Reigota (2006), a Educação Ambiental:

deve ser entendida como educação política, no sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza (2006, p. 12).

Neste sentido, percebe-se a importância da educação ambiental no que concerne à promoção da cooperação e do diálogo entre profissionais e instituições tendo como finalidade gerar melhores modos de vida, respeitando os direitos de todos os indivíduos (DIAS, 1998).

A EA deve prover os conhecimentos necessários para a interpretação dos fenômenos complexos que moldam o meio ambiente e para a promoção dos valores éticos, econômicos e estéticos que constituem as bases da autodisciplina, fomentando o desenvolvimento de comportamentos compatíveis com a conservação e melhoria da qualidade ambiental (DIAS, 1998, p. 93).

Desta forma, a educação assume um ponto chave de união entre as demais áreas, no que diz respeito à visão do profissional como um educador sócio-ambiental: um agente social consciente do seu papel, responsabilidade e ética. E, que principalmente tenha uma visão inter/transdisciplinar do atendimento aos casos de violência sexual - sujeito ecológico (CARVALHO; ALMEIDA, 2003). Falar em um sujeito ecológico significa pensar num modo *instituinte* de ser (CARVALHO; ALMEIDA, 2003), que ultrapassa um comportamento ambientalmente correto e individualista, para ações ecologizantes em prol da formação de uma nova sociedade planetária (MORIN, 2002) mais humana.

A EA fomenta novas atitudes nos sujeitos sociais e novas decisões da sociedade, guiadas pelos princípios da sustentabilidade ecológica e da valorização de diversidade cultural. Ela implica educar para formar um pensamento crítico, reflexivo, capaz de analisar as complexas relações de realidade natural e social, para atuar no ambiente dentro de uma perspectiva global, mas diferenciada pelas diversas condições naturais e culturais que a definem (SANTOS; SATO, 2001, p. 34).

Assim, buscar ações que possam dar suporte a uma visão de educação emancipatória, reflexiva e que possam ser benéficas para a sociedade é essencial neste pensamento. Para Loureiro (2004) “educar para emancipar é reconhecer os sujeitos sociais e trabalhar com estes em suas especificidades” (LOUREIRO, 2004, p.131). E ainda seguindo as palavras de Loureiro (2004):

(...) não é suficiente em si realizar uma práxis educativa cidadã e participativa, se isso não se relacionar diretamente com outras esferas da vida (família, trabalho, instituições públicas, modo de produção, interações ecossistêmicas, etc.), vendo a educação como um processo global, para além do ensino formal. Do contrário, se perderia sua dimensão revolucionária (LOUREIRO, 2004, p.97).

E ainda, pensar o profissional como um educador sócio-ambiental é ter em mente que ele não atua sozinho e que é necessário um trabalho conjunto, sistêmico e interdisciplinar que envolva todas as instituições que atuam nos casos de violência sexual contra a criança e ou adolescente. Neste sentido, pensamos a “rede”: uma expressão que sugere um conjunto entrelaçado de fios fixados por nós e que formam uma malha regular ou irregular. Rede - onde os nós correspondem metaforicamente às instituições de atendimento, todas elas inter-relacionadas e atuando de forma sistêmica.

Segundo Duarte e Klaus (2008) uma rede compreende uma estrutura social formada por organizações ou pessoas que se mantêm conectadas por objetivos comuns. Uma das suas peculiaridades é a possibilidade inumerável de interlocuções não hierarquizadas entre os seus participantes. Para Capra:

os limites das redes não são limites de separação, mas limites de identidade. (...) Não é um limite físico, mas um limite de expectativas, de confiança e lealdade, o qual é permanentemente mantido e renegociado pela rede de comunicações (CAPRA, 2008, p. 21).

Assim entendemos que uma rede pressupõe comunicação e compartilhamento de informações, o que em um âmbito maior pode significar um fortalecimento das sociedades. Assim,

Acredita-se que esta articulação não deve estar restrita ao interior de cada serviço, mas deve também abarcar os diferentes serviços que prestam atendimento a esse tipo de clientela, de modo a conformar uma rede integrada de apoio. (SOUZA; ASSIS; ALZU, 2002, p.115).

Defende-se um trabalho interdisciplinar onde ocorre integração, cooperação e colaboração entre os serviços envolvidos. A definição de interdisciplinariedade apresentada por Pombo, Guimarães; Levy:

Interdisciplinariedade ... é objecto de significativas flutuações: da simples cooperação de disciplinas ao seu intercâmbio mútuo e integração recíproca ou, ainda, a uma integração capaz de romper a estrutura de cada disciplina e alcançar uma axiomática comum (POMBO, GUIMARÃES; LEVY, 1994, p. 10)

Parece abarcar aspectos fundamentais. Entende-se que o conceito pode ser adaptado para instituições de atendimento psicossocial, onde exista uma cooperação entre as instituições em prol de um objetivo comum, qual seja o bem estar da criança e/ou adolescente atendido.

Assim, a importância do trabalho em rede, nos casos de violência sexual, e em todas as modalidades de violência, seja lá qual for a função desempenhada é

inegável, como, por exemplo: desde o recepcionista ao juiz de direito no caso da área do Direito deve-se pensar que todos necessitam ter como única e máxima prioridade a proteção aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Na rede de atendimento às crianças vítimas de abuso sexual compreendemos os profissionais enquanto educadores sócio ambientais, indivíduos revestidos de uma compreensão ampla e concreta do fenômeno, bem como despidos de teorias implícitas e negativas:

(...) o profissional que lida com este tipo de violência precisa não naturalizar os valores culturais que permeiam o registro sexual, e entender que o significado desse abuso encontra-se atravessado por um imaginário social e por leis jurídicas que condenam tal prática. A partir deste entendimento, é possível perceber os próprios sentimentos e cuidar da criança de forma consciente e positiva (SOUZA; ASSIS; ALZU, 2002, p.113).

Para tanto, entendemos a importância deste profissional se reconhecer enquanto um educador:

O educador é por “natureza” um intérprete, não apenas porque todos os humanos o são, mas também por ofício, uma vez que educar é ser mediador, tradutor de mundos. Ele está sempre envolvido na tarefa reflexiva que implica provocar outras leituras da Vida, novas compreensões e versões possíveis sobre o mundo e sobre nossa ação no mundo (CARVALHO, 2004, p. 77).

Tais considerações teóricas referem-se ao papel do profissional que atua junto a crianças e/ou adolescentes vitimizadas pela violência sexual, e na medida em que, esta compreensão for apropriada por todos os atores envolvidos será possível um trabalho que possa ser construído em uma rede de proteção.

II - CAMINHOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA: ETAPAS DE FORMAÇÃO DE UMA REDE DE ATENDIMENTO EFICAZ E PROTETIVA QUE TENHA COMO PRIORIDADE A CRIANÇA E O ADOLESCENTE VITIMIZADO

2.1 DA ESCOLHA DOS PROCEDIMENTOS

Para este estudo foram organizadas diferentes estratégias de pesquisa, tendo em vista o número de participantes que seriam envolvidos. Desta forma, optou-se por realizar uma pesquisa quanti-qualitativa, sendo estas imprescindíveis para a compreensão do fenômeno a ser estudado.

2.2 PROCEDIMENTOS

A seguir são apresentadas as estratégias metodológicas que nortearam a coleta de dados realizada em duas diferentes etapas de acordo com os contextos a serem pesquisados: 1. Mapeamento da rede intersetorial e 2. elaboração e realização do Programa Piloto de Intervenção Psicoeducacional com os profissionais que atendem a criança/adolescentes, familiares e agressores:

2.2.1 Formação da Equipe de pesquisa

O projeto foi cadastrado no SIGProj que constitui o banco de dados de projetos desenvolvidos na Universidade Federal do Rio Grande. Após o aceite foram abertas 13 vagas para alunos da graduação. Desde então, foi criado o Grupo Interdisciplinar de Estudos e pesquisas sobre Abuso Sexual. O grupo realizou reuniões sistemáticas para estudos do tema, bem como das metodologias que foram aplicadas na fase diagnóstica. Foram estabelecidas algumas normas básicas para participação dos bolsistas no projeto: a) a frequência nas reuniões; b) cumprimento das atividades propostas; c) disponibilidade para realizar a pesquisa de campo.

2.2.2 Inserção Ecológica

A inserção ecológica (Cecconello; Koller, 2004) foi usada em todas as fases de coleta de dados, tanto nas instituições como em qualquer outro contexto pesquisado: todos os pesquisadores escreveram um diário de campo, realizaram visitas sistemáticas e permanência com observações por tempo planejado e em turnos alternados nos contextos pesquisados. A metodologia da inserção ecológica propõe um olhar cuidadoso, dirigido para as pessoas, para os processos, para os contextos em questão e o tempo, a partir das concepções teóricas da abordagem bioecológica de Bronfenbrenner (1979/1996, 2005).

2.2.3 Aplicação dos Instrumentos

- a) Aplicação de Questionário estruturado: traçar o perfil das instituições pesquisadas. Este instrumento foi criado com o objetivo de buscar os dados gerais da instituição e do serviço que a mesma desenvolve (APÊNDICE A). Para o emprego do instrumento foi construída uma lista preliminar das instituições que atendem a criança e/ou adolescente, famílias e abusadores no município (APÊNDICE B).
- b) Coleta de dados históricos e sociais das instituições. Com o intuito de fazer um resgate histórico e social das instituições estudadas foi realizada uma pesquisa de campo, onde foram pesquisadas atas de fundação, relatórios, jornais locais e históricos disponibilizados pelas instituições.
- c) Aplicação de Questionário semi-estruturado: fazer um diagnóstico sócio-ecológico ambiental do atendimento à criança e ao adolescente, vítima de abuso sexual, das famílias e do abusador. Este instrumento buscou delinear todos os passos executados pela instituição durante o atendimento, bem como compreender as perspectivas dos profissionais acerca do tema. A partir da análise deste instrumento foi possível perceber quais são as interlocuções existentes entre as instituições e como se dá o fluxo do atendimento. E principalmente, foi possível avaliar as dificuldades e problemas existentes que podem causar ou potencializar a revitimização da vítima. Foram elaborados dois modelos: Modelo A - foi aplicado no contexto escolar com o diretor, com

o coordenador pedagógico e com um professor (APÊNDICE C); Modelo B - foi aplicado aos profissionais, somente nos postos de saúde e hospitais com mais de um representante do local por ex.: atendente, enfermeiro e médico pediatra. Nas demais contextos institucionais foi aplicado com o diretor ou coordenador da instituição, bem como com pelo menos um educador (APÊNDICE D);

- d) Com a análise dos dados obtidos através da aplicação dos instrumentos acima, foi possível construir um Programa Piloto de Intervenção Psicoeducacional junto aos profissionais com vistas a construir estratégias de prevenção nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Pretendeu-se fomentar o diálogo para desenvolver a compreensão da necessidade de formação de uma rede de atendimento eficaz e protetiva que tenha como prioridade a criança e o adolescente vitimizado.
- e) Uso da Plataforma Moodle: A plataforma Moodle constitui-se em uma ferramenta institucional que foi usada para otimizar o trabalho da equipe. O espaço virtual foi usado para a indicação de leituras, discussões sobre o andamento do projeto, anseios e dificuldades dos bolsistas que foram potencializadas através de fóruns de discussão e uso de vídeo conferência.
- f) Programa de Intervenção Psicoeducacional: Após a análise da primeira fase foi organizado e desenvolvido um programa piloto, intitulado: “Curso Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: *por uma ação integrada no território*” (gravado em áudio). Este teve o sentido de promover um espaço de diálogo entre os diferentes profissionais da rede de atendimento visando a articulação de saberes e ações que possam propor a formação de uma rede de atendimento protetiva a criança e /ou adolescente vítima de abuso sexual, além disso, que possa ser articulada com processos promotores de prevenção destes casos. O Curso foi desenvolvido a partir de eixos temáticos divididos em 8 módulos e são eles: MÓDULO I – Direitos Humanos: Violações. Abuso sexual infantil: conceitos e indicadores; MÓDULO II – Incesto x Pedofilia x Abuso Sexual; MÓDULO III – Questões Legais (CF, CP, ECA); MÓDULO IV – Família e violência; MÓDULO V – Denúncia e Rede de Proteção; MÓDULO VI - Responsabilidade do Educador social e ambiental; MÓDULO VII – Plano de ação e intervenção; MÓDULO VIII - Plano de ação e intervenção. Sendo que os módulos VII e VIII constitui-

se na elaboração coletiva de um Plano de ação e intervenção nos casos de violência sexual conta a criança e o adolescente. Tratando-se de um programa piloto foi escolhido como local de realização a área de abrangência do Programa de Prevenção a Violência (PPV) desenvolvido aqui no município desde 2009. Foram abertas 50 vagas que foram oferecidas as instituições que fizeram parte da primeira fase, através de convites pessoais aos profissionais que participaram da primeira fase. Como critério de inclusão desta ação foram adotados: a disponibilidade e interesse na participação do curso. Como critério de exclusão será o não interesse em participar do curso.

2.3 PARTICIPANTES

Tendo em vista o número elevado de participantes neste estudo organizamos a apresentação dos mesmos segundo os dois momentos do estudo. Assim:

PRIMEIRA FASE: O trabalho de pesquisa foi desenvolvido com os profissionais que atuam junto à rede intersetorial da cidade de Rio Grande, RS, tendo por base os locais de nosso conhecimento para os quais se remetem a criança, a família e o abusador por ocasião de uma denúncia ou notificação. São eles: Conselho Tutelar, Delegacia de Polícia, Juizado da Infância e da Juventude, Vara Criminal, Promotoria da Infância e da Juventude, Promotoria Criminal, CREAS, Escola e a família das vítimas. Um levantamento preliminar mostrou que estas somam 194 instituições: 11 (onze) instituições do setor de cidadania e assistência social; 8 (oito) organizações não governamentais, 9 (nove) Postos da Polícia Civil, 11 (onze) instituições governamentais, 31 (trinta e um) Postos de Saúde; 53 (cinquenta e três) escolas municipais urbanas e rurais; 18 (dezoito) escolas de educação infantil; 31 (trinta e um) escolas estaduais e 22 (vinte e duas) escolas particulares (APÊNDICE B).

Participaram deste estudo um total de 422 profissionais. Importante ressaltar que, na medida em que foi feita a inserção ecológica nas instituições e o convite para participação na pesquisa em algumas delas tivemos a participação acima do esperado e em outras apenas a participação da coordenação. Para uma melhor apresentação e compreensão do leitor a proporção dos participantes será apresentada juntamente com os resultados.

SEGUNDA FASE: O Programa de Intervenção foi intitulado: “Curso Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: *por uma ação integrada no território*”. Como critério de inclusão foram consideradas as instituições que fazem parte da micro-região que compreende a área do PPV no município do Rio Grande. Foi dada prioridade para os profissionais que participaram da primeira fase e já haviam respondido o questionário. Foram abertas 50 vagas que foram preenchidas na sua integralidade por representantes das seguintes instituições: Conselho Tutelar (7 conselheiros representantes da Conselho II e III), Brigada Militar (2 policiais militares), Estratégia Saúde da Família (26 profissionais: 6 agentes comunitários de saúde, 1 Assistente social, 17 educadores sociais e 2 enfermeiros) , CREAS (4 profissionais: 2 psicólogos, 1 assistente social e 1 secretária), CRAS (2 profissionais: 1 assistente social, 1 secretária), Escolas Públicas (5 professores); Rede Família (3 profissionais: 1 Educadora e 2 Assistente Social) e Orfanato Maria Carmem (1 coordenadora).

O método de aplicação do referido Programa é o método experiencial que será explicitado no Capítulo 5 durante a apresentação dos detalhes dos procedimentos de aplicação dos Módulos.

Participaram da coleta de dados: duas bolsistas CNPq, 13 bolsistas permanências da FURG e 1 doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da FURG.

2.4 ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados qualitativos obtidos foram utilizados os princípios da grounded-theory (Glaser; Strauss, 1967, Strauss; Corbin, 1990). A grounded-theory foi cogitada, neste caso, por oferecer condições de descoberta de uma teoria a partir dos dados coletados (Yunes, 2001; Yunes; Szymanski, 2005). O pesquisador que faz uso da grounded-theory tem possibilidade de organizar uma grande quantidade de dados qualitativos, neste caso obtidos a partir das respostas abertas dos questionáriosrelatos, em códigos, subcategorias e categorias. O rigor dos procedimentos desta forma de análise possibilita uma certa “descontaminação” das idéias teóricas e hipóteses previamente elaboradas para a realização do seu estudo.

É uma abordagem particularmente válida para campos de pesquisa pouco conhecidos. O software N-VIVO foi utilizado para organizar e implementar a qualidade das análises quantitativas e qualitativas.

2.5 FORMA DE MONITORAMENTO E SEGURANÇA DOS DADOS COLETADOS

Com o fim de monitorar e manter a segurança de todos os dados coletados, os mesmos serão mantidos em caixas lacradas, devidamente identificadas com etiquetas, guardadas em armário chaveado, na sala do CEP- RUA/ FURG, durante o período de 5 (cinco) anos. A sala tem acesso restrito aos professores, mestrandos e doutorandos do Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental.

2.6 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Esta proposta de pesquisa seguiu todos os procedimentos éticos para a pesquisa com seres humanos. Desta forma, a mesma previu riscos mínimos para os participantes, considerando os benefícios que a mesma pode alcançar na construção de estratégias de um atendimento protetivo e que tenha como principal preocupação a criança/ adolescente vitimizado. Caso pudesse ocorrer qualquer dano aos participantes da pesquisa o pesquisador se responsabilizou para que o mesmo recebesse a assistência devida. Foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para assinatura e concordância de todos participantes (APÊNDICE E e 6). Após a qualificação e aprovação do projeto, por banca examinadora, o mesmo, foi submetido ao comitê de ética da Universidade Federal do Rio Grande, tendo sido aprovado pelo parecer n. 11/2012.

III - ATENDIMENTO À CRIANÇA E O ADOLESCENTE VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

O Município do Rio Grande caracteriza-se por prédios antigos de colonização portuguesa e por um ambiente natural ímpar. É a cidade mais antiga do Estado do Rio Grande do Sul, fundada no ano de 1737, pelo Brigadeiro José da Silva Paes (ALVES; TORRES, 1997). Possui uma área de unidade territorial de 2.709,522 km² e uma densidade demográfica de 72,79 Habitantes por km², situada na margem sul do estuário que conduz o Oceano Atlântico às águas da Lagoa dos Patos. Possui o único porto marítimo do Estado, com completa infraestrutura operacional, favorecendo a sua conexão com o Brasil e países do Mercosul.

Nos últimos anos a cidade tem vivenciado um crescimento econômico e populacional motivado por investimentos estratégicos e pelo Pólo Naval. Segundo dados do IBGE (2010) a cidade tem uma população de 197.228 mil habitantes, mas estima-se que até 2015 pode chegar a 250 mil habitantes (Oliveira, 2013). Isso gera uma grande preocupação na qualidade de vida da população, tendo em vista que os serviços precisam acompanhar todas estas mudanças, principalmente os destinados ao atendimento de vítimas de violência.

Na primeira fase do estudo foi realizado um mapeamento de todas as instituições que atendem crianças e/ou adolescentes que vivenciam situação de violência sexual, bem como a sua família e os agentes responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador.

Considerando o número de participantes na primeira fase e o número elevado de dados coletados a apresentação dos mesmos necessitou de uma organização acurada. Foram consideradas as especificidades das instituições e as mesmas ficaram divididas em 7 (sete) grandes grupos: Assistência Social; Educação; Entidades de Acolhimento Institucional; Saúde; Garantia de Direitos; Jurídica e Segurança Pública.

Assim, neste primeiro momento serão apresentados os dados mais particularizados de acordo com o trabalho que as mesmas áreas desenvolvem para posterior análise do todo que é objetivo inicial deste estudo.

Para uma maior compreensão dos dados foram necessárias as seguintes padronizações:

a) Público atendido pelas instituições, o mesmo foi sistematizado seguindo a legislação em vigor no Brasil: crianças (0-12 anos incompleto), adolescentes (12 a 18 anos incompletos) e adultos (a partir dos 18 anos).

b) Modalidades de violência atendidas pelas instituições: Seguindo a doutrina (ALBERTON, 2005; ALMEIDA, 1998) e legislação (Art. 7º. da Lei 11.340/ 2006): violência física, violência psicológica, violência sexual, negligência, violência fatal e outra solicitando que esta fosse especificada pelo participante.

c) Número de casos atendidos que envolvem crianças e/ou adolescentes com suspeita/confirmação de abuso sexual foi feita a seguinte organização de acordo com as respostas dos participantes. Por mês e por ano: De 0 (zero) a 1 caso atendido; de 2 a 3 casos atendidos; de 3 a 5 casos atendidos; de 5 a 10 casos atendidos; de 10 a 20 casos atendidos; de 20 a 40 casos atendidos e 100 casos atendidos.

Vamos neste primeiro momento tecer as análises dos dados relativos a cada uma das 7 (sete) grandes áreas, tendo em vista que cada uma delas possui especificidades e características diferentes.

Assim: 60% dos participantes são da área da educação; 4% da área da Assistência Social; 3% entidades de acolhimento institucional; 3% garantia de direitos; 1% jurídica; 23% saúde e 6% segurança pública. Vamos começar pela área de assistência social.

3.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL

A assistência social compreende um dos três pilares da seguridade social disciplinados no artigo 194 da Constituição Federal: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à **assistência social**” (grifo meu) (BRASIL, Constituição Federal, Art. 194). Constitui-se enquanto uma política de proteção gratuita para todos os cidadãos que dela necessitarem. Suas diretrizes estão nos artigos 203 e 204 da Constituição Federal e foram reguladas pela Lei 8.742/93 que dispõe sobre a organização da Assistência Social (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). No município do Rio Grande a

área de assistência social encontra-se formada por 11 (onze) instituições governamentais e 12 instituições não governamentais.

Destas, as instituições que realizam atendimento a crianças e/ou adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias são: o Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) que atende todas as formas de violência contra a criança, o adolescente, o idoso e as mulheres, bem como o atendimento as medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços, antigo “Sentinela”; o Centro de Referência Assistência Social (CRAS) que atende famílias em situação de vulnerabilidade social; o Centro Municipal Comunitário (NAPI) que atende crianças e adolescentes com idades de 6 até 15 anos em horário inverso da escola; a Pastoral do Menor que atende adolescentes que cumprem medida socioeducativa de Liberdade Assistida. Do CREAS participaram 4 profissionais: 1 coordenadora, 1 assistente social, 1 psicólogo e 1 secretária. Do CRAS participaram 8 profissionais: 2 coordenadoras, 3 assistentes sociais, 2 psicólogos e um atendente. Do NAPI participaram 3 profissionais: 1 coordenador, 1 psicopedagoga e 1 atendente; e da Pastoral do Menor houve 3 participações: 1 coordenador, 1 psicólogo e 1 assistente social. No total foram 18 profissionais sendo 5 coordenadores, 5 assistentes sociais, 4 psicólogos, 1 psicopedagoga, 3 atendentes. Conforme disposição na tabela abaixo:

Tabela 1 – Profissionais da área de Assistência Social

PROFISSIONAIS	CREAS	CRAS	NAPI	PASTORAL DO MENOR
Coordenador	1	2	1	1
Assistente Social	1	3	-	1
Psicólogo	1	2	-	1
Secretária/ Atendente	1	1	1	-
Psicopedagoga	-	-	1	-

Fonte: Dados da Pesquisa.

No município não são realizados atendimentos especializados na área de Assistência Social para o abusador.

Segundo os participantes o público atendido na área da assistência social encontra-se dividido da seguinte forma: 56% atendem somente crianças e

adolescentes e 44% atendem todos os públicos, seja crianças, adolescentes e adultos/ famílias.

Os participantes apontaram as seguintes modalidades de violência atendidas nos seus serviços: 17% atendem as violências física, psicológica, sexual e negligência; 11% atendem somente violência sexual; 17% atendem as modalidades de violência física, psicológica e sexual; 5% atendem as modalidades de violência física, sexual e negligência; 11% atendem somente negligência e 39% não responderam. Os dados apresentados reafirmam a necessidade de uma atenção no atendimento às vítimas de abuso sexual considerando que 45% reconhecem que atendem vítimas de abuso sexual.

Quanto ao número de casos de vítimas de abuso sexual: 100% dos participantes não informaram o número de casos atendidos por mês. 11% informam que atendem 100 casos por ano e 89% não informaram. Nota-se que o número de participantes que não informaram é muito elevado. Isso se dá pelo fato de não existir no município um banco de dados que possa computar os atendimentos realizados. Por outro lado a informação de 11% em atender um número elevado de casos por ano (100 casos) deve ser observado com grande cuidado. Não podemos deixar de destacar que estes números são estimados pelos participantes, sem qualquer registro, pois nenhum dos serviços possui um banco de dados oficial. Portanto, são dados baseados em “achismo”, mas que sugerem a sensação destas pessoas em ter que lidar com um grande número de casos de abuso sexual.

No que tange aos encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de abuso sexual as respostas foram as seguintes: 11% encaminham para o Conselho Tutelar; 6% encaminham para justiça “em caso de confirmação é encaminhado para a justiça” (Dália⁷); 6% realizam visitas domiciliares e para o CREAS; 6% encaminham somente para o CREAS; 6% encaminham para o Conselho Tutelar e para a polícia; 6% encaminham para avaliação e tratamento de danos; 6% informa que não é atendido pelo CRAS (instituição que atua), mas não informa os encaminhamentos e 53% não informaram. Não existe uma uniformidade nos encaminhamentos, as instituições “lançam o que tem em mãos para realizar o seu trabalho”. Neste caso o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 2010a) é explícito em legislar a obrigatoriedade de

⁷ Para dar pessoalidade aos participantes e respeitar a confidencialidade dos seus nomes optou-se por usar nomes de flores para representar os mesmos.

notificação dos casos, independentemente de certeza ou confirmação dos fatos. Assim sendo, a “mera” suspeita de violência contra uma criança ou adolescente deve ser anunciada, conforme dispõe o artigo 13:

Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 2010a).

Os dados evidenciam a verificação da necessidade de uma uniformidade nos encaminhamentos. Uma preocupação era saber se os profissionais tinham conhecimento do fluxo de atendimento as vítimas de abuso sexual no município, assim um questionamento feito foi o seguinte: Caso o seu serviço atenda crianças/adolescentes vítimas violência, qual o FLUXO do atendimento? As respostas foram 6% não realiza atendimentos; 6% indicou apenas uma instituição o CRAS e 88% não informaram. Percebe-se claramente a dificuldade dos profissionais em responder a pergunta tendo em vista o elevado número de participantes que não informou.

Quanto à avaliação que os profissionais fazem do trabalho que realizam: 33% dos participantes avaliam o seu trabalho como agradável, 16% avaliam o trabalho como estressante, 22% avaliam como difícil, 6% como fácil, 6% como desafiador e 17% não responderam. Percebemos que se dividíssemos a avaliação em sentimentos positivos e negativos teríamos 39% considerando o trabalho agradável e fácil (positivo); 38% como difícil e estressante (negativo) e ainda 17% como desafiador (considerando este um aspecto positivo também) e 17% não responderam.

Quanto às dificuldades encontradas no dia-a-dia do seu trabalho, a maioria, 66% nada informou. O restante aponta questões da estrutura institucional, tais como: Espaço físico deficitário, número insuficiente de profissionais, pouco comprometimento dos profissionais.

Quanto à possibilidade de melhoria no atendimento a vítima no seu serviço temos que 11% sugerem mais capacitação profissional: “Cada vez mais capacitação dos profissionais e talvez para o futuro mais um CREAS” (Begônia); “Através de técnicos mais capacitados” (Amor-perfeito); 6% com mais recursos humanos; 6% falam em rede: “Se houvesse um trabalho de rede, realmente a que existe não funciona”(Paeonia); 6% fazem referência ao atendimento: “Fazendo os

encaminhamentos necessários”(Fuchsia) e 71% não informaram. Dos 29% dos informantes sugere a necessidade de profissionais capacitados e preparados para um trabalho de qualidade, não deixando de ressaltar que esta capacitação necessita ser desenvolvida para a potencialização de um trabalho em rede. Novamente fica explícita a inexpressão da maioria quanto à sugestões de melhoria.

3.2 EDUCAÇÃO

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 205, Constituição Federal).

O texto constitucional é muito claro ao dizer que a educação é um direito de todos e necessária para o desenvolvimento da pessoa enquanto membro da nossa sociedade. O texto também deixa claro que é dever do Estado e da família, onde o primeiro está representado por um ensino que prime pela igualdade, liberdade, pelo pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e o segundo fala sobre a família e seu papel de grande importância na transmissão de valores e hábitos que dão início a formação do cidadão na conquista da sua cidadania. A escola enquanto um dos principais ambientes responsáveis pela transmissão da cultura e transformação das estruturas sociais tem inegável importância. Diante disso, cabe a nós refletirmos se nos dias de hoje, enquanto organização social, as escolas estão instrumentalizadas para enfrentar as disfunções nas relações de poder e de confiança que se expressam nos casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes. A escola deve estar atenta à seriedade destas situações. Camargo & Libório (2005) afirmam que é preciso entender como esta modalidade de violência é tratada no ambiente escolar e buscar alternativas de mudanças. Acrescentam que diante da gravidade que encerra a violência sexual para a criança e para o adolescente, a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover cidadania.

Embora nas famílias abusivas, o pacto de silêncio consista em “um acordo” entre abusador e a vítima (FURNISS, 1993), isso pode ser “quebrado” ou rompido na escola, seja através de sinais típicos, ou pela confiança do aluno no professor.

Tais situações ensejam uma atitude profissional do educador ou dos educadores. Assim, “a escola mostra-se como um lugar ideal para a detecção e intervenção em casos de abuso sexual infantil, uma vez que o principal agressor geralmente encontra-se na família” (BRINO; WILLIANS, 2003, p. 1). Brino; Willians (2003) pesquisaram o universo dos professores de escolas municipais e de educação infantil – Emeis – de uma cidade de porte médio do Estado de São Paulo, abordando: informações sobre o ECA, focando a violência doméstica contra crianças; os sintomas apresentados pelas vítimas e os procedimentos e ações adotados perante casos de violência sexual. Segundo a pesquisa, apenas 15% dos profissionais participantes têm informações sobre abuso sexual contidas no Estatuto, o que evidencia um importante desconhecimento dos aspectos legais. Um número significativo de professoras, cerca de 65%, já haviam se defrontado com vítimas de violência sexual em suas classes o que reforça a necessidade de atenção para incidência destes casos no ambiente escolar. Quanto às afirmações sobre os procedimentos que adotariam diante dos casos de abuso sexual infantil foi observado que um número reduzido, 21%, tomaria como medida a denúncia. Para as autoras:

O não envolvimento de denúncia nas respostas das demais participantes pode estar relacionado a três hipóteses: a) desconhecimento do ECA, que não só coloca a denúncia como obrigatória, como também prevê pena ao professor que se omite da denúncia; b) medo de represálias dos pais ou responsáveis pela criança; c) crenças inadequadas sobre o papel do professor, relativas ao envolvimento em problemas familiares dos alunos (BRINO; WILLIANS, 2003, p.6).

Quando questionadas sobre o dever do professor ao se deparar com um caso de abuso sexual em sua classe, 60% informaram que seu dever era denunciar, no entanto somente 21% afirmaram que denunciariam o que demonstra um verdadeiro descompasso entre teoria e prática. Segundo as autoras, existe uma grande distância entre o “falar” e o “fazer”. Constata-se, assim, a importância de estudos que busquem alternativas eficazes para que a denúncia seja devidamente realizada e encaminhada.

Assim, o professor tem um papel fundamental diante destes casos, pois além de estar voltado para os aspectos relativos à aprendizagem dos conteúdos formais, cabe ao professor observar e procurar conhecer seus alunos, identificar seus problemas e queixas, e compreender a frequência e a continuidade das

manifestações comportamentais e emocionais (CRAIDY; KAERCHER, 2001). É muito importante também que o professor esteja atento às condições familiares dos seus alunos. De acordo com o ECA (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 2010) o professor deve propiciar o desenvolvimento de atitudes, hábitos e habilidades favoráveis à saúde física e mental dos seus alunos e encaminhar para o Conselho Tutelar as suspeitas de vítimas de violência. Portanto, é responsabilidade do professor, investigar situações de maus tratos que possam encobrir outros tipos de violência. Identificar os casos de violência contra a criança e o adolescente “são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial, do professor” (ABRAPIA, 1997, p. 6 *apud* CAMARGO; LIBÓRIO, 2005).

Entretanto, poucas pesquisas reforçam a figura do professor como aquele que interfere nos casos de violência contra a criança. Um dos poucos trabalhos nacionais nesta temática e já referido neste texto foi realizado pelas professoras Brino; Willians (2003). Segundo as autoras, em 44 % dos casos de abuso sexual o professor era a primeira pessoa a tomar ciência das condições de abuso sexual. Em 52% dos casos, era o professor, o primeiro adulto em quem a criança confiava. Isso demonstra a importância de estudos que demonstrem que o papel do professor é fundamental no processo de denúncia de ocorrências de abuso sexual que pode romper com o círculo de silêncio familiar. Importante ressaltar que a literatura sobre abuso escolar no contexto escolar ainda é bastante escassa.

Camargo; Libório (2005) sugerem alguns passos que o professor deveria seguir:

comunicar o fato à direção, que encaminhará um ofício ao Conselho Tutelar da Região ou, na falta deste, ao Conselho Tutelar que abranja a área domiciliar da criança ou adolescente. Em situações mais graves, a escola encaminhará a criança ao Hospital ou Posto de Saúde, e poderá solicitar orientação aos Centros de Defesa ou Programas SOS-Criança (CAMARGO & LIBÓRIO, 2005, p.21).

Porém, o mais importante é que o professor não se sinta só, que ele tenha o apoio da escola e que se faça uma denúncia institucional e não pessoal, para evitar os riscos de retaliação por parte dos agressores. O Fluxograma 1 abaixo demonstra os passos para uma denúncia protetiva.

Figura 2 – Passos para uma denúncia protetiva na Escola



As escolas necessitam construir uma política institucional para lidar com situações caracterizadas como abuso sexual. Mais do que isso, as escolas são importantes nichos ecológicos de prevenção contra esta forma de violência. Para tanto, quando se fala em educadores, - incluem-se todos os trabalhadores da escola, aqueles que convivem na escola e que devem compreender as leis, os recursos da rede de apoio, os sinais emitidos pelas crianças, as peculiaridades das famílias e as principais questões do desenvolvimento humano. Desta forma, pode-se chegar a uma cultura escolar preparada não apenas para “transmitir conteúdos”, mas para proteger ativamente seus estudantes e familiares. É preciso buscar metodologias que sensibilizem os professores e os habilitem para intervir em casos de suspeita ou constatação de abuso sexual.

No município do Rio Grande, a área da Educação conta com 95 escolas públicas (ensino fundamental, médio e educação Infantil), 28 escolas privadas (ensino fundamental, médio e educação Infantil), 2 escolas técnicas e 2

universidades. Destas participaram do estudo 104 escolas, sendo 15 escolas particulares, 28 escolas estaduais, 59 escolas municipais e 2 não informadas. (APÊNDICE G) Totalizando 256 profissionais sendo destes 53 diretores de escola, 16 vice diretores, 44 coordenadores pedagógicos, 14 supervisores escolares, 25 orientadores, 96 educadores (professores), 4 secretários de escola, 3 psicólogos, e 1 assistente social. Vejamos distribuição na tabela abaixo:

Tabela 2 – Profissionais da área de Educação

PROFISSIONAIS	Escolas Particulares	Escolas Municipais	Escolas Estaduais	Não informada
Diretor	9	27	17	-
Vice Diretor	-	7	9	-
Coordenador Pedagógico	11	28	5	-
Supervisor Escolar	2	6	6	-
Orientador Escolar	2	8	15	-
Educadores/Professores	8	56	29	3
Secretários	2	2	-	-
Psicólogos	3	-	-	-
Assistente Social	1	-	-	-

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao público que é atendido pelas instituições de ensino, segundo os participantes 88% atendem somente crianças e adolescentes, 0,8% atendem somente crianças, 1,2% atendem somente adolescentes, 2% atendem adolescentes e adultos, 8% atendem todos os públicos.

Quanto às modalidades de violência atendidas pela instituição na área de educação do nosso município os participantes informaram: 0,4% atendem as modalidades de violência psicológica e sexual; 0,4% atendem somente violência física; 99,2 % não responderam.

Quanto a educação do município 100% dos participantes não informaram o número de casos atendidos por mês, por ano 6% informaram um atendimento de 0 a 1 casos por ano; 4% de 2 a 3 casos por ano; 2% de 2 a 5 casos por ano; 1% de 5 a 10 casos por ano e 87% não informou.

Quanto aos encaminhamentos feitos pela instituição em casos de suspeita e/ou confirmação de abuso sexual as respostas foram muito variadas e mostram

uma composição fragmentada, com mais da metade (55%) sem prestarem informações, conforme tabela abaixo:

Tabela 3 – Encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de AS

Encaminha para a Assistente Social do bairro	1%
Conselho Tutelar	16%
Ministério Público	1%
CREAS	2%
Disque 100	1%
Chama a família da criança	5%
Respostas imprecisas	7%
Orientadora Educacional	2%
SMCAS	1%
Indicam inúmeras instituições ao mesmo tempo	5%
Não são feitos encaminhamentos	4%
Não informaram	55%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da Pesquisa.

Um número pequeno, mas significativo de participantes, 16% encaminharia o caso para o Conselho Tutelar: “Acompanhamento da criança/adolescente vitimizado e comunicado ao Conselho Tutelar” (Alcea), “Quando suspeitamos, comunicamos ao Conselho Tutelar” (Túlipa) “(...) todo e qualquer problema sério que envolva a criança, entramos em contato com o conselho tutelar” (Íris). Isso demonstra conhecimento e precisão destes educadores. Somados a estes 1% que encaminha para o Ministério Público, mais 2% que encaminha para o CREAS, temos quase 20% de encaminhamentos para órgãos que efetivamente recebem denúncia de violência contra a criança e o adolescente.

Percebe-se que os profissionais ainda possuem dificuldades em realizar a denúncia com receio de se envolverem e mesmo assim não usam o Disque 100 (só um caso revela que usaria) “Se necessário chamaria o disque 100” (Acácia Branca). O Disque 100, hoje “Disque direitos Humanos” é um serviço que visa a proteção a crianças e adolescentes vítimas de violência, quando recebe uma denúncia esta é

registrada e encaminhada para a rede de proteção, desta forma a denúncia para o Disque Direitos Humanos é adequada.

Uma inquietação pairou em relação a porcentagem de 5% que “chama a família e a criança”. Mesmo sendo um índice relativamente pequeno é considerado relevante pelas consequências de risco que essa medida pode representar, ao invés de proteção:

“Chamamos os pais, caso suspeitamos, entramos em contato com o Conselho Tutelar” (Amor perfeito); “A escola entra em contato com os familiares, em caso afirmativo, encaminhamos ao Conselho” (Azaléia branca); “Entrevista com pais” (Açafrão); “Observação na sala de aula, entrevista com a família/colegas, Conselho Tutelar” (Acônito); “É chamado os responsáveis, e conforme o caso encaminhado ao Conselho Tutelar e/ou Promotoria da Infância e Juventude” (Açucena) (Grifo meu)

Além destes, falar com a criança sobre o assunto:

“Os procedimentos são observação, "investigação", através de conversas com a criança e auxílio do Conselho Tutelar” (Alecrim); “Observa-se e conversa-se com a vítima (suspeita), procura-se fazer averiguações com a família e encaminha-se para órgão especializado para averiguações e orientações mais conavetas” (Alfazema); “Conversa-se com a criança, observa-se detalhes na sua fala, observa-se o comportamento e faz-se averiguações e/a família. Se confirmado o abuso, encaminha-se aos órgãos especializados” (Amarílis). E ainda 0,8% chamaria primeiro a família e depois entraria em contato com o Conselho Tutelar, mas a família primeiro: “Procuramos chegar na família. Após, procura o Conselho Tutelar, a Promotora caso necessário” (Anêmona).

Conforme já referido acima, quando existir suspeita ou confirmação a denúncia deve ser feita primeiramente para o Conselho Tutelar, órgão responsável por averiguar as situações. A família não deve ser chamada de imediato nestas situações. Santos (1998) afirma que o abuso sexual intrafamiliar, na maioria das vezes, não é um fato isolado que envolve somente o abusador e a criança ou adolescente violado. De forma direta ou indireta inclui todos os outros membros da família, seja pelo ‘silêncio’ compactuado, seja pela participação ativa no abuso ou na organização dos papéis sexuais no contexto familiar. Desta forma, quando a família for contatada, a vai negar e a criança provavelmente será revitimizada e pode não mais romper com o silêncio e continuar sendo abusada longe do espectro da escola (PIETRO, 2007; PIETRO, YUNES, 2007).

Cerca de 7% apresentaram respostas imprecisas e demonstram desconhecimento de que instituições devem ser encaminhadas, respostas como: “Creio que seja feita a denúncia em órgãos competentes” (Azaléia); “Encaminhados a autoridades competentes” (Bálsamo); “Acho que o Conselho tutelar” (Begônia), citam órgãos competentes, mas não dizem que entidades são estas, expressões como “acho” demonstrando dúvida e incerteza. 1% que encaminharia para SMCAS também demonstra total desconhecimento já que se trata da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social que não recebe denúncias e nem vítimas de violência.

Um dado importante é o fato de 5% dos participantes elencaram várias instituições ao mesmo tempo, da mesma forma que o encaminhamento para a SMCAS aparecem instituições que também não atuam diretamente com os casos de Abuso Sexual como é caso do CAPS I “É feito para o Conviver ou CAPs, onde terão como verificar a suspeita” (Begônia de Inverno), “para o Rede Família” (Brinco de Princesa), primeiro o correto seria o encaminhamento para o Conselho Tutelar ou para o CREAS que é o órgão especializado no município e que também recebe denúncias. Porém alguns participantes demonstram conhecimento da rede de atendimento apresentando mais de uma opção, são alguns exemplos: “Conselho Tutelar, CREAS e Promotoria” (Begônia); “Encaminhamento aos órgãos que trabalham com este contexto (conselho tutelar) Ação Social (Rede Família) Ministério Público - Promotoria Pública (Denúncia por telefone)” (Beijo de Moça).

Podemos dizer que as respostas imprecisas, os encaminhamentos para inúmeras instituições, o desconhecimento e os encaminhamentos indevidos (SMCAS, Rede Família, por exemplo) somados aos 55% dos profissionais que não informaram somam mais de 70% dos profissionais que demonstram falta de informação e conhecimento sobre o tema, por este motivo não informaram e deixaram a pergunta em branco no questionário.

Quanto ao conhecimento dos profissionais da educação do fluxo de atendimento nos casos de abuso sexual contra a criança e os adolescentes 100% não informou. Fica, portanto, explícita, a necessidade de um trabalho mais integrado que faça com que os profissionais conheçam os serviços e como eles atuam (PIETRO, 2007).

Quanto a avaliação do trabalho que realizam 57% dos participantes avaliam o seu trabalho como agradável, 13% avaliam o trabalho como estressante, 12%

avaliam como difícil e 2% como fácil, 10% não responderam e 6% apresentaram avaliações diversas que equivalem a menos de 1% cada uma, tais como: desafiador, prazeroso, interessante, gratificante, desgastante, importante, “um grande desafio” e bom. Podemos destacar que cerca de 60% apresentam avaliações positivas seja: agradável, fácil, desafiador, prazeroso, interessante, gratificante, bom e importante. Cumpre destacar a importância do trabalho do profissional da educação.

Quanto às dificuldades encontradas no dia-a-dia do seu trabalho temos as seguintes categorias:

Tabela 4 – Dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho na área da Educação

Questões relativas ao atendimento	21%
Estrutura Institucional	8%
Dificuldade com as famílias dos educandos	18%
Distância/ difícil acesso	3%
Motivação do professor	1%
Nenhuma dificuldade	4%
Visão da sociedade	1%
Não informaram	44%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao atendimento percebemos que a demora no retorno dos casos encaminhados somados a falta de profissionais especializados é uma preocupação que dificulta o trabalho dos profissionais da área da educação. Segundo os participantes: “Falta de atendimento de profissionais da área da saúde mental e fono” (Buquê de noiva); “Poucas “vagas” para atendimento do pessoal especializado” (Cártamo). Os profissionais fazem referência a falta de uma rede eficaz de atendimento: “Falta de uma rede eficaz de atendimento” (Celósia); “Que rede de atendimento seja integrado”(Coral); “Conectar em tempo hábil as instituições para o atendimento dos casos suspeitos”(Anis); “Faltam políticas públicas e um atendimento em rede mais eficaz”(Aro). Desta forma as variáveis “tempo hábil” e trabalho em “rede” são de extrema importância para que o trabalho possa ser “eficaz”. Além destes a clientela atendida é apontada como uma dificuldade no atendimento, tendo em vista a falta de interesse dos estudantes, a indisciplina, além

da “dificuldade da criança falar” (Azaléia Branca); vejamos as falas: “A criança fica retraída e não conseguimos muitas vezes que conte o que acontece. A negligencia da família p/com seus filhos” (Azaléia Rosa); “dificuldade em identificar os caos pois as vítimas não relatam o fato”(Azaléia Vermelha). O profissional da educação não deve forçar ou perguntar nada para a criança, este fato constitui um grande sofrimento para a criança e/ou adolescente vítima de abuso sexual. Caso ela espontaneamente fale este deve ouvir somente sem questionar, após anotar tudo que ela disser e comunicar a orientação escolar para que seja procedida a denúncia.

A dificuldade com a denúncia também é uma dificuldade no atendimento apontada pelas participantes: “A dificuldade das pessoas em comprometerem-se com a denúncia” (Beladona); “a dificuldade que as pessoas encontram em comprometer-se com as denúncias” (Rosa). Neste sentido destacamos um dos percalços à proteção a crianças e/ou adolescentes vitimizados que é a falta de conhecimento dos trabalhadores sociais (PIETRO; YUNES, 2007). Sabemos que o profissional está obrigado a denunciar, desde um breve indício até o relato explícito da própria vítima ou testemunha (GONÇALVES; FERREIRA, 2002). Esta obrigação está clara no Estatuto da Criança e do Adolescente: Conforme o art. 245 do ECA (BRASIL, 2010), estarão sujeitos a multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, os médicos, professores ou responsáveis por estabelecimento de atenção à saúde e educação, que deixarem de comunicar aos órgãos competentes os casos de abuso e maus tratos contra crianças e adolescentes. Assim, caso fiquem frente a frente com estas ocorrências, a legislação os obriga a efetuar a denúncia sob risco de punição administrativa se não o fizerem.

Ainda em relação ao atendimento podemos destacar as dúvidas que os participantes demonstram em relação ao enfrentamento a violência: “Como ajudar o vitimizado no enfrentamento e superação, de que forma” (Bogarim); “De lidar com casos de violência em geral e falta de limites das crianças” (Bonina). E ainda em relação aos sinais: Quanto aos sinais: “Descobrir quem é vítima e depois quem é o agressor” (Cacto). Fica comprovada a necessidade de cursos de capacitação que possam ajudar o profissional a conhecer os sinais e as formas de enfrentamento a violência sexual.

No que tange a estrutura institucional 8% dos profissionais apontam problemas como falta de recursos humanos e infraestrutura somados a falta de

comprometimento dos órgãos públicos o que revela o descaso com a Educação no nosso país.

Quanto ao difícil acesso e a distância entendemos que as escolas que se localizam distantes da zona urbana sofrem com a falta de acesso aos serviços, com o transporte e com a comunicação.

As dificuldades com as famílias dos educandos somam 18%, os pesquisados revelam uma percepção negativa em relação as famílias dos educandos. Citam que as famílias não se comprometem com a escola, além disso, apontam as mesmas como reorganizadas e que há um “descompasso familiar”, citam pais distantes e desinteressados com o processo de ensino e aprendizagem de seus filhos.

Percebemos a visão negativa presente nas falas em relação as famílias como “desestruturadas”, “sem valores”, “filhos de pais separados”, “deseestrutura familiar” não coadunamos desta tese, tendo em vista que toda a unidade familiar apresenta uma estrutura. Não podemos deixar de ressaltar que conceito de família sofreu modificações no decorrer dos anos, não mais possuímos um único modelo, mas é fato que a “família nuclear” dá lugar a outras configurações: monoparental, família homoafetivas, famílias reorganizadas, entre outras. Trata-se, portanto, de uma construção social e cultural (DIAS, 1998) de grande importância na formação e no desenvolvimento humano (BRONFRENBRENNER, 1996; RODRIGO; PALACIOS, 1998).

Quanto a possibilidade de melhoria no atendimento à vítima no seu serviço temos:

Tabela 5 – Possibilidades de melhoria no atendimento à vítima no seu serviço na área da educação

Atendimento especializado	20%
Mudanças Institucionais	3%
Atendimento em rede	7%
Não informaram	70%
TOTAL	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Mais uma vez, 70% são não informantes, ou seja, indica que não teriam sugestões sobre como melhor atender vítimas de abuso sexual. Os outros:

Quanto a necessidade de atendimento especializado, notamos nas falas que existe uma preocupação com a falta de profissionais especializados: “Ainda falta profissionais para nos ajudar” (Camélia branca); “Se houvesse uma estrutura que contasse com vários profissionais e envolvidos neste processo. Nos não temos orientadora e temos dificuldade para constatar atendimento psicológico para as crianças. Sem esta estrutura, muito pode fugir do nosso alcance” (Camélia Rosa). Além de ter profissionais especializados atuando no âmbito escolar os participantes destacam a necessidade da capacitação acerca da violência sexual, esta se mostra como uma necessidade: “Acredito que precisa ser dado o primeiro passo com curso de capacitação referente ao assunto” (Camélia vermelha); “Necessitamos de mais esclarecimentos através de palestras ou cursos” (Campânula). Uma das falas nos chama a atenção “A prevenção é um profissional capacitado” (Cardo). Percebemos que a capacitação profissional entendida como permanente na área da violência se torna essencial para instrumentalizar o profissional da educação para atuar como protetor nos casos de abuso sexual contra crianças e/ou adolescentes (PIETRO; YUNES, 2007).

Quanto a rede 7% dos participantes assim se manifestam: “Estruturar uma equipe técnica” (Ciclame); “Integração dos órgãos competentes” (Copo-de-leite); “A Rede deve ser mais presente nos espaços escolares” (Coroa imperial). Entendemos que poucos são os profissionais da educação que entendem que existe uma rede, mas que esta consegue cumprir com os objetivos de proteção e prevenção nos casos de abuso sexual contra a criança e/ou adolescente.

3.3 ENTIDADES DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A política de acolhimento institucional no Brasil vem sendo implantada através da Lei n. 12.010 de 2009 (LEI, n. 12.010 de 2009) que alterou o Estatuto da Criança e do Adolescente. A nomenclatura “abrigo” passa a ser substituída por “entidade de acolhimento institucional” sendo esta responsável pelo atendimento de crianças e/ou adolescentes em situação de vulnerabilidade social e que necessitam ser afastados temporariamente do convívio familiar. É uma medida excepcional e provisória, pois visa a reintegração familiar tão logo esta possa ser efetivada.

O Município do Rio Grande conta com 5 (cinco) entidades de acolhimento institucional e, todas foram representadas neste estudo. Participaram 12 profissionais: 4 coordenadores (1 Coordenador de uma das instituições não participou), 3 assistentes sociais, 2 psicólogos, 1 atendente/cuidadora e 2 monitores. Segundo as respostas 100% das entidades atendem somente crianças e adolescentes.

Quanto à avaliação do trabalho realizado: 17% dos participantes avaliam o seu trabalho como agradável, 33% avaliam o trabalho como estressante, 17 % avaliam como difícil e 33% não responderam. Nenhum dos participantes considera o seu trabalho fácil, o que é um dado positivo e coerente com a realidade que se conhece do trabalho institucional. Assim, constata-se que metade dos participantes considera o seu trabalho difícil e estressante. Tal sentimento é consistente com o fato de que 100% dos respondentes revelarem que suas instituições atendem vítimas de abuso sexual, além de outras formas de violência (física, psicológica, negligência).

Quanto aos encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de abuso sexual as respostas apenas 8% revelaram que encaminhariam para o Conselho Tutelar e 33% encaminhariam para o CREAS/Sentinela. Novamente o índice de respostas indefinidas é alarmante: 42% não informaram e 17% apresentam imprecisão na resposta, somando 59% de respostas indefinidas sobre os encaminhamentos.

Neste último caso quanto a imprecisão na resposta dos participantes podemos citar: “A criança/adolescente são encaminhados para os órgãos responsáveis para este tipo de atendimento” (Cravo amarelo); “Encaminhamos a criança para o órgão responsável para este tipo de atendimento” (Cravo vermelho). É importante frisar que nos casos das entidades de acolhimento estas recebem as vítimas, desta forma os encaminhamentos são feitos já quando a criança é retirada da família e se encontra acolhida. Mesmo assim, a imprecisão apontada em 17% dos respondentes deve ser levada em consideração: “órgão competente”, mas que órgão é esse? Primamos por um profissional que não tenha dúvida do seu trabalho e dos serviços que ele ao seu dispor para garantir o mesmo. No que se refere à compreensão acerca do FLUXO de atendimento: 100% não informaram o fluxo.

Quanto ao número de casos atendidos que envolvem crianças e/ou adolescentes com suspeita/confirmação de abuso sexual 98% não informaram.

Quanto as dificuldades encontradas no dia-a-dia do trabalho das Entidades de Acolhimento Institucional, temos as seguintes categorias:

Tabela 6 – Dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho das Entidades de Acolhimento Institucional

Estrutura Institucional	8%
Família	17%
Resistência	25%
Não informaram	50%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à estrutura institucional os profissionais que atuam nas entidades de acolhimento institucional apontam a falta de profissionais capacitados. Percebemos que uma das queixas frequentes dos profissionais se referem a falta de profissionais capacitados para atuar junto as instituições.

Um número significativo de profissionais, 17% considera a relação com a família como uma dificuldade: “As famílias, pois existe grande dificuldade em seguir (aderir) o combinado. Falta, muitas vezes, comprometimento por parte dos familiares” (Cravo amarelo); “Famílias não darem os encaminhamentos” (Cravo rosa). É necessário reafirmar que o acolhimento institucional como medida excepcional e temporária tem como objetivo oferecer um atendimento a crianças e adolescentes que tiveram seus direitos violados e que necessitam ficar um período (temporário) longe do âmbito familiar, porém tão logo possível será realizada a reintegração familiar, ou em caso de total impossibilidade a colocação em família substituta (MACHADO, 2013; SILVA, 2004). Neste sentido, busca evitar que crianças e adolescentes fiquem muito tempo acolhidas, mas infelizmente ainda plaina um desconforto e uma resistência da família que percebe o espaço como restritivo dos seus direitos enquanto pais e dos seus filhos. Desta forma, a visão que os profissionais têm das famílias, se traduz na dificuldade das famílias compreenderem o trabalho que é desenvolvido dentro das entidades. Pensamos que uma grande alternativa é promover espaços de diálogos com as famílias aproximando mais estas destes ambientes.

Confirmado o exposto acima percebemos que a palavra resistência aparece nas falas de 25% dos participantes: “Resistência de familiares, resistência das crianças/adolescentes” (Cravo vermelho); “Depende: resistência de familiares, resistência de crianças/adolescentes democracia...” (Crisântemo amarelo); “Resistência de familiares, resistência das crianças/adolescentes” (Crisântemo branco). Pensamos que esta “resistência” esteja ligada a dificuldade de aproximação e diálogo entre todos os envolvidos.

No que tange as possibilidades de melhoria no atendimento as crianças e/ou adolescentes vitimizados apenas 8% dos participantes se posicionaram afirmando a necessidade de uma rede mais eficiente: “Rede Municipal fosse mais eficiente” (Crisântemo vermelho) e 92% não informaram.

3.4 SAÚDE

A Saúde assim como a Assistência social é um dos pilares da Seguridade Social, disciplinadas no Art. 194 da Constituição Federal e já referido neste capítulo. A saúde pública é destinada a promover o acesso aos serviços básicos de saúde e saneamento, bem como a redução de riscos de doenças e outras enfermidades.

O poder público federal atua na operacionalização dessas ações com responsabilidade constitucional compartilhada com estados e municípios e com a participação da sociedade, por meio do Sistema Único de Saúde - SUS, numa perspectiva de alcance de resultados verificados por uso de contínuo monitoramento e avaliação de desempenho (PLANO PLURIANUAL 2008-2011, p.6).

Assim, o Sistema Único de Saúde (SUS) tem como diretriz a descentralização e a democratização de recursos e responsabilidades na área da saúde para os Estados e para os Municípios. Estas responsabilidades são adequadas as realidades locais e devem seguir as linhas de atuação do Ministério da Saúde. (PLANO PLURIANUAL, 2008-2011)⁸.

O município do Rio Grande conta com o Programa Estratégia Saúde da Família que apresenta uma cobertura de 42% das zonas avaliadas como de maior vulnerabilidade social, considerando que nas áreas do interior do município existe a cobertura de 100%. A estratégia saúde da família conta com uma equipe

⁸ Plano Plurianual, 2008-2011.

multidisciplinar de médicos, enfermeiros, atendentes e agentes comunitários de saúde que atendem a comunidade através de atendimento clínico, coletas de exames laboratoriais, consultas domiciliares através dos programas de visita, grupos de convivência familiar e de Álcool e drogas, grupos de geração e renda e formação continuada das equipes. São 19 Unidades de Saúde da Família que prestam um atendimento ambulatorial e de vacinação. Destes, 3 Unidades Básicas de Saúde atendem 24 horas. Conta ainda com o Núcleo de Atendimento da Saúde da Família (NASF) com assessoria do Rede Gaivota, do Rede Família e do Cep-rua (FURG). O município possui dois hospitais: O Hospital Universitário da Universidade Federal do Rio Grande e a Santa Casa do Rio Grande.

O município do Rio Grande desenvolve inúmeros programas na área da Saúde, tais como o Programa Ser Saudável que visa a redução da mortalidade infantil; o Programa de Saúde do Idoso, o Programa de Saúde da Mulher, o Programa Primeira Infância Melhor, o Programa de Saúde Mental formado por um CAPS AD (atendimento especializado na área de álcool e drogas); um CAPS I (especializado para o atendimento a crianças e adolescentes); um CAPS II (atendimento especializado para pessoas com transtornos mentais) e um ambulatório de Saúde Mental para um atendimento de transtornos leves; o Programa Municipal DST/AIDS e o Projeto de Redução de Danos e conta com um Núcleo de Prevenção à Violência⁹.

Dos serviços na área da saúde participaram da pesquisa um total de 96 profissionais, sendo destes 16 profissionais das Unidades de Estratégia Saúde da Família, 78 profissionais dos postos de saúde e 2 profissionais que atuam no Hospital Universitário. Cumpre salientar que não houve participação do Hospital Santa Casa do Rio Grande e do IML¹⁰. Assim participaram 11 médicos, 21 enfermeiros, 24 técnicos em enfermagem, 2 assistentes sociais, 1 educador social, 31 agentes comunitários de saúde, 4 secretários, 1 policial militar e 1 não informou a atividade que desenvolve.

Quanto a avaliação do trabalho que realizam: 32% dos participantes avaliam o seu trabalho como: agradável, fácil, muito bom, prazeroso, desafiador, bom,

⁹ Dados do Relatório do PPV

¹⁰ Foram feitos pedidos de autorização junto a administração da Santa Casa do Rio Grande e do Posto do Instituto Médico Legal, mas os mesmos não se mostraram interessados em participar da pesquisa.

compensador. Já 48% avaliam de forma negativa: estressante, difícil, cansativo. E ainda, 12% dependendo do dia como variável e 8% não responderam.

A grande maioria, 97% atendem todos os públicos, ou seja crianças, adolescentes, adultos e idosos.

Quanto às modalidades de violência atendidas: 30% atendem todas as modalidades de violência física, psicológica, sexual, negligência e fatal; 28% atendem as modalidades de violência física, psicológica, sexual e negligência; e 12% não responderam e um total de 69% dos respondentes atendem indivíduos que sofreram violência sexual, um número considerável elevado e relevante para este estudo.

Quanto aos encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de AS as respostas foram:

Tabela 7 – Encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de Abuso Sexual na área da Saúde.

Conselho Tutelar	21%
CREAS	5%
Delegacia; Hospital	7%
Não informou	36%
Resposta imprecisa/ inadequada	31%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da Pesquisa

Os resultados evidenciam que ao se considerar o encaminhamento adequado para o Conselho Tutelar, para o CREAS, para a Delegacia e hospital um terço dos participantes (33%) faz esta referência. Deve-se ressaltar que o profissional da saúde tem a obrigação legal de realizar a denúncia via posto de saúde (Art. 245 ECA) para os órgãos competentes. Porém, observa-se que 31% podem comprometer a proteção da criança e/ou adolescentes vitimizado através de encaminhamentos imprecisos ou inadequados. Atitudes precipitadas como: “Retirada da vítima da família e encaminhado a instituição adequada” (Dália amarela) ou encaminhamento para a Rede Gaivota: “Rede Gaivota e busca orientações” (Dália vermelha); “Entrego o caso a Rede Gaivota” (Dente de leão).

Cabe destacar que, o Rede Gaivota presta atendimento na área de Saúde Mental, não sendo um serviço especializado em abuso sexual.

Quanto ao fluxo de atendimento: 1% indica apenas 1 instituição o Conselho Tutelar; 16% indica o fluxo de atendimento; 2% não sabe e 81% não informou.

Quanto ao fluxo apresentado pelos respondentes destacamos: “Atendimento na Unidade Básica Saúde da Família, contato com Conselho Tutelar, Rede Gaivota” (Dormideira); “Entra pelo serviço de pronto atendimento de 0 a 12 anos encaminhado para o setor de pediatria, se maior de 12 anos, unidade de clínica médica” (Flor de pessegueiro). Demonstrando total desconhecimento: “Notificação, secretaria municipal da saúde” (Flor de romãzeira); “Notificação-SMS-Setor competente (?)” (Flor-de-lis), que setor é este? A Secretaria Municipal da Saúde é um órgão administrativo e não recebe pacientes. “Conselho da Criança” (Flor do campo) o Conselho da Criança e do Adolescente (COMDICA) recebe denúncias, mas não realiza atendimento a crianças e adolescentes vitimizados. “Encaminhamos aos órgãos competentes” (Fúcsia) que órgãos são estes? Estas falas demonstram imprecisão na resposta, demonstrando desconhecimento dos participantes.

Quanto ao número de casos atendidos que envolvem crianças e/ou adolescentes com suspeita/confirmação de abuso sexual: 1% dos participantes informaram que atendem 1 caso por mês; 1% atendem de 3 a 5 casos por mês e 98% não informaram. Por ano 6% informaram que atendem de 0 a 1 caso por ano; 5% atendem de 2 a 3 casos por ano; 4% atendem de 3 a 5 casos por ano e 85% não informaram.

Quanto às dificuldades encontradas no dia-a-dia do seu trabalho temos as seguintes categorias:

Tabela 8 – Percentuais de dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho na área da Saúde.

Questões relativas ao atendimento	30%
Estrutura Institucional	7%
Famílias	13%
Distância/ difícil acesso	5%
Falta de ética profissional	7%
Família	2%
Nenhuma	5%
Não informaram	31%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da Pesquisa

No campo das dificuldades encontradas no dia a dia do trabalho desenvolvido pelos profissionais da área da saúde vamos analisar as categorias que emergiram das análises:

No que diz respeito as dificuldades no atendimento, notamos o elemento burocrático com a demora no atendimento somado a falta de atendimento especializado: “Muita burocracia até chegar aos órgãos responsáveis para prestar os atendimentos cabíveis” (Gardénia); “De não ter atendimento especializado na UBS e às vezes demora para conseguirmos e ai vem a desmobilização” (Gerânio rosa). Percebemos que as dificuldades no atendimento se repetem nos serviços mesmo se tratando de atendimentos diferentes, assim como na área da educação vemos dificuldades com a falta de atendimento especializado, burocracia, falta de retorno nos casos encaminhados e falta de uma rede de apoio, demonstrando que o município ainda precisa melhorar no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. “A falta de uma rede de apoio” (Gerânio Silvestre); “Dificuldade de acesso aos órgãos, falta de comunicação entre rede” (Gérbera); “Dificuldade de acesso aos órgão competentes” (Giesta).

A Clientela atendida também é vista como uma dificuldade: “Alguma incompreensão dos pacientes” (Girassol); “Pessoas estressadas sem educação, sem compreensão e ter que fazer várias coisas ao mesmo tempo” (Glicínia). Aqui precisamos destacar que as falas demonstram uma falta de sensibilidade destes profissionais, como uma pessoa vitimizada deve se portar? Feliz? Sorrindo?

Questões relacionadas a estrutura institucional como problemas de infraestrutura e a falta de recursos humanos são apontados por 7% dos profissionais como uma dificuldade.

Assim, como na área da educação problemas de difícil acesso e de transporte são apontados, principalmente nas áreas que fazem parte do interior do município: “Distância do trabalho, stress na entrada, ...” (Margarida); “O local é de difícil acesso, baixo nível, várias ocorrências da população em relação ao abuso sexual, violência entre os pais não vem ocorrendo” (Hortênsia). Percebemos que é preciso um olhar especial para estas regiões mais do interior do município tendo em vista a dificuldade de comunicação e acesso ao centro da cidade que possui os serviços especializados.

Uma preocupação pairou na falta de ética apontada por 7% dos profissionais: “Exposição de profissionais com pessoas desconhecidas e envolvidas no caso, descobrir a ‘realidade dos fatos’, confiar ‘em quem?’, dar mais segurança a vítima após ocorrido” (Íris amarelo); “Falta de sigilo”(Íris azul). A ética profissional é de extrema importância, em todos os casos, mas mais ainda em comunidades pequenas que acabam por expor a vítima e a família.

Quanto as dificuldades em relação a família, podemos citar: “A família se conscientizar e pedir ajuda” (Íris branco); “É conquistar todos os dias a confiança de famílias para tentar saber o que realmente acontece ali, e insistir mesmo quando não estamos vendo resultado” (Jacinto).

Percebemos que as dificuldades são muitas, mas que estas não podem ser empecilhos para a realização de um trabalho de qualidade.

Apesar das dificuldades os profissionais apontam possibilidades de melhoria no atendimento a vitima no seu serviço, vejamos a tabela abaixo:

Tabela 9 – Percentuais de possibilidades de melhoria no atendimento à vítima no seu serviço na área da Saúde.

Atendimento especializado	32%
Atendimento em rede	14%
Ética profissional	3%
Não informou	47%
Não sei	4%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da Pesquisa

Quanto ao atendimento, podemos dizer que os profissionais da saúde apresentam sugestões que se assemelham as dos profissionais da educação principalmente no que tange a necessidade de atendimento especializado e da capacitação profissional: “Temos que ter assistentes sociais, psicólogos, médicos” (Jasmim amarelo); “Com psicólogos alguém capacitado a ouvir e aconselhar nos somos técnicos e enfermeiros, não somos capacitados para tal delicadeza do assunto” (Jasmim branco). Quanto a necessidade de capacitação: “A empresa fornecendo curso profissionalizante para um melhor atendimento ao público” (Junquilha); “Com capacitação adequada aos profissionais” (Lavanda); “Mais capacitações para os profissionais levantarem e confirmarem a suspeita de abuso” (Lilás).

A burocracia também é apontada: “Que o serviço de referência fosse um só e não vários como são e que houvesse mais resolutividade e menos burocracia” (Lírio); “Se não houvesse tanta burocracia” (Lírio-do-vale).

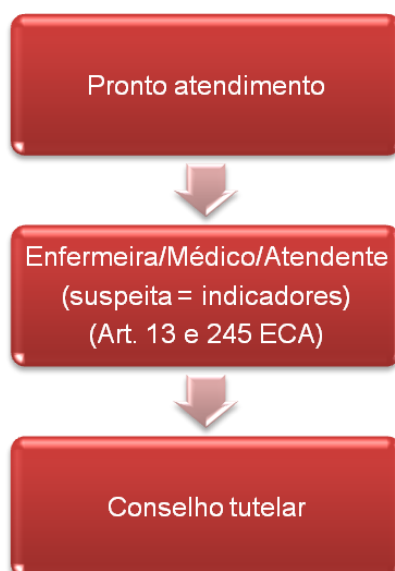
Como a falta de ética foi apontada como dificuldade a mesma é trazida como necessidade de mudança para melhoria no atendimento: “Mais sigilo sobre o caso, principalmente aos Conselheiros Tutelares e órgãos competentes” (Lisianto). Percebemos as indicações de caminhos na direção de um atendimento mais eficiente e qualificado. E que este caminho deve ser trilhado por todas as áreas.

Da mesma forma que na escola, os profissionais da saúde e neste caso, dos postos de saúde e hospitais devem estar preparados para lidar com situações que envolvam casos de abuso sexual. Mais do que oferecer um atendimento imediatista aos sintomas e/ou lesões, estes podem também romper o segredo que emana desta modalidade de violência. Segundo Deslandes (1994) os profissionais da área da saúde tem papel fundamental na busca de uma nova consciência social de promover a proteção à criança e /ou adolescente, seja na efetivação da denúncia e/ou um trabalho conjunto com os demais serviços oferecidos pela rede de atendimento. O Ministério da Saúde, em 2007, lançou o Pacto Nacional para o Enfrentamento da Violência contra as mulheres que incumbe a estruturação de redes de atendimento à mulheres vítimas de violência em todo o Brasil. Bem como a criação de protocolos de atendimento nos hospitais e a criação da Rede Nacional de Atenção Integral para Mulheres e Adolescentes em situação de violência doméstica e sexual. O que demonstra uma preocupação e a existência de ações no campo da saúde que priorizam o atendimento integral a mulher e a adolescente vitimizados.

Cumpra salientar, a necessidade de mais estudos sobre a eficácia de tais instrumentos e qual a participação de outros setores, tais como: educação, jurídico, psicológico e social nos atendimentos.

Cumpra salientar que, a Portaria n. 2.406/2004 do Ministério da Saúde instituiu a notificação compulsória dos casos que envolvam violência contra a mulher em todos os serviços de saúde do Brasil. Nestes caso, o fluxograma 2 apresenta uma forma de atendimento protetivo, que prioriza o respeito aos direitos fundamentais da criança e do adolescente vitimizado.

Figura 3 – Passos para uma denúncia protetiva no Posto de Saúde



Não podemos deixar de destacar que a obrigatoriedade instituída pela portaria de 2004 já faz parte da norma do art. 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, citado no primeiro capítulo. Infelizmente no Brasil é preciso criar outras normas para o cumprimento das já existentes.

3.5 GARANTIA DE DIREITOS

Recorremos novamente ao artigo 13 do ECA “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 2010). Desta forma o órgão competente para receber as denúncias ou notificações de violência é o conselho tutelar. Segundo o art. 131 do ECA: “Art. 131. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 2010) Assim, ele é o órgão responsável para fiscalizar e atender todas as situações (ações ou omissões) onde os direitos da criança e /ou do adolescente não forem respeitados.

São atribuições do Conselho Tutelar:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII; II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII; III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações. IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente; V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência; VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional; VII - expedir notificações; VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário; IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente; X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal; XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder. (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 2010, p. 1).

Assim, constitui-se o Conselho Tutelar enquanto um órgão autônomo e não jurisdicional, formado por um colegiado atuando como mediador entre a comunidade e o poder público e judiciário em prol da garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. Conforme, art. 137 do ECA: “Art. 137. As decisões do Conselho

Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse” (BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente, 2010) o que demonstra a autoridade e a responsabilidade confiada a essa instituição por lei.

Quanto o Conselho Tutelar recebe uma denúncia ou uma notificação de violação dos direitos da criança e do adolescente ele começa por averiguar a situação como um todo. Neste momento, a família passa a ser “fiscalizada” e já podem ser tomadas as medidas de proteção (art. 101, I a VII do ECA) necessárias ao caso. Pode ser feita uma visita domiciliar e o responsável é notificado para comparecer à sede do CT com a criança e/ou adolescente, onde este é ouvido. Em alguns casos a criança é levada de imediato para ser ouvida, em outros ela pode ser ouvida quando é levada para proceder a notificação de violência por um parente, amigo ou responsável. Como primeira medida recomendada pelos especialistas em casos de violência sexual doméstica, está:

a proteção imediata à vítima quando a estrutura e o funcionamento da família incestogênica indicarem a inexistência de condições capazes de barrar a reiteração do abuso com a mesma vítima ou sua extensão a outras no mesmo lar (AZEVEDO; GUERRA, 1994, p. 104).

Porém, se esta medida for aplicada de forma precipitada pode acabar tratando-a como culpada. Priorizar o bem estar da criança, considerando que ela pode estar sob o mesmo teto que o seu agressor, não pressupõe intervenções imediatistas ou individualizadas, mas sugere a necessidade de uma equipe técnica institucional e de uma rede de apoio preparada para lidar com estes casos.

Os profissionais envolvidos nas decisões relativas aos casos de violência sexual contra crianças geralmente se percebem diante de duas possibilidades, conforme já apontamos acima: a primeira enseja a constância da criança na família. E a segunda, a sua retirada por um tempo “determinado”, o que em muitos casos representa anos de afastamento da criança e de seus familiares. Sobre o primeiro caso, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe no seu artigo 130:

Verificada a hipótese de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável, a autoridade judiciária poderá determinar, como medida cautelar, o afastamento do agressor da moradia comum (BRASIL, p. 01, 2010).

Para Azevedo; Guerra (1994, p.105), algumas medidas são fundamentais nestes casos: a) a vítima e a família devem ser encaminhadas a um tratamento compulsório na comunidade, por no mínimo, 2 anos; b) um planejamento dos

recursos materiais deve prover os recursos que estas famílias necessitam por um prazo determinado, até a organização da independência familiar e c) deve haver orientação para que a família busque recursos na rede de apoio social existente na sua comunidade. O tratamento compulsório é criticado por Furniss (1993), pois a família tende a negar o tratamento. O referido autor alega que o abusador deve ser comparado e tratado como um alcoólatra, onde o primeiro passo para o tratamento é a admissão, pois independentemente de ameaças legais, o abusador tende a negar sua dependência. Por outro lado, prover recursos materiais só resolveria as necessidades imediatas destas famílias que em muitos casos perderam o provedor. Mas, a existência de uma rede de apoio social comprometida pode servir de base para a família buscar recursos dentro da sua própria rede de apoio familiar facilitando uma reorganização familiar.

A segunda situação corresponde à remoção da criança da família. É importante considerar, neste caso, que o direito à convivência familiar e comunitária, é um direito fundamental e retirar a criança da família seria ferir este direito. Desta forma cabe ao conselheiro buscar a família extensa da criança e/ou adolescente antes de tomar esta medida. Caso ela necessite ser retirada, esta pode resultar na colocação da criança numa entidade de acolhimento, num lar ou família substituta e em último caso ser encaminhada para adoção. Isto ocorre nos casos de Destituição do Poder Familiar (MIRANDA, 2004). Em muitos casos esta retirada é medida indispensável para a salvaguarda da criança, porém deve ser realizada de forma cautelosa, visando sempre a possibilidade de se manterem os laços familiares. Apenas nos casos em que é impossível a manutenção na família deve-se considerar a ruptura definitiva e os processos de adoções. No primeiro momento da separação, a criança vitimizada pode ser encaminhada para uma família substituta ou para uma entidade de acolhimento. Nestes casos deve-se levar em consideração o grau de parentesco e a relação de afinidade e afetividade de todos os familiares. Além disso, urge verificar se esta família apresenta ou apresentou quadros de violência doméstica (GONÇALVES, 2002) para não haver risco de revitimização, o que certamente só contribuiria para agravar o quadro de sofrimento da criança. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe na sua Secção III, sobre os casos de família substituta: Guarda Tutela e Adoção e em seu art. 33 orienta:

A guarda obriga à prestação de assistência material, moral educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.

A adoção possui como requisito indispensável a destituição do poder familiar, e nos casos de abuso sexual, ela deve ser precedida de um estudo cuidadoso do caso (GONÇALVES, 2002).

Nos casos de abuso sexual o Conselho Tutelar, encaminha a criança e/ou adolescente vitimizado para o CREAS e encaminha o responsável, ou na ausência deste, o próprio conselheiro faz o Boletim de Ocorrência (B.O.), realizado na Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA), tendo em vista no município não existir uma Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente (DECA). O Fluxograma 3 abaixo resume o fluxo do atendimento quando a denúncia é recebida pelo Conselho Tutelar.

Figura 4 – Notificação feita ao Conselho Tutelar



O Município do Rio Grande conta com três conselhos tutelares que atuam no mesmo local, compostos por 15 conselheiros. Destes participaram 11 conselheiros tutelares, desta forma 73% dos integrantes do Conselho Tutelar estão representados neste estudo.

Quanto a avaliação do trabalho os conselheiros realizam 18% dos participantes avaliam o seu trabalho como agradável, 27% avaliam o trabalho como

estressante, 46% avaliam como difícil e 9% como necessário. Nenhum dos participantes considera o seu trabalho fácil e agradável. Percebemos que o trabalho desenvolvido pelo conselho tutelar não é um trabalho fácil, mas sem dúvida necessário e de extrema importância, pois ele é o garantidor dos direitos da criança e do adolescente.

O público que é atendido pelo conselho tutelar 91% atendem somente crianças e adolescentes e 9% atende todos os públicos.

Quanto as modalidades de violência atendidas pela instituição 82% responderam que atendem todas as modalidades de violência física, psicológica, sexual, negligência e fatal e dois participantes que equivalem a 8% atendem as modalidades de violência física, psicológica, sexual e negligência. Desta forma 100% dos participantes atendem casos de abuso sexual contra a criança e o adolescente.

Quanto aos encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de AS as respostas foram 37% encaminham para o serviço especializado CREAS; 18% encaminham para o CREAS e para o Judiciário; 9% encaminham para vários serviços, sendo eles: CREAS, CAPS, CAPS I, CAPS AD e para o CRAS; 9% encaminham somente para o CAPS; 9% pede o “afastamento da vítima do suposto agressor” e 18% não informaram. Podemos observar aqui também uma falta de unidade, mais uma vez instituições que não prestam um atendimento especializado para casos de violência sexual são citadas, como os CAPS.

No tocante ao Fluxo de atendimento 100% não informou.

Quanto ao número de casos atendidos que envolvem crianças e/ou adolescentes com suspeita/confirmação de abuso sexual 9% dos participantes informaram que atendem 2 caso por mês; 9% atendem de 3 a 5 casos por mês; 9% atendem 10 casos por mês e 73% não informaram. Por ano 9% informaram que atendem de 10 a 20 casos por ano; 9% atendem de 20 a 40 casos por ano e 82% não informaram.

Vejamos as dificuldades apontadas pelos Conselheiros Tutelares:

Tabela 10 – Dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho na área de garantia dos direitos

Questões relativas ao atendimento	18%
Estrutura Institucional	64%
Famílias	9%
Nenhuma	9%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Notamos que 18% dos participantes apontam questões relativas ao atendimento como dificuldades, mas estas são apontadas com a relação do serviço prestado com a rede de apoio, vejamos: “Falta de uma maior integração dos órgãos responsáveis” (Lótus); “Uma maior integração com a rede de apoio” (Magnólia). Além destes, apontam a necessidade de profissionais capacitados: “Termos mais profissionais na área e que realmente tenham perfil em violência doméstica- sigilo, ética” (Malmequer). A dificuldade surge como uma necessidade para melhoria do atendimento.

64% dos participantes consideram que a falta de infraestrutura e de recursos humanos são empecilhos: “[...] poucas viaturas para atender os três conselhos tutelares no município e a demora no atendimento de alguns serviços especializados” (Margarida); “Falta de equipamentos (Internet, computador, impressora, xerox)” (Menta). Dificuldades que se repetem nos serviços.

A referência feita acerca das famílias é negativa, que as mesmas não entendem e não colaboram com o trabalho do Conselho. Aqui é preciso destacar que as famílias atendidas pelo Conselho Tutelar encontram-se fragilizadas e a falta de compreensão é normal e esperada, visto estarem numa situação de risco. Destacamos também que 9% dos participantes não apontam dificuldades.

Quanto a possibilidade de melhoria no atendimento a vítima no seu serviço temos:

Tabela 11 – Possibilidades de melhoria no atendimento à vítima no seu serviço na área de garantia dos direitos.

Atendimento especializado	9%
Estrutura Institucional	27%
Rede	27%
Não informou	37%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Mais uma vez as possibilidades de melhoria se expressam por referências a necessidade de atendimento especializado, melhorias quanto a estrutura institucional e uma maior integração da rede com uma ampliação dos serviços.

3.6 JURÍDICA

O Município do Rio Grande conta com uma Vara de família, uma Vara da Infância e da Juventude onde o juiz que atua é o mesmo da Vara Criminal. No Ministério Público o município conta com uma Promotoria especializada da Infância e da Juventude. Foi possível neste estudo ter um representante de cada uma das instituições, perfazendo um total de 3 participantes. Participaram 1 juiz da vara da infância e da juventude que também atuava na Vara Criminal; 1 juíza da vara de família e 1 promotora da vara especializada da infância e da juventude.

Quanto a avaliação do trabalho realizado 33,33% considera o trabalho estressante 33,33% considera o trabalho desafiador e 33,33% não respondeu.

Quanto ao público atendido os participantes atendem todos os grupos totalizando 100%.

Quanto as modalidades de violência atendidas 33% atendem todas as modalidades de violência física, psicológica, sexual, negligência e fatal; 67% atendem as modalidades de violência física, psicológica, sexual e negligência. Assim, 100% dos participantes atuam em situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes.

Quanto aos encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de AS as respostas foram 67% é feita a indicação de processo

específico para a criança e para o agressor “É indicado processo específico para cada uma dessas crianças ou processo criminal pra responsabilizar criminalmente o agressor ou o processo que se busca o acolhimento, a defesa dessa criança, que foi atacado sexualmente” (Miosóti); “Ajuizamento de ações penais ou ações para a proteção das vítimas” (Narciso) e 33% é feito o encaminhamento para o MP e para o CREAS.

Quanto ao fluxo do atendimento: 67% não informa o fluxo e 33% indicou o fluxo como:

Toda vez que ... chega uma noticia ao poder judiciário, ... ela já chega com um andamento já prévio. O ... poder judiciário é inerte, apesar de atualmente existir algum tipo de atuação mais efetiva do poder judiciário na comunidade. (...) Então, normalmente quando chega o caso pra nós, já ouve um andamento no Conselho Tutelar ... na policia, inquérito policial, ou uma atuação do ministério público ... chega pra nós, daí toma os rumos do processo, procedimentos legais esses são os fluxos ... em Rio Grande, ... no criminal é processo de simples de puro, ... na infância e juventude... se auxiliava muito do rede família e toda rede de atendimento, ... então se iniciava um processo, ..., um expediente, ... específico para essas crianças, e se buscava nessa rede social algum tipo de informação e conselho tutelar registro em outros centros de atendimento, ... sobre qual caminho melhor a se tomar, seja abrigamento, seja retirar essa criança da família, seja retirar o agressor da família, então todas essas informações que a gente conseguir com os órgãos que atuam diretamente no em lócus assim com essas crianças, e adolescentes, e enfim, a partir dai se tomava diversas decisões (Nenúfar).

Quanto ao número de casos atendidos que envolvem crianças e/ou adolescentes com suspeita/confirmação de abuso sexual 100% dos participantes não informaram o número de casos atendidos por mês. Por ano 33% informaram que atendem de 0 a 1 caso por ano; 67% não informaram.

Quanto as dificuldades encontradas no dia-a-dia do seu trabalho temos as seguintes categorias:

Depoimento da vítima: 33,333%

“Do processo criminal, o processo criminal de responsabilização do agressor a dificuldade maior é extrair da criança e adolescente um tipo de depoimento que seja válido para uma condenação, às vezes a criança e o adolescente não tem capacidade sequer de falar para um juiz que foi abusada ou punida por alguma situação, não tem capacidade de expressar a ponto isso, ... então, o juiz se baseia principalmente no laudo psicológico e a todos esses profissionais que cercam o processo. Para levar uma condenação assim, às vezes é meio complicado ... se baseia às vezes só em depoimento, e depoimento que levam ao, trazem apenas indícios de que o abuso

tenha ocorrido e não propriamente prova que ele tenha ocorrido e o processo criminal ele é muito grave, ele gera a uma condenação, especialmente nesse caso que é um crime hediondo, regime fechado, então, o juiz precisa de elementos, precisa ter provas pra condenar e às vezes essas provas são muito frágeis, então é uma atividade muito difícil, porque por um lado fica a impressão de que houve o abuso e de certa forma fica a impressão que poderia ter uma condenação, mas não se tem uma prova concreta e essa é uma dificuldade diária, e evidente em todos processos, praticamente todos os processos criminais..... na infância e juventude a dificuldade é de conseguir tratar essa vítima, de maneira humanizada assim, não tratá-la somente como objeto de processo, como um número a mais dentro de um diário e então assim porque vai repetir toda aquela situação de violência, às vezes até para ajudar essa vítima, é muito pesado pra própria vítima, então à vezes se tem a dificuldade de extrair dessa vítima um auxílio para o nosso processo e se tem uma dificuldade em saber exatamente qual é o melhor tratamento a se dar para essa vítima, então a gente se auxilia muito de psicólogos a atuação do CREAS, todos atendimentos à criança e adolescente, mas nem sempre esse atendimento é o mais efetivo, então a dificuldade é mais assim de efetivamente de tirar esse dano psicológico dessa criança que realmente é complicado para o Estado como um todo.” (Miosótis)

Falta de recursos humanos: 33,333%

Demora na prestação dos serviços = 33,333% “Demora na prestação dos serviços, falta de aparelhamento do poder judiciário que não prioriza o atendimento à infância e juventude” (Nenúfar).

Quanto a possibilidade de melhoria no atendimento a vitima no seu serviço temos: 67% Não informou, 33% Rede:

“[...] a atuação em rede é uma forma clara de melhorar o nosso atendimento, ... o atendimento do poder judiciário, o poder judiciário tem que ser permeável ..., tem que ser permeado a atuação em rede assim, lá em Rio Grande, a gente tem o rede família, que atua de certa forma a integrar todos esses ausentes de atendimento crianças e adolescentes e trazer subsídios para o poder judiciário poder decidir, parece que uma melhora seria neste sentido, em Rio Grande, já se faz isso com um certo sucesso e quem sabe espalhar isso para o Estado todo, ou Brasil a fora” (Miosótis).

Notamos que o poder judiciário tem assumido um papel atuante na sociedade riograndina, apesar de ser inerte e necessitar de uma motivação por parte do ofendido ou do Ministério Público, juízes e promotores tem participado de reuniões com profissionais da rede de atendimento do município.

3.7 SEGURANÇA PÚBLICA

A Segurança Pública no nosso município é abrangida pela Polícia Civil e a Polícia Militar.

Em 1936 foi criada no município do Rio Grande a Companhia de Guardas pelo Decreto n. 6197 de 6 de abril de 1936. Em 1941 foi inaugurada a Companhia de Guardas localizada na Avenida Honório Bicalho, estando até os dias atuais neste mesmo local. Passou a ser denominado 6º. Batalhão de Polícia Militar em 1970 por ser a sexta unidade de corporação criada no Estado. Realiza os seguintes procedimentos: a) o registro das ocorrências; b) realiza um atendimento primário (encaminha para atendimento médico), neste caso o conselho tutelar; e c) encaminha para a Delegacia da Mulher, pois no nosso município não temos uma Delegacia Especializada para o atendimento a crianças e adolescentes. São três postos da polícia militar no município, realizam atendimento pelo número 190. A Penitenciária Estadual do Rio Grande pertence a 6ª. Companhia do 3º. BPM, são 8 soldados que prestam atendimento lá com turnos de 12 horas cada. Quando os acusados chegam no presídio o atendimento já foi realizado e os mesmos já vão “enquadrados”, termo que se refere a conduta do acusado estar perfeitamente adequada ao tipo penal.

A Polícia Civil é composta por uma delegacia regional composta por 6 agentes e 1 delegado e por 5 (cinco) delegacias locais divididas em áreas: Delegacia da Mulher (Atende vítimas de violência incluindo as crianças e adolescentes) composta por 7 agentes e 1 delegada de polícia, DEFREC (Delegacia Especializada em Furtos, Roubos, Substâncias Entorpecentes e Capturas) atua no centro da cidade composta por 10 agentes e 1 delegado (atua do Canalete até a Barra); A Primeira Delegacia de Polícia composta por 10 agentes e 1 delegado (atua do Canalete até a Cidade Nova); A Segunda Delegacia de Polícia composta por 7 agentes e 1 delegado (atende o Povo Novo, Quinta até a ponte do Bolacha); e a Terceira Delegacia de Polícia composta por 8 agentes e 1 delegado (atua no Cassino). A Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento (DPPA) é composta por 28 agentes divididos em 5 (cinco) equipes com 5 (cinco) delegados responsáveis. A delegacia regional foi criada pelo decreto 42162/03, o DEFREC pelo decreto 38996/98, a delegacia da mulher pelo decreto 46540/09, o DPPA pelo decreto

43438/04, a primeira DP pelo decreto 17772/66, a segunda DP pelo decreto 40455/00 e a terceira delegacia pelo decreto número 275/82.

No DPPA a criança e /ou adolescente vitimizado é ouvida preliminarmente e encaminhada para o Instituto Médico Legal, onde são realizados os exames de corpo de delito que irão identificar vestígios e as provas do crime. Após feito o B.O. a criança e/ou adolescente é encaminhado para a Delegacia competente para o caso, onde a vítima é ouvida pelo escrivão de polícia. Após este atendimento, o escrivão redige um relatório que é encaminhado para o Delegado de Polícia. Neste momento, este vai dar abertura ao Inquérito Policial. Com o início do inquérito são ouvidas as testemunhas e o acusado passa a condição de indiciado.

Figura 5 – Notificação feita ao DPPA



Se observarmos este fluxo de atendimento, podemos apontar que até o início do inquérito policial, a criança ou adolescente envolvido no caso precisou relatar o fato pelo menos 4 (quatro vezes): 1. Conselho Tutelar; 2. CREAS; 3. DPPA; 4. Delegacia competente. Quatro vezes reviver a violência sofrida! Somente com o término do Inquérito Policial o delegado encaminha o relatório para o Ministério Público que pode ou não oferecer a denúncia contra o acusado. Dando-se início ao processo criminal que busca a punição do acusado, agora na condição de réu,

passam a existir dois processos: um na Vara da Infância e da Juventude (processo de proteção¹¹) e o outro na Vara Criminal.

Participaram da pesquisa 26 profissionais, sendo destes 14 da Brigada Militar e 12 da Polícia Civil. Sendo destes: 14 policiais militares, 9 delegados de polícia e 3 inspetores de polícia.

Quanto a avaliação do trabalho que realizam 8% dos participantes avaliam o seu trabalho como agradável, 54% avaliam o trabalho como estressante, 26% avaliam como difícil, 4% consideram o seu trabalho como fácil, 4% consideram importante para o sociedade e 4 % não responderam.

Quanto ao público que é atendido 77% atendem somente adolescentes e adultos, 19% atendem todos os públicos e 4% atendem somente adultos.

Quanto as modalidades de violência atendidas pela instituição 72% atendem todas as modalidades de violência física, psicológica, sexual, negligência e fatal; 4% atendem as modalidades de violência física, psicológica, sexual e negligência; 4% atendem todas as modalidades de violência física, psicológica, sexual, negligência, fatal e ainda furto e roubo; 4% atendem as modalidades de violência física, psicológica e fatal; 4% atendem somente violência psicológica; 8% atendem somente violência física e 4% não responderam.

Quanto aos encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de AS as respostas foram

Tabela 13 – Encaminhamentos feitos pela instituição nos casos de suspeita e/ou confirmação de AS na área de segurança Pública.

Conselho Tutelar	14%
CREAS	13%
Delegacia da Mulher	12%
DML	12%
Hospital	16%
Investigação	22%
Não informado	11%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da Pesquisa

¹¹ O Processo de Proteção nasce a partir das primeiras medidas de proteção necessárias, tais como: acolhimento, afastamento do abusador, dentro outras.

O quadro acima demonstra que os profissionais da área de segurança pública apontam diferentes encaminhamentos nos casos de abuso sexual. Porém, todos os encaminhamentos são adequados e dentro do esperado na área da segurança pública, seja para o Conselho Tutelar, CREAS, Hospital, DML, Delegacia da Mulher já que não temos (de fato) no município uma Delegacia Especializada da Criança e do Adolescente. Notamos que 22% citam procedimentos investigativos, sejam: “Instauração do procedimento adequado” (Peônia); “Aprovação mediante inquérito policial com pedidos/representação por prisão e mandados de busca e apreensão, e acionamento do Conselho Tutelar, também se solicitam perícias para analisar vestígios deixados” (Perpétua); “Fato, prisão abusador, assistência vítima através Conselho Tutelar ou juiz infância adolescência” (Pervinca); “Averiguação/ investigação” (Petúlia).

Quanto ao FLUXO do atendimento. Informam apenas 15% dos participantes: “DP=MP=Fóruns e Conselho Tutelar” (Prímula); “Registro de ocorrência, oitiva, encaminhamento à perícia médica, encaminhamento ao CREAS, instauração de inquérito policial” (Rosa amarela); “Registro ocorrência, diligências necessárias para apurar autoria e materialidade do fato, por inquérito policial, solicitação de apoio ao Conselho Tutelar, quando agressores, ferem os pais ou responsáveis legais, ou no caso de omissão destes, ou negligências e encaminhamento ao Ministério Público após indiciamento para início da ação penal” (Rosa vermelha). Mas 85% não informou.

Quanto ao número de casos atendidos que envolvem crianças e/ou adolescentes com suspeita/confirmação de abuso sexual 4% dos participantes informaram que a instituição atende 1 caso por mês e 96% não informaram o número de casos atendidos por mês. Por ano 4% informaram que atendem de 3 a 5 caso por ano; 96% não informaram.

Quanto as dificuldades encontradas no dia-a-dia do seu trabalho temos as seguintes categorias

Tabela 13 – Percentuais de dificuldades encontradas no dia a dia do seu trabalho na área de segurança Pública.

Atendimento especializado	19%
Estrutura Institucional	54%
Famílias	4%
Falta de comprometimento dos órgãos públicos	4%
Nenhuma	11%
Não informaram	8%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto ao atendimento são apontados como dificuldades principalmente a falta de agilidade nos diagnósticos, a falta de um atendimento especializado e ainda a falta de uma rede de atendimento. Além destes a burocracia também é apontada como fator que prejudica o atendimento. “Rapidez (falta de) nos diagnósticos” (Rosa); “Atendimento especializado, falta de rede de atendimento para as vítimas, falta de cursos de capacitação” (Saudade); “Burocracia excessiva” (Tulipa amarela); “Falta de apoio dos demais órgãos” (Tulipa vermelha). Notamos que mais uma vez as dificuldades se assemelham nas diferentes áreas de atendimento a criança e ao adolescente.

Os problemas com a estrutura institucional são apontados por 54% dos profissionais: “Número insuficiente de agentes policiais, falta de preparo dos agentes para atendimento ao público e a casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes, falta de acompanhamento psicológico dos agentes policiais” (Violeta); “Grande quantidade de ocorrências e pouco material humano, acumulando serviço” (Zinia); “Falta de equipamentos e recursos para o atendimento ocorrência” (Flor de lis); “Armamento e equipamentos defasados e a falta de compreensão por parte da população” (Angélica). Notamos a necessidade de preparo e capacitação para atuar nos casos de abuso sexual perpassa todas as áreas.

Os profissionais da área da segurança pública apontam como dificuldade a convivência da família no que tange aos casos de abuso sexual: “Falta de colaboração de testemunhas e casos em que os agressores são os próprios pais/responsáveis legais, hipóteses em que fica inviabilizada a investigação dos fatos” (Crisântemo). Lembramos a discussão que realizamos no capítulo I acerca da

difficuldade nos casos de abuso sexual intrafamiliar, por se tratar de um crime e remete a responsabilização do abusador que muitas vezes é um membro da família.

Quanto a possibilidade de melhoria no atendimento a vítima no seu serviço temos:

Tabela 14 – Possibilidades de melhoria no atendimento a vítima no seu serviço na área de segurança Pública.

Atendimento especializado	65%
Atendimento satisfatório	8%
Estrutura Institucional	16%
Não sei	4%
Não informou	15%

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto as possibilidades de melhoria no atendimento 65% dos profissionais apontam a necessidade de mudanças significativas e necessárias: “Atendimento priorizado” (Cravina); “Haveria uma melhora no atendimento com a implementação de uma rede interna de apoio com psicólogas e assistentes sociais” (Cerejeira); “O atendimento por uma mulher, registro do boletim de ocorrência na delegacia especializada (DM), local apropriado e com privacidade” (Espata). “Ser sempre atendida por mulheres para a tomada do depoimento, o que nem sempre acontece” (Chuva de prata); “Serviço de pronto atendimento a vítimas de abuso sexual” (Epífita). Notamos que a falta de uma Delegacia Especializada para a Criança e o Adolescente expõe a vítima a uma revitimização.

Mais uma vez a capacitação surge como uma possibilidade de melhoria no atendimento: “Com o constante aprimoramento” (Gloriosa); “Melhorando os locais de atendimentos e capacitando os servidores” (Gadenia); “Com capacitação e com psicólogos na instituição” (Girassol); “Curso qualificação, acompanhamento até o desfecho do caso” (Petúnia).

Mudanças na estrutura institucional também são apontadas pelos profissionais da área da segurança pública, assim como nas demais áreas apresentadas.

Nos chamou a atenção a fala de um dos profissionais que aponta itens que podem corroborar para a implementação de uma rede de atendimento: “Para uma

rede é preciso: 1) Preparo dos policiais, 2) Acompanhamento das vítimas por especialistas com psicólogos, educadores, etc, 3) Preparo dos enfermeiros e médicos no atendimento de vítimas de abuso sexual”.

A apresentação das instituições por área de atuação nos chamou a atenção para o número de participantes que não responderam as questões do questionário deixando em branco, elaboramos um gráfico para melhor expor estes casos:

Tabela 15 –Participantes que Não responderam

Área de Atuação	Encaminhamentos %	Fluxo de atendimento %	Avaliação do Trabalho %	Dificuldades encontradas %	Possibilidades de Melhoria %
Assistência social	53	88	17	66	71
Educação	55	100	10	44	70
Entidades de acolhimento	59	100	33	50	92
Saúde	36	81	8	31	47
Garantia de direitos	18	100	0	0	37
Judiciária	0	67	33,3	33,3	67
Segurança pública	0	85	4	8	0

Fonte: Dados da Pesquisa

Estes dados são preocupantes uma vez que todas as instituições realizam atendimento às vítimas de abuso sexual. Por exemplo, quanto ao fluxo de atendimento em todas as áreas, os não respondentes superam 67%, o que confirma o desconhecimento dos profissionais acerca do atendimento realizado no município. Percebe-se uma certa sintonia nas áreas de segurança pública e jurídica no que tange aos encaminhamentos. A área que apresentou os menores índices de não participação foi a segurança pública (com exceção do questionamento sobre conhecimento do fluxo de atendimento que foi tão alto como dos colegas dos outros segmentos).

Até o presente momento apresentamos particularidades das instituições envolvidas no atendimento a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, partimos da parte para agora estudar o todo que é objeto deste estudo. Assim, no próximo capítulo vamos estudar as atuações e possibilidade de intercoluções.

IV – ECOLOGIA DO ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ABUSO SEXUAL NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE

A Violência sexual intrafamiliar é um fenômeno complexo que deve ser percebido e compreendido desde a dinâmica das relações familiares onde o abuso ocorre, perpassando o momento da revelação/denúncia ao pós-denúncia até a finalização do processo de proteção e/ou criminal. Neste longo e árduo percurso a criança e/ou adolescente vitimizado passa pelo crivo de inúmeros serviços, bem como pelo atendimento de profissionais de diversas áreas, de diferentes segmentos sociais. Conforme o art. 4º. do ECA:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, 2010, p. 01)

O Estatuto da Criança e do Adolescente apresenta a legislação da garantia de uma rede de proteção que atenda e siga a doutrina da Proteção Integral a toda a criança e/ou adolescente.

Até a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente muitas foram as lutas e diálogos no âmbito mundial e nacional. Os avanços significativos surgiram após a Segunda Guerra Mundial com a criação da Organização das Nações Unidas e do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas que recomendou a adoção da Declaração de Genebra de 1946. Esta declaração estipula que os Estados são soberanos em disciplinar os direitos da criança. Em 1946 foi criado o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 expressa no Art. 25, § 2º que: “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais.

Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social” (REZEK, J. F., 2002, p. 762). Em 1959 foi criada a Declaração Universal dos Direitos das Crianças trazendo os princípios de proteção à infância; consagrada pela Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989.

O primeiro Código de Menores foi promulgado no Brasil em 1927 quando temos um período da chamada institucionalização oficial e pouco se avançou na percepção dos direitos da criança e/ou do adolescente. Este Código ficou em vigor até 1979 quando foi criado o novo Código de Menores de 1979 movido pela doutrina da situação irregular. Era uma lei que apresentava medidas mais assistencialistas (MACHADO, MACHADO, 2009) do que preventivas. A situação imposta foi questionada por inúmeros movimentos sociais que deram origem ao Fórum Nacional de entidades não-governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (DCA). A mobilização alcançou o número de um milhão e meio de assinaturas para que os direitos da criança fossem assegurados pela constituição federal de 1988, o que se efetivou com o Art. 227 da Constituição Federal.

ART. 227 CF: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Assim, em 13 de julho de 1990 foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, que adota uma doutrina de Proteção Integral, em coerência com a Constituição Federal e a Convenção de 1989, não visualiza a criança e o adolescente como menores de idade, ou como problemas sociais; os têm, sim, como seres humanos em peculiar condição de desenvolvimento, sujeitos das relações sociais desde seu nascimento e que devem ser considerados não pela sua condição econômica ou por seu agir social, mas, insista-se, pelo fato de que são pessoas e devem receber trato estatal, social e familiar, trato este, apto a salva-los das situações capazes de marginalizá-los. (MACHADO, MACHADO, 2007, p. 80).

Desta forma, proteger a criança é obrigação do Estado, da Sociedade e da família. É proposto um atendimento interdisciplinar e protetor para minimizar e/ou atenuar os traumas vivenciados pela violência. Os direitos fundamentais da criança e do adolescente vitimizado devem ser, portanto, respeitados a despeito das condições desfavoráveis. Segundo Faleiros (2005):

Para que se venha a falar e a superar o medo é preciso ter portas de entrada seguras, seja um telefone SOS, mas onde exista acolhida, investigação serena, resolubilidade. A rede de proteção precisa funcionar como o inverso da trama abusadora, ou seja como uma rede de proteção: com preeminência para a palavra da vítima, da mulher, com acolhida, com respeito e serenidade (FALEIROS, 2005, p. 117).

Assim, uma maior compreensão pelos profissionais que atendem todos os envolvidos, acerca da dinâmica do abuso sexual (trama) poderia minimizar os traumas gerados pelo drama da revelação (FALEIROS, 2005). Destarte, conhecer o fenômeno de forma complexa, bem como os procedimentos adequados para se proceder diante de um caso de abuso sexual devem ser perfeitamente conhecidos por todos os profissionais, desde a denúncia para que esta seja protetiva e consciente (PIETRO, 2007; PIETRO; YUNES, 2008). Portanto, quando a criança procura ajuda por estar sendo abusada, ou quando há desconfiança do professor, médico, enfermeiro, etc., este profissional deve estar preparado para identificar os sinais e efetuar a denúncia¹². Porém, não basta denunciar, é preciso denunciar para o órgão e para as pessoas certas. Neste entendimento, a denúncia ou notificação de uma situação de abuso sexual em qualquer contexto requer ações e intervenções interdisciplinares que não dependem em sua eficácia ou de atitudes isoladas. É preciso haver comunicação e colaboração entre um conjunto de segmentos que compõe a rede de apoio social de crianças, adolescentes e famílias. Entretanto, há que se considerar uma etapa prioritária neste processo que envolve a participação de pessoas-chave, que devem estar preparadas para identificar, reconhecer e compreender os indícios da existência de uma situação abusiva. Isso pressupõe um conhecimento específico que raramente é tratado nos cursos de graduação das diferentes áreas das ciências humanas e sociais nas Universidades (ALMEIDA, 1998) e tampouco integra a formação de professores nos cursos de magistério.

É consenso que a falta de conhecimento dos trabalhadores sociais - professores, atendentes de creche, cuidadores, advogados, juízes, promotores, delegados, etc. – leva muitas vezes à revitimização da criança e do adolescente. Aliado a isso, a falta de prioridade no atendimento institucional em rede às vítimas, abusadores e familiares, contribui de forma negativa nestas relações.

Quanto aos profissionais da área legal, o desconhecimento somado aos inúmeros interrogatórios que obrigam a criança a repetir várias vezes o que

¹² Denúncia compreendida aqui como notificação ou informação da violência.

aconteceu com ela – para os policiais, para o Conselheiro Tutelar, para o Juiz, etc. - constituem fatores negativos e propulsores de revitimização para a criança. Conforme visto acima, quando se tratou dos tipos penais, é preciso haver provas inequívocas de materialidade e autoria, para que uma pessoa possa ser condenada. Muitas vezes a palavra da vítima é a única prova. Percebe-se então, a necessidade de priorizar a proteção da criança/adolescente na produção destas provas. Outro obstáculo à aplicação legal é a convivência ou o silêncio das famílias onde existe um “acordo” entre seus membros de que tudo deve permanecer oculto. Este “acordo” consiste e é mantido através de ameaças à criança ou a família ou ainda através de promessas de benefícios para a criança/adolescente (SCOBERNATTI, 2005). Aliado a tudo isso, as dificuldades da criança ou adolescente em compreender e relatar a situação é pelo fato do abuso sexual ser mascarado com cenas de carinho e sedução conforme já exposto quando abordado o tema das famílias abusivas.

Desta forma, compreender como acontece o atendimento da violência sexual contra a criança e/ou adolescente é essencial para a realização de um atendimento protetivo. Tendo em vista o número elevado de dados foi necessário expor num primeiro momento o atendimento realizado pelas instituições a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual atendendo as suas especificidades, para a partir de agora realizar um estudo do todo.

Conforme já descrito, participaram do estudo 422 profissionais. As categorias funcionais estão assim representadas: 9 coordenadores, 11 assistentes sociais, 9 psicólogos, 1 psicopedagoga, 12 atendentes/secretários, 11 médicos, 21 enfermeiros, 24 técnicos em enfermagem, 1 educador social, 31 agentes comunitários de saúde, 2 monitores; 53 diretores de escola, 16 vice diretores, 44 coordenadores pedagógicos, 14 supervisores escolares, 25 orientadores educacionais; 96 educadores (professores), 15 policiais militares, 9 delegados de polícia, 3 inspetores de polícia, 1 juiz da vara da infância e da juventude que também atuava na Vara Criminal, 1 juíza da vara de família, 1 promotora da vara especializada da infância e da juventude, 11 conselheiros tutelares e 1 não informou a atividade que desenvolve. A seguir tratar-se-á das percepções dos profissionais acerca da violência sexual.

4.1 PERCEPÇÕES ACERCA DO ABUSO SEXUAL

Para melhor compreensão do atendimento a casos de abuso sexual torna-se necessário entender como os profissionais percebem esta violência, quando praticada contra a criança e o adolescente. Conforme já abordamos, a violência sexual não se dá de forma legitimada, ela é imposta por um adulto que a exerce mediante negação ou ameaça (FALEIROS, 2005). É um fenômeno que não pode ser visto sob um único prisma e sim de forma sistêmica e complexa (MORIN, 2002).

Quanto a compreensão de Abuso Sexual dos 422 participantes foram elencadas 5 categorias de acordo com a ênfase atribuída às respostas: a) crime: 3% dos participantes; b) ato sexual: 7% dos participantes; c) Visão doutrinária: 59% dos participantes; d) sentimentos: 13% dos participantes e não informaram 18% dos participantes.

O abuso sexual é um crime praticado contra a criança e o adolescente:

“Um crime brutal, sem escrúpulos cometidos por mentes doentias, que marcam pessoas” (Margarida); “Violência que deve ser penalizada com leis mais pesadas” (Rosa); “Crime hediondo que afeta diretamente de forma cruel quem sofre o abuso e indiretamente toda uma família quando está tem uma estrutura, embora existam famílias que convivam com isto de forma quase natural” (Crisântemo); “Acredito ser o pior crime contra o ser humano” (Flor de Pessegueiro).

É um crime cruel e perverso praticado contra o outro. Crime este tipificado no Código Penal Brasileiro e na Lei n. 8072/1990 (Lei de Crimes Hediondos, Art. 1º. Incisos V e VII), conforme já apontado no primeiro capítulo, o que ratifica a repulsa da sociedade que não admite mais crimes desta natureza. Porém, analisando algumas das falas percebemos ainda a necessidade da sociedade em punir de forma mais severa: “leis mais pesadas”; “Como crime hediondo e como tal exige uma punição adequada”, não questionamos a necessidade do cumprimento de uma pena, questionamos a necessidade de medidas que possam ser mais eficazes no tratamento do abusador, temos a consciência de que não basta a prisão que é preciso que este indivíduo tenha reais condições de quando sair da prisão possa retornar ao convívio social sem praticar outros abusos. É preciso pensar estratégias de enfrentamento, apontamos neste estudo três circunstâncias essenciais, representadas na figura 6:

Figura 6 – Relação abusador/criança e/ou adolescente vitimizado.



Fonte: Dados da pesquisa.

Vejamos: a) a base da pirâmide constitui-se na admissão, o abusador precisa assumir a sua responsabilidade frente a violência e frente a lei (FALEIROS, 2005); b) no centro a reparação junto a vítima que está associada ao fim da violência (MADANES, 1997; FALEIROS, 2005) e o c) ápice da pirâmide está o tratamento médico, psicológico e/ou psiquiátrico. Santos (1998) afirma:

[...] estados psicóticos ou perversos, depressão, baixo controle dos impulsos, problemas neurológicos, baixa tolerância ao stress, bem como o uso de álcool e outras drogas são fatores relevantes para a compreensão desse problema (SANTOS, 1998, p. 21).

Em muitos casos, o abusador sabe que está fazendo algo errado com a criança e que isso constitui um crime. Pode inclusive, saber que o abuso prejudica a criança, mas mesmo assim não consegue parar com essa nociva prática (FURNISS, 1993). Para o agressor, o abuso constitui um alívio de tensão que o conduz à compulsão à repetição fazendo-o dependente. De acordo com Furniss (1993), as tentativas de parar com a violência podem levar a sintomas de abstinência tais como: agitação, irritabilidade e ansiedade. Assim, não é possível entender e tratar a

violência sexual sem pensar também, no abusador, tendo em vista o demonstrado, a dificuldade probatória e no possível retorno do abusador para o contexto familiar após cumprir a pena ou ser absolvido.

Poucos participantes (7%) ainda possuem uma visão do abuso sexual como um ato sexual, com penetração ou sem penetração, vejamos exemplos: “Manter relações sexuais” (Melissa); “Quando invade partes íntimas de crianças e/ou adolescentes”; “É qualquer ato sexual realizado a força” (Girassol); “Abuso sexual é qualquer ato sexual iniciado ou concluído com crianças e adolescentes” (Rosa). Consideram a ocorrência do abuso sexual quando ocorre o ato sexual, entendido como o estupro consumado ou tentado. Assim parece que a maioria reconhece que existem outras tantas formas que configuram o abuso sexual.

Mais da metade dos participantes, (59%) apresenta um conhecimento mais específico e defendido pela doutrina (AZEVEDO; GUERRA, 1989; FALEIROS, 2005) acerca de conhecimentos adquiridos sobre abuso sexual. Assim, nesta categoria emergiram 5 (cinco) subcategorias que enfatizam elementos de: a) Não consentimento; b) Definições de Teóricos; c) Descrição de Modalidades; d) Outras formas de violência; e) Relação adulto versus criança. A seguir será apresentada a análise de cada uma delas:

É consenso a ausência do consentimento da vítima, sendo desta forma o abuso sexual um ato não consentido pela vítima ou caso a vítima consinta este consentimento encontra-se prejudicado em função da falta de condições psicológicas e legais para concordar. É o caso do menor de 14 anos que como já falamos é considerado pela legislação brasileira como vulnerável e incapaz de consentir, cabendo ao adulto o discernimento de seus atos: “Uma relação não permitida por uma das partes” (Acácia); “Ato sexual não consentido de alguma parte envolvida” (Acácia amarela); “Ato sem consentimento, que leva a consumação ou não de relação sexual” (Acácia branca) (grifo meu). Assim, vimos que os participantes tem clara a falta de consentimento da vítima que constitui uma das esferas da violência sexual (FALEIROS, 2005; CAMPOS, 1998).

Quanto a definição teórica de abuso sexual percebemos a compreensão dos participantes que seguem e repetem os doutrinadores aqui já mencionados, dentre eles AZEVEDO; GUERRA (1989); FALEIROS (2005) são exemplificadas como se segue:

“Qualquer ato de violência que agrida a integridade sexual de uma pessoa, seja violência ou grave ameaça ou outros atos atentatórios. Em casos de vítimas menores de 14 anos, a violência é presumida” (Amor perfeito); “Toda e qualquer forma que o abusador usa para satisfazer a sua luxúria e com o intuito de obter prazer, constringendo a vítima e a obrigando a fazer o que não deseja. Violação da privacidade corporal” (Azaléia).

Percebemos que as respostas demonstram uma compreensão do abuso sexual que vão além ou não tão somente o ato sexual em si, mas toda e qualquer expressão com conotação sexual que constranja o outro, que vise uma satisfação individual e que gere danos físicos e psicológicos a vítima, ou seja, que fira a dignidade da pessoa humana em troca de uma satisfação pessoal do abusador: “Abuso sexual é ato que fere a dignidade - o pudor da criança ou do adolescente, da mulher com penetração ou não que causam danos psicológicos às vezes irreversíveis” (Alecrim). Por assim, dizer, um ato cruel e desumano sem uma equiparação do poder de decisão e de respeito mútuo: “Espécie de violência, na qual o suposto agressor acaba por induzir forçosa ou sedutoramente (a saber que nem sempre a vítima está consciente dessa conduta ou está de acordo com a situação) a criança e/ou adolescente à prática sexual” Alfazema); “Considero abuso tudo que for realizado sem o respeito e a integridade física e psicológica de um ser humano” (Anis)

Ao definir o abuso sexual tivemos participantes que trouxeram as diferentes modalidades de abuso sexual, já estudadas no capítulo I:

“Todo o ato praticado com a intenção de toque ou exibicionismo de partes íntimas a pessoa contra sua vontade” (Begónia); “O abuso sexual não necessariamente precisa haver uma penetração, só o simples fato de acariciar, beijar, tocar já é abusar” (Brinco de princesa); “Toques sensuais pelo corpo principalmente (seios), mamas, área pubiana e sexo propriamente dito, ou seja, ato consumado e psicológico com palavras e propostas indecorosas, ou seja, assédios” (Cacto); “O abuso sexual pode se dar de várias maneiras, através do toque, de palavras, exposição de imagens, voyerismo” (Camélia branca); “Insinuação, assédio, estímulo sexual com crianças e adolescentes, tentativas de intimidade” (Camélia rosa). “Qualquer tentativa de apelar para a sexualidade tanto como o abuso (material) quanto o verbal e visual (fotos, vídeos, etc)” (Camélia vermelha).

Também percebemos a clareza dos participantes de que há relação do abuso sexual com outras formas de violência:

“O ‘abuso’ sexual é a violência física ou psíquica cometida contra quem não consente com a prática sexual.” (Campânula); “Há também o assédio sexual, a exploração sexual comercial, o uso de linguagem efética e, também a pedofilia e a pedofilia na Internet.” (Cardo);

É inegável que uma vítima de abuso sexual é também vítima de violência física, pois tem sua integridade física violada. É também vítima de abuso psicológico por ser obrigada ou coagida a praticar ou a sofrer o ato e é vítima de negligência por parte daqueles que deveriam protegê-la sendo muitas vezes moralmente e emocionalmente atacada sem piedade pelo abusador.

Mais uma subcategoria foi a relação adulto e criança: “Valer-se ou aproveitar-se, sexualmente no caso de crianças” (Copo de leite); “Violação de uma vida que poderá ser MARCADA para sempre. Quando criança interfere direto no comportamento com perfil dela como adulto. Difícil de ser tratada” (Cravo amarelo). Nestas falas percebemos os danos que o abuso acarreta. A relação do adulto com a criança é sempre de desequilíbrio de poder, com danos emocionais, físicos e moral, onde o adulto usa a criança e/ou adolescente como um objeto sem se preocupar com os danos que estão sendo causados a ela.

4.2 INDICADORES DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA PERCEPÇÃO DOS PARTICIPANTES

Os sinais ou indicadores que revelam que crianças ou adolescentes estão sendo vítimas de abuso sexual apontados pela literatura são inúmeros e inegáveis. Podem ocorrer sintomas físicos como: as infecções urinárias (mais frequentes, no caso das meninas em que aparecem os corrimentos vaginais ou retais), as queixas de dores ao urinar ou cólicas intestinais, a enurese/encoprese (falta de controle para urina ou fezes), o diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis, entre outros sintomas que podem ser encontrados em literatura competente (AZEVEDO; GUERRA, 1989; SANTOS, 1998; BRAUN, 2002; KOLLER; DE ANTONI, 2005). Além disso, há indícios psicológicos que evidenciam que a criança ou adolescente está sendo vitimizada, como: mudanças súbitas de comportamento, por exemplo, no apetite, chegando a formas de anorexias ou bulimias, conduta agressiva ou rebelde, dificuldades no desempenho escolar, reações defensivas, de alerta, comportamento

sexualizado e incompatível com a idade, sinais de promiscuidade sexual e prostituição, fuga do contato físico, sintomas de depressão, entre outros (BRAUN, 2002; KOLLER; DE ANTONI, 2005).

Vejamos os indicadores de violência sexual apontados pelos participantes:

Tabela 16 – Indicadores de violência sexual.

Sintomas físicos	7%
Sintomas psicológicos e/ou comportamentais	58%
Abusador	1%
Família	5%
Sociais	2%
Não sei	1%
Não informou	26%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa.

A tabela 16 mostra que os indicadores de violência sexual mais sinalizados segundo as percepções dos participantes referem-se às mudanças psicológicas ou comportamentais.

“Timidez, medo” (Cravo vermelho); “Mudança de comportamento, agressividade, retraimento” Cravo branco); “vergonha excessiva, nervosismo” (Cravo rosa); “Comportamento depressivo, vergonha de expor o assunto, sexualidade muito desenvolvida em relação à idade” (Cravo roxo).

É preocupante constatar que um quarto dos respondentes nada informou sobre a questão e 7%.dos participantes mencionaram os aspectos físicos.

“Criança que urina com ardência e várias vezes ao dia” Dália amarela); “Marcas no corpo ...” (Dália rosa); “Dificuldade em sentar” (Dália branca); “DST, lesões corporais, dor, inchaço genital ou anal” (Dália vermelha); “Violação dos órgãos genitais, espancamento” (Rosa); “Lesões no corpo, DST, abuso de drogas, incontinência fecal e etc,” (Flor de laranjeira);

Percebemos uma propriedade nas respostas, observamos a fala de uma das participantes: “Depende de cada indivíduo, geralmente as vítimas tinham ferimentos em órgãos genitais com explicações "fantásticas", como: "estava em cima da geladeira brincando e caiu na porta (quina)” (Flor do campo) este relato demonstra a

tentativa das famílias em esconder situações de violência utilizando desculpas e justificativas diversas.

Destacamos algumas falas que denotam a necessidade de mais formação acerca dos indicadores: “A mudança comportamental da criança. Precisamos ter mais esclarecimento sobre o assunto” (Gardénia); “Não tenho experiência, preciso ler mais, mas de acordo com o que já li será a mudança de comportamento como, por exemplo, a criança ficar mais arredia, agressiva, apática” (Hortência). Mesmo apontando sinais psicológicos reconhecem a necessidade de mais informação sobre o assunto.

Ainda sobre os indicadores um número reduzido 1% mas relevante faz referência ao abusador:

“O abusador, muitas vezes procura vítimas em condições precárias financeiramente, se valendo para exploração através de presentes e dinheiro- também em famílias desregradas, sem limite.” (Jasmim); “Pobreza, impunidade e falta caráter dos abusadores” (Jasmim branco); “Acredito que primeiramente uma patologia por parte do abusador” (Jasmim amarelo).

Percebemos que as falas são relacionadas a forma como os abusadores agem, quem são as vítimas mais vulneráveis, vistas como as de famílias mais humildes. Também, é forte a questão de considerar o abusador como um doente como sofredor de uma patologia, conforme já vimos não é o caso (ALBERTON, 2005).

Na família 5% apontaram indicadores, como:

“desestrutura familiar”, “alcoolismo e drogas na família”, “transtornos psicológicos”; “negligência”, “promiscuidade” entre outros. “Falta de estrutura familiar”; “Famílias desestruturadas, sem atenção e cultura suficiente; famílias ausentes que permitem o fastamento emocional e afetivo de seus membros; pessoas doentes psicologicamente, sem controle e sem tratamento”; “Desestrutura familiar- dificuldade de relacionar-se”; “Drogas, negligência e desestrutura familiar”; “Transtornos psicológicos, desestrutura familiar”.

O número de respondentes que abordou o tema da família como indicador é baixo, mas não se pode deixar de ressaltar que a família da criança que sofre abuso sexual também apresenta algumas características que devem ser observadas. Santos (1998) aponta algumas destas características: cuidado exagerado dos pais, controle nas relações sociais da criança, desconfiança permanente, proibição de namoro em casos de adolescentes, o uso de drogas e bebidas alcoólicas na família,

uma sensação de segredo que envolve todos os membros do grupo familiar, mães com atitudes excessivamente submissas ao companheiro, acusações de promiscuidade atribuída às crianças e indícios de que os pais tenham sofrido abuso sexual quando crianças.

Não há de se falar em “deseestrutura familiar”, pois considera-se que cada família apresenta uma estrutura, seja ela nuclear, monoparental, homoafetiva entre outras configurações familiares presentes na nossa sociedade atualmente.

Com um número pouco expressivo (2%), foram lembradas as questões sociais que podem ser facilitadoras da violência ou constituírem fatores de risco para a criança e o adolescente:

“Acredito que uso de álcool e drogas, ambiente e relacionamento familiar, histórico de abuso sexual e físico na infância, pobreza.” (Lilás); “Educação, poder econômico e cultural” (Lírio); “A televisão, a informática, as revistas, as companhias de crianças mais velhas com os menores, as brincadeiras.” (Lótus); “As drogas, a falta de dinheiro” (Magnólia).

Os indicadores sociais não são determinantes e nem podem ser vistos como determinantes, pois existem situações onde o ambiente é de risco e não ocorre violência. Pobreza, falta de religião, educação precária não podem ser apontados como sinais de violência, é preciso ter muito cuidado com tais afirmações preconceituosas e generalistas. Quanto a mídia esta, também, não pode ser vista como vilã e sim como parceira na promoção da prevenção e denúncia de casos de violência contra a criança e o adolescente (Ver art. 220 e 221 da Constituição Federal). Não podemos deixar de ressaltar que os indicadores e/ou sinais de violência tanto na criança quanto na família precisam ser analisados dentro do contexto e não de forma isolada.

4.3 CONSEQUÊNCIAS DA VIOLÊNCIA SEXUAL NA VIDA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Quanto às consequências da violência sexual na vida da criança e dos adolescentes 91% dos participantes reconhecem que elas existem e apenas 9% dos participantes considera que o abuso não gera consequências na vida da criança e/ou adolescente vitimizado.

As consequências da violência na vida da criança e/ou adolescente foi indicada na seguinte proporção das categorias: Físicas: 4%; Psicológicas 47%; Sociais: 1%; Tornar-se uma abusador: 4%; Não informado: 44%

Como podemos verificar as consequências psicológicas são apontadas por quase metade dos participantes desta, e paralelamente quase outra metade não informa, ou seja, denota o não conhecimento sobre o assunto, apesar de a maioria reconhecer que as mesmas existem. As seguintes subcategorias foram mencionadas: culpa; dificuldades de relacionamento; dificuldades de superação; mudanças de comportamento; baixa autoestima e trauma.

No que tange a culpa: “Toda violência deixa marcas. Além da vergonha, pode deixar a ideia de culpa” (Malmequer); “Para mim as consequências afetam toda a vida de uma pessoa. É um sentimento de culpa, de revolta” (Menta). Quanto a culpa é preciso falar do aspecto psicológico que tem relação com a compreensão equivocada da criança e/ou do adolescente no abuso sexual que faz com que a mesma se sinta culpada por estar vivenciando aquela situação.

O sentimento de culpa da criança origina-se de seu senso equivocado de responsabilidade, que ela deriva do fato de ter sido uma participante no abuso. Essa confusão muitas vezes é reforçada pelas ameaças da pessoa que cometeu o abuso, de que a criança será responsável pelas consequências se revelar o abuso. A persistente experiência psicológica de participação e culpa também explica a baixa autoestima e o posterior comportamento de vítima dos adultos que sofreram abuso sexual quando crianças (FURNISS, 1993, p. 17)

Quanto a criança e/ou adolescente se sente culpada ela passa a acreditar que não tem valor o que acaba sendo muito grave para o seu desenvolvimento. Vários autores apontam que em casos de violência sexual, a criança é sempre a vítima e jamais deve ser considerada, ser apontada ou se considerar como culpada (FURNISS, 1993; BRAUN, 2002; AZEVEDO; GUERRA, 1989). Sua vulnerabilidade à situação abusiva decorre das próprias características da infância ou adolescência. Os sentimentos de confiança e dependência dos adultos, o porte físico que facilita o uso da força ou coação e as impossibilidades cognitivas e emocionais de resistir ou consentir atestam a submissão da criança ou adolescente ao abuso sem que haja o exercício de qualquer forma de liberdade (AZEVEDO; GUERRA, 1989; BRAUN, 2002). A situação assume proporções ainda mais preocupantes quando se aborda as consequências sociais que levam à estigmatização dos envolvidos, os traumas

familiares e individuais, a frequente descrença dos adultos nos relatos da criança em contraposição à negação do abusador e a culpa atribuída à criança pelos inevitáveis danos na estrutura e dinâmica familiar, embora do ponto de vista legal, o culpado seja sempre o abusador.

Quanto às dificuldades de relacionamento:

“A criança e o adolescente fica traumatizado, afetando suas relações futuras, e a convivência em sociedade” (Mimosa); “Pessoas não acreditam em mais ninguém, solitária, depressão e quer ficar sempre só” (Orquídea); “Dificuldade de relacionamento com outras pessoas” (Rosa).

Quanto as dificuldade de superação:

“Um adulto transtornado e cheio de situações mal resolvidos” (Petúnia); “A criança jamais vai ser uma pessoa igual a quem não viveu este tipo de coisa” (Rosa amarela); “Acredito que muitas serão as consequências, jamais uma pessoa voltará a ser como antes” (Saudade); “Deixar de estudar, não saber o que a família” (Tulipa amarela); “marginalidade, prostituição, traumas,...” (Tulipa vermelha); “A vida social da pessoa fica comprometida, pois os mesmos não consegue superar os traumas sofridos” (Violeta).

As falas são claras e carregadas de ideias pré concebidas e pessimistas. Sabe-se que, a vítima pode apresentar algumas dificuldades, mas não há indícios de que as mesmas são insuperáveis.

Quanto aos traumas causados pela violência sexual: “Traumas para toda vida” (Angélica); “Fica marcado pra sempre” (Cravina); “Traumas, bloqueios de algo que não querem lembrar mas sempre vem a mente aquela lembrança o que aconteceu.” (Cerejera). É possível perceber que na visão dos participantes estes são para toda a vida.

Quanto as consequências físicas podemos apontar: “Consequências físicas (gestação, DST's, lacerações, perturbações, hematomas)”; “Podem causar doenças sexualmente transmissíveis, gravidez”. E as sociais relacionadas a “violência, uso de drogas, suicídio”; “São consequências, sociais e morais”; “uso de entorpecentes, álcool...”. Apesar de representarem uma porcentagem pequena de 4% chama a atenção o fato de participantes considerarem a possibilidade da vítima tornar-se um abusador. Isso é importante pois mais uma vez, denota uma visão extremamente negativa e prejudicial do futuro das pessoas vitimizadas. Para um profissional que trabalha com a vítima, isso pode interferir no tratamento e nas interações. Exemplos:

“A vítima não confia mais nas pessoas, se torna violenta, agressiva podendo futuramente se tornar um agressor” (Chuva de prata); “Fobia social, síndrome de estar sendo perseguida, se for menino ou até mesmo menina pode a vir a ser um abusador, medo, retrai-se” (Gloriosa); “Graves, traumas, depreciação do corpo, quando adulto tendência de tornar-se abusador, dificuldade de concentração, dificuldade de lidar com sua própria sexualidade.” (Petúnia); “Futuros delinquentes, como: homicidas, estupradores e outros.” (Dama da noite). “Nenhuma vítima de violência consegue superar, algumas quando adultas tornam-se os agressores tal como foram” (Cravo) (grifo meu).

Não se pode afirmar que toda vítima de violência sexual na infância ou adolescência, invariavelmente será um abusador, pois os dados empíricos não apoiam totalmente esta hipótese. (PALÁCIOS, JIMÉNEZ, OLIVA; SALDAÑA, 1998). Alguns autores encontram taxas de reprodução transgeracional que chegam a 100% (STEELE; POLLOCK, 1968) enquanto outros situam-se no extremo oposto, como demonstra a taxa de 1% divulgada por Widom (1989). No Brasil, as mesmas contradições se expressam. Autores como Amazarray e Koller (2004) destacam a necessidade dos profissionais estarem atentos às causas do ato abusivo e levarem em consideração as “histórias de negligência, abuso físico e sexual na infância de ambos os pais” (p. 13) e concluem que “pais abusadores frequentemente apresentam histórias de maus-tratos em sua infância e ignorância em relação ao cuidado dos filhos” (p.13). Porém, AZAMBUJA (2004, P. 267) argumenta que: “não existem estudos que apresentem evidências sólidas que confirmem esta hipótese de modo definitivo, muito pelo contrário, (...) apenas em 20% e 30% das pessoas que foram maltratadas na infância praticam agressões com seus filhos.” (p. 267) Segundo Palácios e cols. (1998) a maioria dos investigadores está de acordo que a porcentagem de transmissão de práticas abusivas nas famílias estaria entre 30% e 40%. Com estes dados, conclui-se que é importante considerar que a transmissão geracional não é determinante nem inevitável, pois uma boa parcela de pessoas parece romper este ciclo de abusos.

4.4 OS SENTIMENTOS DOS PROFISSIONAIS DIANTE DE UMA CRIANÇA/ADOLESCENTE QUE SOFRE/SOFREU ABUSO SEXUAL

Os sentimentos são expressões emocionais que refletem o nosso ser, por isso a fala de Rosa é emblemática: *“senti-me minúscula diante daquela situação, com as mãos atadas, sem poder fazer nada, porque a própria escola escondeu o caso (direção)”*. Este desabafo demonstra o quanto os profissionais muitas vezes se sentem sós e impotentes diante de uma situação de violência. O que demonstra um reflexo de contextos e atendimentos ineficientes e que não protegem as vítimas:

Tabela 17 – Percentuais por sentimentos diante de uma criança e/ou adolescente vítima de violência sexual.

Constrangida	2%
Despreparada	5%
Frustrada	1%
Impotente	23%
Indignação	6%
Pena	4%
Preocupada	2%
Protetor	8%
Revoltada	8%
Solidária	4%
Triste	5%
Não informou	32%
TOTAL	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Preponderam relatos de impotência e despreparo (23% + 5%) e a falta de informação (32 %) que podem refletir na mesma sensação de “não saber o que fazer”, não ver saída, não visualizar caminhos alternativos para resolver profissionalmente um situação de abuso sexual na infância ou adolescência. São estes os profissionais que atendem as vítimas: “Me sinto impotente e triste, pois só podemos amenizar a situação, pois o trauma já existe.” (Orquídea) “Impotente por não poder fazer nada” (Amor perfeito); “Impotente devido ao sistema não oferecer uma proteção efetiva” (Lírio). As falas revelam, entre outras, a “falta de apoio”, “que pouco podem fazer além dos encaminhamentos” e a falta de proteção efetiva.

Um sentimento de despreparo também é persistente: “Incapaz e sem preparo para tratar as vítimas.” (Camélia branca); “Não preparada para atendimento” (Camélia rosada); “É uma situação difícil, gostaria de mais orientação” (Camélia vermelha).

Frustração, revolta, triste, indignação, preocupação, solidária e pena. Pena que talvez possa traduzir indícios de empatia? Espera-se que sim. “Pena devido a burocracia e a vergonha que a família precisa passa” (Cravo amarelo); “Com pena” (Cravo branco)

Destaca-se a pequena porcentagem de 8% de sentimentos que demonstram desejos de proteção da vítima:

“Me sinto normal, pois sei que o que ela passou eu não vou poder mudar, mas posso contribuir para que ela se desenvolva de uma forma melhor psicologicamente e socialmente” (Dália amarela); “Responsável por protegê-la e zelar pelo seu pronto atendimento, liberta-la de quaisquer indicio de perigo.” (Dália rosa); “Mobilizado” (Dália rosada); “Protetor” (Dália vermelha); “Responsável por fazer algo, ajudá-lo” (Violeta); “Profissional responsável” (Margarida).

Percebe-se, portanto, que mais da metade dos profissionais não se sente competente para atuar nestas situações e que poucos desenvolvem a sua função com responsabilidade e compromisso de proteger. De qualquer forma todos dependem da existência de uma rede de proteção efetiva e colaboradora.

4.5 A VISÃO DOS PROFISSIONAIS SOBRE A VÍTIMA DE ABUSO SEXUAL

A visão dos profissionais acerca da criança e/ou do adolescente vitimizado é muito importante para um trabalho de proteção. As percepções dos profissionais se expressão nas categorias da tabela abaixo:

Tabela 18 – Quem sofreu abuso sexual é visto como

A margem da sociedade (preconceito, excluído, problema)	6%
Alguém diferente	2%
Alguém marcado para o resto da vida	3%
Culpado	6%
Frágil e acuado	1%
Não sabe	1%
Normal	2%
Vítima	54%
Não informou	25%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Entendemos que as percepções otimistas e protetoras são uma pequena minoria pois apenas 2% consideram a vítima uma pessoa normal que passou por adversidades. Os que reconhecem a criança e/ou adolescente como vítima da violência e alguém que precisa de ajuda, compreendem a maioria com 54% dos participantes. De qualquer forma prevalecem visões negativas e afirmativas desde que a vítima é coitado, frágil, acuado, a alguém a margem da sociedade, marcado para o resto da sua vida, ou culpado. Entende-se que a falta de preparo para trabalhar com esta população é uma das causas desta visão negativa e preconceituosa o que certamente vai interferir no trabalho desenvolvido pois pode impedir um olhar mais cauteloso e gerador de ação e de proteção. Assim, as chamadas teorias implícitas (RODRIGO, RODRIGUEZ; MARRERO, 1993) podem influenciar e interferir no atendimento as crianças e/ou adolescentes vítimas de abuso sexual.

Percebemos que as controvérsias que atravessam as práticas dos profissionais confrontados com sinais de violência sexual em crianças e adolescentes geram grandes impasses e se apresentam em dimensões mais pessoais. Do ponto de vista individual, atender vítimas, abusadores e suas famílias, pode trazer sentimentos de ansiedade e angústia vinculadas à escuta e compreensão profissional da revelação de uma situação abusiva relatada por uma criança. A narrativa e as descrições com detalhes de conotação sexual na voz de crianças ou adolescentes, incapazes de agir em defesa própria, geralmente provocam diversas emoções. (AZEVEDO; GUERRA, 1995b). Além disso, a

multiplicidade de inquietudes dos profissionais se remetem às dúvidas sobre as consequências da experiência relatada na vida das crianças/adolescentes e das famílias.

4.6 A PERCEPÇÃO DOS PROFISSIONAIS EM RELAÇÃO À FAMÍLIA DA VÍTIMA

A percepção dos profissionais sobre a família da criança ou adolescente abusado é tão importante quanto da própria vítima. Os profissionais apresentam as seguintes ideias sobre a família da vítima.

Tabela 19 – Percepção em relação a família da vítima.

Conivente, culpada e omissa	17%
Descuidada	3%
Desestruturada	4%
Doente	1
Importante para o tratamento	4%
Negligente	8%
Protetora	3%
Sem informação e com dificuldade de acreditar na criança	2%
Sentimentos em relação a família	2%
Vítima (tem que ser tratada junto com a vítima)	26%
Não informou	30%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Não podemos deixar de ressaltar que tais percepções apareceram em outros momentos do estudo e que se reiteraram nesta questão específica. Assim, é fato que as visões negativas aparecem em maior proporção do que as visões mais positivas, o que é esperado diante de uma situação abusiva. Pode-se agregar as visões de que a família é protetora, é importante para o tratamento e tão vítima quanto a criança e/ou adolescente e obtem-se 33%, ou seja um terço de profissionais que entendem que a família deve e pode ser incluída, pois é o sistema primordial do desenvolvimento da pessoa vitimizada. Já as visões mais negativas, tais como é conivente, culpada, omissa, descuidada, “desestruturada”, doente,

negligente, sem informação somam outros 35%. E, 30% não sabem o que dizer e não informam o que pensam.

A literatura aponta a compreensão de que família onde ocorre o abuso é também vítima da violência. Parece lógico pensar que se membros da família são coniventes com o abuso devem ser responsabilizados. Não existe dúvida que a revelação impõe a intervenção legal e de proteção à criança. Isso faz com que a família deixe de ser autônoma e o abuso passa a ser um problema onde toda a rede institucional é envolvida, o que irá influenciar diretamente os relacionamentos familiares e a situação psicológica e social de cada membro desta família (CARVALHO; ALMEIDA, 2003; PIETRO; YUNES, 2008).

4.7 MEDIDAS DE PREVENÇÃO QUE PODERIAM SER TOMADAS NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL

Quanto as medidas de prevenção apontadas pelos participantes vamos observar a tabela 20:

Tabela 20 – Medidas de prevenção apontadas pelos participantes

Acreditar na criança	1%
Afastar o abusador	1%
Atendimento especializado	6%
Campanhas na mídia	3%
Conhecer os sinais	5%
Denúncia	4%
Diálogo na família	6%
Educação e mais capacitação	9%
Família mais cuidadosa, orientar os filhos	21%
Leis mais rígidas	3%
Não sei	9%
Rede mais integrada	1%
Retirar a criança de casa	2%
Não informou	29%
TOTAL	100

Fonte: Dados da pesquisa

Notamos medidas isoladas, mas muito importantes, como: acreditar na criança, diálogo na família, família + cuidadosa, campanha na mídia, estas somam 31%. Estas podem ser potenciais medidas preventivas nos casos de abuso sexual.

Além destes, destacamos 20% dos profissionais que apontam a importância de um atendimento especializado, com profissionais capacitados que inclui um conhecimento do fenômeno, o que somam: Atendimento especializado (6%) + Conhecer os sinais (5%) + Educação e mais capacitação (9%).

Podemos apontar aspectos protetivos, como a denúncia, afastamento do abusador, retirar a criança de casa e a existência de uma rede mais integrada, tendo em vista que estas situações ocorrem após a vitimização ou exposição da criança e/ou adolescente a violência sexual.

Um porcentagem muito pequena de 3% dos profissionais interpretam que uma medida de prevenção é a existência de leis mais rígidas, porém já abordamos no primeiro capítulo que existem leis rigorosas, mas estas por si só não bastam se não existir um controle social para que as mesmas possam ser cumpridas.

4.8 CONHECIMENTO DOS PROFISSIONAIS ACERCA DAS LEIS QUE PROTEGEM CRIANÇAS E/OU ADOLESCENTES

Um dado relevante refere-se ao conhecimento dos profissionais quanto as leis que protegem vítimas de abuso sexual, os dados evidenciaram que 37% dos participantes não conhece leis que protegem as vítimas de abuso, o que demonstra uma fragilidade no atendimento no nosso município e é consistente com o número de profissionais que se mostra desinformado e desavisado nas respostas às outras questões. Como se dá o atendimento às vítimas se aproximadamente um terço ou 29% dos participantes conhecem leis que protegem vítimas? O número de não informantes também foi elevado 34% dos participantes. Esta questão renova a necessidade de capacitação para um atendimento protetivo.

Quanto ao oferecimento de cursos de capacitação, segundo os participantes 23% afirma que são oferecidos cursos de capacitação, as instituições citadas são: CEP-rua/FURG, CREAS, FURG, Rede Família e o NACA. Mas, se somarmos os 36% que não respondeu com os 41% que responderam não são oferecidos cursos

temos uma porcentagem muito elevada de 64% o que confirma as falas dos profissionais quanto a necessidade de capacitação para melhoria e qualidade no trabalho realizado.

4.9 ÓRGÃOS QUE DEVEM ATUAR NOS CASOS DE VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E/OU ADOLESCENTE

Quanto questionados acerca dos órgãos que devem atuar nos casos de abuso sexual as respostas foram muito variadas. Apenas 19% indicaram somente uma instituição e 36% indicaram mais de duas instituições; 2% dos participantes não souberam informar e 43% não informaram. É preciso destacar instituições que não atendem diretamente casos de abuso sexual, tais como: Rede Gaivota, CAPS, CAPS I, SMCAS, COMDICA; SMS, mas que são importantes por servirem de referência e ponto de apoio na visão dos participantes.

Mais um questionamento é de que forma estes órgãos atuam? Quanto a forma que as instituições que devem atuar nos casos de abuso sexual contra a criança e/ou adolescente as respostas dos participantes foram divididas nas seguintes categorias: Demonstra conhecimento 11%; Demonstra dúvida 1%; Demonstra insatisfação com o atendimento 5%; Não sabe 2% e não informaram 81%.

4.10 HÁ UMA REDE EFETIVA DE ATENDIMENTO?

A pergunta realizada aos participantes: Você considera a existência de uma rede de atendimento a vítima de abuso sexual no nosso município?

Percebemos que um número expressivo de participantes 52% considera a existência de uma Rede de atendimento as vítimas no município. 4% não sabe; 25 não informou e apenas 19% considera que não existe uma rede.

A análise das falas dos participantes quanto a justificativa da não existência de uma rede, emergiram as seguintes categorias: a) existem serviços e não uma

rede; b) Não implantada; c) Falta um trabalho conjunto; d) não se ouve falar de uma rede e e) Falta capacitação para a existência de uma rede de atendimento.

Quanto a avaliação da atuação das instituições que atendem a vítima de abuso sexual no nosso município foram elencadas as seguintes alternativas, caso o participante considerasse a existência de uma rede: a) Ótimo; b) Bom; c) Regular; d) Irregular; e) Insuficiente e f) precário. As respostas foram: 2% considera o atendimento a crianças e adolescentes vitimizados ótimo; 15% consideram o atendimento no município bom; 26% considera o atendimento regular; 3% considera irregular; 17% considera insuficiente; 7% considera precário e 30% não responderam.

Um último questionamento que o participante se posicionasse e indicasse uma instituição que falha no atendimento de casos de abuso sexual e outra que acerta na sua opinião 80% não informaram.

Falha no atendimento: 10% conselho tutelar; 2% CREAS; 2% Polícia Civil; 1% prefeitura; 0,5% Hospitais e postos de saúde; 0,5% Instituições de acolhimento; 0,5% judiciário; 0,5% Ministério Público; 1% todas falham; 2% não sabem;. Das justificativas informadas apontamos as seguintes categorias: Demora no atendimento e nos encaminhamentos (1%); comunicação precária entre os serviços, principalmente entre o Conselho Tutelar e o CREAS (0,5%); Falha na proteção as crianças e adolescentes (0,5%); número reduzido de funcionários (0,5%) e a impunidade dos abusadores (0,5%). As maiores queixas são em relação ao trabalho do Conselho Tutelar:

“Acho que não temos atendimento necessário, não há também um acompanhamento que garanta a continuidade dos atendimentos. O serviço do Conselho Tutelar é falho e o CAPS - I também não tem apresentado bom desempenho” (Rosa).

“Acho que o Conselho Tutelar é uma utopia, pois eles ganham para não fazerem nada, pois não resolvem os problemas dos adolescentes” (Flor de Lis)

“Em relação ao atendimento a qualquer problema sério com criança/adolescente o conselho tutelar falha bastante, pois não "dá conta de tudo". Primeiramente, deveria haver uma revisão no ECA que é permissivo demais com crianças/adolescentes infratores” (Crisântemo).

Percebemos que uma das situações apontadas como falha no atendimento se dá pela falta de acompanhamento e de continuidade nos atendimentos, situações

preocupantes e que revelam uma exposição da família e da vítima (SANTOS, DELL'AGLIO, 2010).

Quanto a todas falham

“Saúde e educação e leis/ instituições jurídicas/presídio falham como órgãos que tem acesso público e que poderiam promover ações em grupos de consciência e esclarecimento e atenção a criança e adolescente. O colégio também se isenta da responsabilidade, a família cada vez mais ausente e descompromissada, falta de valores e cumprimento de ações que realmente PUNHAM e DEEM segurança as vítimas de abuso. Enquanto as leis e o cumprimento das penas ficarem sem crédito, a insegurança de quem atende vai continuar frágil e sem ação delatária efetiva”.

Quanto a falha na proteção apontamos: “Em função da falta de preparo técnico dos seus integrantes e da manipulação política do mesmo” (Lírio); “Conselho Tutelar é o mais acionado e que nada protege a vítima do abusador” (Alecrim); “O Conselho Tutelar deixa a desejar em muitos casos, além de termos dificuldades em acessá-lo”; “Penso que aqui em Rio Grande deveria existir um órgão específico ao auxílio das vítimas de abuso e de seus familiares. O Conselho Tutelar costuma afastar a criança de seu lar tirando-a muitas vezes do seu "meio social" (onde criou vínculos) levando-a outros lugares (casa de tios, outras instituições) vitimizand-as ainda mais. Quem deve ser retirado do convívio é o abusador, e receber os rigores da lei. E os familiares precisam de um apoio psicológico, juntamente com a vítima” (Girassol).

Acerta no atendimento: Somam com menos de 1% cada uma a Brigada Militar, o CAPS, o COMDICA, os Hospitais, os postos de saúde, as instituições de acolhimento institucional e o Conselho Tutelar 2% e o CREAS com 2%, considerando que 96% dos participantes não responderam.

Das que acertam segundo os participantes são apresentadas as seguintes justificativas: 1% tem uma equipe eficiente; 2% encaminham para outras instituições; 0,5% são bem intencionadas, mas não possuem respaldo dos órgãos competentes e 96,5% não informou.

Assim, entendemos que a questão vai além de falhar ou não no atendimento, não podemos mais apontar culpados e sim primar por soluções e alternativas de mudança que possam cumprir o princípio de proteção integral a criança e o adolescente. A partir deste é possível pensar em uma rede de proteção a criança e do adolescente.

O trabalho em rede deve ter um caráter inter/transdisciplinar. Sabe-se que este último, só se dá num plano ideal, mas é possível se tivermos como meta buscarmos medidas protetivas eficazes. O trabalho multidisciplinar – fragmentado expõe a criança e/ou adolescente vitimizado a situações de risco podendo levar a grave situação de revitimização.

Não podemos deixar de pensar num trabalho a médio e a longo prazo com toda a família, tendo em vista a complexidade desta modalidade de violência. Não é recomendável agir de forma imediatista, e a busca da garantia dos direitos fundamentais da criança e/ou adolescente, dentre eles o direito a convivência familiar e comunitária é prioritária principalmente em casos onde as relações familiares apresentarem condições de reorganização. Não podemos ainda, deixar de avaliar as condições da própria família extensa como forma de proteção evitando a todo custo a retirada abrupta da criança e/ou adolescente vitimizado e a ida para um abrigo. Estas seriam medidas de proteção seguramente adequadas em muitos casos.

Uma rede de proteção só pode ser pensada a partir da articulação e do diálogo sistemático entre os diversos profissionais que atuam nestas situações, bem como com o conhecimento profundo do fenômeno. É preciso ter em mente que tanto a criança e/ou adolescente vitimizado merecem mais que aplicações de protocolos de atendimento, mas merecem um atendimento acolhedor, digno e protetivo. Para isso, o profissional necessita conhecer seu papel, atuar eticamente, sem negligenciar etapas.

Conhecer todos os serviços disponíveis, poder contar com o apoio de outros profissionais, maior capacitação sobre o tema são medidas necessárias para a criação de uma rede de proteção. Buscar preservar a criança e/ou adolescente vitimizado a todo custo e um acompanhamento dos casos são essenciais para compreender as diversas manifestações desta modalidade de violência. Os profissionais de todas as áreas: saúde, educação e legal são importantes e só um trabalho que tenha como foco a proteção a criança e o adolescente, de forma dialógica e articulada é capaz de formar uma rede de proteção.

Cumpre ressaltar, a carência de estudos científicos sobre a formação de uma rede de proteção, pois os estudos sobre atuações multidisciplinares e preocupações com melhorias nos atendimentos, não apresentam uma visão ecológica e sistêmica

do fenômeno. Tal constatação advém de atuações práticas, empíricas do nosso grupo de pesquisa a qual pretendemos trazer para o campo da ciência.

A partir de agora vamos apresentar um programa piloto que teve como objetivo promover um espaço dialógico entre os serviços para que estes possam em conjunto apontar alternativas viáveis e necessárias de mudança.

V – O PROGRAMA DE INTERVENÇÃO PSICOEDUCACIONAL - Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: por uma ação integrada no território

Conforme já demonstrado, a primeira fase deste estudo mapeou e retratou o trabalho institucional e algumas percepções dos profissionais que atendem crianças e/ou adolescentes, famílias e agentes responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador. A análise dos dados deste primeiro grande momento apontou a existência de um trabalho ainda fragmentado e com dificuldades de interlocuções entre os serviços, apesar da maioria dos participantes concordarem na existência de uma rede. Entende-se, no entanto que esta não opera pela falta dos elementos essenciais que a constituem entre eles a informação compartilhada, o diálogo e a prática de ações conjuntas que vão além de ações isoladas, fragmentadas e burocratizadas por encaminhamento de documentos e papéis. Pode-se perceber que alguns profissionais (um terço na maioria dos aspectos) possuem esta consciência principalmente quando apontam suas dificuldades e medidas preventivas nestes casos. Assim, foi pensada a segunda fase deste estudo para proporcionar aos participantes da primeira fase um espaço concreto de diálogo e reflexão onde os serviços se encontrassem e juntos pudessem pensar no trabalho que estava sendo realizado.

Não era viável, pelo menos neste momento, tendo em vista os prazos de um trabalho de tese, elaborar um programa que pudesse atingir todos os participantes da primeira fase. Assim foi elaborado e executado um programa piloto de intervenção para que este pudesse ser testado e avaliado. Este programa foi direcionado a implementar o diálogo entre os profissionais de diferentes serviços e buscar estratégias conjuntas de prevenção nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. Formar uma rede de proteção que transcendesse o atendimento e que tivesse como prioridade os direitos da criança e o adolescente vitimizado foram as metas fundamentais dos nossos propósitos. Foram projetados eixos temáticos, derivados da análise do mapeamento realizado durante da primeira etapa. Uma proposta semelhante foi desenvolvida por Pietro (2007) em uma escola de ensino fundamental junto a professores da rede pública e os resultados de avaliação foram positivos (PIETRO; YUNES submetido).

Quanto a escolha do lugar onde seria realizado o Programa piloto pensou-se que deveria ser em local estratégico. O Município do Rio Grande foi um dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul que foi contemplado pelo Programa de Prevenção a Violência (PPV) do governo do Estado do Rio Grande do Sul, em julho de 2009 com a justificativa de um mapeamento situacional, elaborado no município, que apresentou os problemas e a vulnerabilidade social enfrentada em bairros da periferia da cidade. Mediante a criação de um Grupo Técnico Gestor Municipal (GTGM) iniciaram os trabalhos que culminaram em uma audiência pública para adesão e implantação do Programa no Município. Este evento criou um Comitê Municipal de Prevenção da Violência no Município, formado por instituições governamentais e não-governamentais que tiveram suas representações nomeadas pelo prefeito municipal. O local escolhido para a implantação do projeto compreende 3 (três) bairros do município, são eles: Castelo Branco I e II e Santa Rita de Cássia tendo em vista ser uma área de grande vulnerabilidade social e possuir duas equipes de saúde da família já em funcionamento desde 2003 e já ter um cadastro de 1823 famílias.

Desta forma, como a nossa proposta era um Programa Piloto, realizamos contato com o Programa Rede Família através de um dos representantes do comitê gestor no nosso município e escolhemos a área do PPV para realizar o mesmo. Assim, a partir do diagnóstico do PPV que apontou as regiões com maior índice de violência escolhemos uma escola que ficasse próxima a três bairros para execução do Programa de Intervenção, intitulado: “Curso Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: por uma ação integrada no território”.

Foi usado como critério de inclusão as instituições que fazem parte desta micro-região e que fizeram parte da primeira fase do estudo para que a formação de uma rede de atendimento integrada pudesse efetivamente proporcionar uma melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes destas comunidades. Todas as instituições desta microrregião receberam convites para indicar representantes das mesmas para participar do curso. Solicitamos que fosse dada prioridade para aqueles que já haviam respondido o questionário. Assim cumpre destacar, que todos os participantes desta fase participaram da primeira fase do estudo. A escolha do local para realização do curso também foi pensada como estratégia, pois a Escola Profissionalizante Assis Brasil fica localizada num dos

bairros elencados e dentro da área do PPV e portanto, nas imediações dos bairros que seriam atendidos.

O curso teve como objetivos, possibilitar a reflexão sobre as concepções apresentadas pelos profissionais, bem como traçar e articular a formação de uma rede de atendimento protetiva de crianças e /ou adolescentes vítimas de abuso sexual. , através da implantação de processos promotores de prevenção destes casos. O Curso foi desenvolvido a partir de eixos temáticos divididos em 8 módulos e foram os seguintes:

MÓDULO I – Direitos Humanos: Violações. Abuso sexual infantil: conceitos e indicadores;

MÓDULO II – Incesto x Pedofilia x Abuso Sexual;

MÓDULO III – Questões Legais (CF, CP, ECA);

MÓDULO IV – Família e violência;

MÓDULO V – Denúncia e Rede de Proteção;

MÓDULO VI - Responsabilidade do Educador social e ambiental;

MÓDULO VII – Plano de ação e intervenção;

MÓDULO VIII - Plano de ação e intervenção.

Os módulos VII e VIII constituíram-se na elaboração coletiva de um Plano de ação e intervenção para os casos de violência sexual contra a criança e o adolescente. Como se tratou de um programa piloto foram abertas 50 vagas que foram preenchidas na sua integralidade, sendo formada uma lista de espera de profissionais, tendo em vista o número elevado de pessoas interessadas. Foi elaborado material didático para os participantes do curso. A apostila foi pensada e baseada em uma história real, de uma menina vitimizada duas vezes, pelo pai e pelas instituições de atendimento da cidade pesquisada e atendida pela equipe de pesquisa do CEP-Rua/FURG, o que comprova a necessidade de articulação e de um atendimento protetivo em rede. A seguir serão apresentados os resultados acerca da realização do programa.

5.1 CONDIÇÕES DE APLICAÇÃO DO PROGRAMA

Participantes: Participaram 50 profissionais que atuam junto a área do PPV representantes das seguintes instituições: Conselho Tutelar (7 conselheiros representantes da Conselho II e III), Brigada Militar (2 policiais militares), Estratégia Saúde da Família (26 profissionais: 6 agentes comunitários de saúde, 1 Assistente social, 17 educadores sociais e 2 enfermeiros) , CREAS (4 profissionais: 2 psicólogos, 1 assistente social e 1 secretária), CRAS (2 profissionais: 1 assistente social, 1 secretária), 3 Escolas (5 professores); Rede Família (3 profissionais: 1 Educadora e 2 Assistente Social) e 1 representante de instituição ONG (1 coordenadora). Destes 98% são do sexo feminino e 2% do sexo masculino. As idades variam de 23 anos a 60 anos de idade. Quanto ao estado civil 44% são casados, 10% são divorciados, 26% são solteiros e 20% vivem em união estável. Quanto ao tempo de trabalho na instituição seguimos a seguinte organização: menos de 1 ano, de 1 a 3 anos, de 3 a 5 anos, de 5 a 10 anos e mais de 10 anos. Assim, 48% dos profissionais trabalha a menos de 1 ano no local, 16% trabalha de 1 a 3 anos, 12% trabalha de 3 a 5 anos, 4% trabalha de 5 a 10 ano, 10% trabalha mais de 10 anos e 10% não respondeu.

Estrutura: O Programa foi realizado em 4 (quatro) encontros de 4 (quatro) horas, considerando as atividades realizadas a distância. Foi oferecido um certificado de 30h pela Universidade Federal do Rio Grande. A organização dos módulos foi feita de acordo com a aproximação dos temas, sendo assim desenvolvidos dois módulos por dia.

No primeiro encontro foi aplicado um instrumento de pré-teste (APÊNDICE H) cuja primeira parte apresentava questões semelhantes ao questionário da primeira fase. Desta forma, vamos nos deter tão somente às análises das questões diferentes, pois os resultados das questões semelhantes repetiram-se e são coerentes com o que apresentou-se nas análises da 1ª fase.

Conforme as análises da primeira fase percebemos a dificuldade dos profissionais em reconhecer e justificar a existência de uma rede de atendimento Como é formada? Quem faz parte? Sobre esta reflexão acerca da compreensão dos profissionais sobre a rede e como o profissional percebe uma rede de atendimento e uma rede de proteção, emergiram as seguintes categorias:

Tabela 21 – Percentuais das percepções dos participantes quanto a Rede de Atendimento e/ou Rede de Proteção.

Definição	12%
Espaço de diálogo	2%
Ineficaz	4%
Rede de atendimento e Rede de proteção são diferentes	46%
São serviços	8%
Não sei	12%
Não informou	16%
<i>TOTAL</i>	<i>100%</i>

Fonte: Dados da pesquisa

Chamou atenção que 46% dos profissionais entendam que existem duas redes: uma de atendimento que prestaria o atendimento inicial e uma de proteção que seria mais especializada, de acordo com alguns exemplos de falas:

“Rede de atendimento é dado na primeira vez que a vítima é abusada. Rede de proteção é o acolhimento e a orientação psicológica”; “Rede de atendimento é aquela que dá o suporte para que o vínculo não seja rompido, já a rede de proteção é cuidar e dar o suporte quando a vulnerabilidade já é um fato prejudicial”; “Acredito que rede de atendimento faz o primeiro atendimento onde recebe a denúncia. Rede de proteção não colhe informação, mas trabalha com o psicológico da criança para progelos desse abuso”; “Rede de atendimento, é o primeiro contato da vítima, na procura por ajuda e rede de proteção é a prática de ajuda, judicial, acolhimento, afastamento”. Alguns profissionais consideram a existência de uma diferença, mas apontam que as duas se integram: “Atendimento é onde a vítima é acolhida e a de proteção é a recuperação. Ambas se integram”.

Ao que parece no município pesquisado, o atendimento realizado deve refletir estas percepções ainda desconectadas.

Após esta definição feita pelos profissionais a pergunta era a seguinte: Existe uma rede de proteção no nosso município? As respostas foram: 32% considera que não existe, 30% considera que existe, 6% não sabe e 32% não informou. Percebemos que o número de não informantes nesta questão foi elevado, considera-se o desconhecimento ou a dúvida em relação a rede de atendimento. Assim, a maioria não acredita na existência de uma rede e sendo assim, possivelmente realiza um trabalho isolado ou desarticulado.

Caso exista, quais são as instituições compõem esta rede? Dos 30% que responderam que existe uma rede de proteção emergiram as seguintes categorias: desconhecimento, dúvida, falta de integração. Quanto ao desconhecimento percebemos que apesar de alguns profissionais considerarem a existência de uma rede não sabem indicar como esta rede é composta: “Não sei bem como se configura, porém tenho certeza de que necessita de maior investimento por parte do governo”, além do desconhecimento ainda existem dúvidas em relação a composição da rede o que é coerente com o resultado da análise da primeira fase desta pesquisa quanto ao fluxo do atendimento à criança e adolescente vitimizado. Uma participante fez a seguinte pergunta: “através do sentinelas?”, como se fosse possível uma única instituição, ou mesmo duas comporem uma rede. Estes profissionais indicam apenas uma instituição ou o Conselho Tutelar ou o CREAS. Apenas três profissionais que correspondem a 20% acreditam na existência de uma rede e informam a composição desta rede com mais de duas instituições: Conselho Tutelar, CREAS, MP, Delegacias, as casas de acolhida, o Rede família, a Prefeitura, casa de passagem.

Foi solicitado também uma avaliação numérica numa escala de 0-10 acerca da atuação das instituições que atendem a criança e/ou adolescente vitimizado. Considerando que nem todos os participantes opinaram vamos apresentar os dados conforme foram expressos pelos participantes na tabela abaixo:

Tabela 22 – Avaliação da atuação das instituições de acordo com os participantes.

Geral	CREAS	Casa de acolhida	Casa de passagem	CT	MP	Judiciário	CAPS
0	5	6	6	1	8	8	9
8	8	7	7	9	8		
4	7	8		5	9		
0	8	5		8	9		
0	4			3			
5	3			6			
4	9			3			
5	8						
10	8						
3							
Média 3.9	Média 6.6	Média 6.5	Média 6.5	Média 5	Média 8.5	Média 8	Média 9

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que as únicas instituições com avaliação acima de 8 são o Ministério Público, o Judiciário e o CAPS que apesar de não realizarem um atendimento especializado constituem-se em um local de apoio para as instituições da área PPV.

No que tange aos desafios que enfrentam a “rede” de atendimento a vítimas de abuso sexual na área a tabela abaixo expressa as categorias:

Tabela 23 – Percentuais dos desafios enfrentados pela rede de atendimento segundo os participantes.

Atender o abusador	2%
Capacitação	22%
Denúncia	4%
Humanização	2%
Infraestrutura e recursos humanos	28%
Falta de retorno de outras instituições	6%
Prova	2%
Rapidez no atendimento	2%
Não informou	32%
TOTAL	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Percebe-se que os desafios se remetem às dificuldades já apontadas na primeira fase de coleta de dados. Entre os aspectos que requerem melhorias, a necessidade de capacitação dos recursos humanos soma 22% o que denota a importância de realizar mais cursos de formação para dar suporte aos profissionais e somados aos 28 % que abordaram elementos de infraestrutura e recursos humanos, temos a metade dos participantes com estas preocupações. Pode-se dizer que as outras categorias apontadas como atender o abusador, humanização e obter retorno das instituições, estão vinculadas à qualidade da capacitação dos profissionais. E, fomentar a denúncia para que as pessoas não tenham medo ou receio de comprometer-se é um desafio social a ser superado em rede. 32 % não informaram, ou seja nada apontaram como possibilidade de melhora.

100% dos participantes reconhecem a importância de ações de prevenção para os casos de violência sexual contra a criança e o adolescentes e que estas podem ser implementadas através do conhecimento prévio sobre os temas através de cursos de capacitação. Reiteram que apesar de trabalharem com vítimas de abuso se sentem impotentes diante das vítimas, o que demonstra a falta de preparo que muitas vezes, paralisa o profissional diante da complexidade da situação e certamente compromete a qualidade do atendimento destes casos.

5.2 DESENVOLVIMENTO E METODOLOGIA DE APLICAÇÃO DOS MÓDULOS

A aplicação dos módulos nesta proposta, seguiu o modelo EXPERIENCIAL. Os programas que funcionam neste modelo, não pretendem apenas informar teorias ou técnicas, mas trabalhar com o cenário cotidiano de cada profissional, de forma que cada profissional seja capaz de reconstruir seus conhecimentos prévios (MARTÍN *et al.*, 2009). Ao contrário de outros modelos, leva em consideração as crenças prévias. E é a partir desse conhecimento experiencial que se constroem novos conhecimentos (MÁIQUEZ *et al.*, 2000), especialmente em programas grupais onde existe uma troca de experiências. É um tipo de modelo que convida à ação, fortalece o que já estava dando bons resultados ou ajuda a repensar questões que são mais pontuais e que requerem compreensão e transformação (MARTIN, 2005). Pode-se fazer um paralelo sobre a filosofia de base do modelo experiencial com as bases ideológicas do pensamento freiriano, já que este modelo de educação

experiential tem por base as atividades de diálogo e reflexão a partir dos próprios conhecimentos, experiências, valores, tradições e crenças (YUNES, 2012).

O primeiro módulo - MÓDULO I – Direitos Humanos: Violações. Abuso sexual infantil: conceitos e indicadores teve início às 13h30 com o credenciamento dos participantes que estavam previamente inscritos via um e-mail que foi criado para este fim. Todos os participantes receberam uma pasta contendo a apostila (APÊNDICE I), 1 caneta, e um bloco de notas. Foi também disponibilizado para leitura uma cópia do livro: “Labirintos do Incesto: o retrato de uma sobrevivente” da autora Fabiana Pereira de Andrade (ANDRADE, 1998).

No primeiro momento foram dadas as boas vindas aos participantes com a apresentação da pesquisa, e a aplicação do pré-teste, seguido da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido.

Após este momento foi aplicada uma dinâmica de apresentação, chamada de “Parede de tijolos”. Cada um dos presentes recebeu um retângulo onde deveria colocar o seu nome e após colar num papel a metro que foi colado no quadro. O objetivo era que cada um se reconhecesse dentro da rede de atendimento. A partir desta dinâmica buscou-se demonstrar concretamente que a rede de atendimento e a rede de proteção devem ser uma só e estabelecemos um desafio até o final do curso para fazer com que os serviços dos profissionais buscassem mecanismos para trabalhar em rede.

Buscou-se esclarecer que a proposta primordial do curso era proporcionar que os serviços presentes dialogassem e que em conjunto alcançassem a proteção integral da criança e/ou adolescente.

Assim, o Módulo I trabalhou com noções básicas sobre os Direitos Humanos focando nas violações dos direitos das crianças e dos adolescentes. Foram referidas definições de abuso sexual infantil e os indicadores desta modalidade de violência. Os participantes atentos e não realizavam questionamentos e colocaram-se como ouvintes. Em seguida passou-se o filme: Canto de Cicatriz¹³, documentário de Laís Chaffe, que mostra depoimentos de vítimas e de profissionais. A intenção era provocar inquietude e sensibilização. Após esse momento todos quiseram expor suas opiniões acerca da violência enfatizando a questão da crueldade. Mais uma

¹³ O referido documentário faz parte do Projeto Rede Menina para formação de agentes que trabalham na prevenção da violência contra meninas, do Coletivo Feminino Plural de Porto Alegre/RS.

vez percebe-se o foco na visão de que o abusador é um “doente”, um ser desprezível e que mereceria uma “pena máxima” pelo crime que cometeu. Direcionamos as discussões motivando uma discussão acerca da complexidade que envolve a relação entre os envolvidos na prática abusiva (PELISOLI, TEODORO; DELL’AGLIO, 2007; PELOSOLI, 2008). Principalmente salientando a importância de um trabalho com o abusador já que a realidade é um sistema prisional que não reabilita um indivíduo para o retorno a sociedade (MOURA, 2007; SILVA, 2007; SOUSA; CARVALHO, 2007).

Após este momento foi feito um pequeno intervalo de 10 minutos e seguimos com o módulo II. A proposta do módulo II era trabalhar as diferenças entre incesto, pedofilia e abuso sexual. Percebeu-se visões um tanto preconceituosas em se tratando da vítima ser adolescente: “as meninas andam quase nuas”; “elas pedem”; “atendemos muitas adolescentes grávidas”. A conclusão das discussões levou todos e todas a pensarem sobre a necessidade de se ter um olhar mais cuidadoso nestes casos e que estamos vivendo em um contexto midiático e global que expõe a mulher. Entretanto, tal fato não pode justificar qualquer ato de violência. Os participantes foram unânimes ao discutir esta ideia, o que já foi muito gratificante para o primeiro encontro. Antes do término do encontro foi solicitado que eles fizessem a leitura da apostila e do livro e respondessem as perguntas no final da apostila. O encontro foi encerrado às 17h: 50min.

O segundo encontro tinha como objetivo desenvolver dois módulos, o módulo III – Questões legais (Constituição Federal, Código Penal e Estatuto da Criança e do Adolescente) e o Módulo IV – Família e violência. Este encontro teve início às 13h30. A discussão iniciou com a tarefa do módulo anterior. Todos haviam feito a leitura da apostila e do livro o que contribuiu para fomentar o debate. A apostila foi elaborada tendo por base um caso real e escrito em forma de história para facilitar a leitura e a compreensão dos aspectos teóricos. As perguntas feitas foram:

1. Quais aspectos foram adequados (protetores para a vítima) após a revelação da violência vivenciada por Maria?
2. Quais aspectos foram inadequados (risco à vítima) no atendimento feito pela rede?
3. Como seria uma rede de atendimento eficaz, nos casos de abuso sexual?
4. Vamos construir uma rede de atendimento ideal? Com é possível torná-la real?
5. Na comunidade que você trabalha como seria possível atender uma criança vítima de abuso que não violasse os seus direitos?

As perguntas tinham como pano de fundo o caso de Maria uma menina vítima de abuso sexual e que além da violência sofrida pelo abusador foi gravemente revitimizada pelos serviços por onde ela transitou. Todos se mostraram muito motivados em responder e a expressar suas opiniões a respeito do caso.

Quanto aos aspectos que os participantes consideraram adequados e protetores para Maria após a revelação da violência, foram apontados: A denúncia feita ao Conselho Tutelar; atuação da professora em acalmar a menina e deixar claro que a culpa não era dela; ela ter sido encaminhada para o CREAS, o afastamento da menina da família.

Já os aspectos inadequados foram apontados: “O primeiro aspecto inadequado foi a forma ríspida com a qual o conselheiro tutelar chegou na casa de Maria para buscá-la; o segundo aspecto foi a forma com a qual a retiraram da escola, de casa e ser levada para um abrigo” (Rosa). As falas reiteram as ideias: “O modo como a Maria foi retirada da família, pois ficou parecendo que ela quem tinha cometido o erro, o tratamento grosseiro do Conselho Tutelar e o mau atendimento do médico legista e o da psicóloga que acompanhou Maria na segunda ida ao Instituto Médico Legal” (Margarida); “Inadequados, foram a primeira professora, que não reparou em seus alunos, simplesmente exercendo uma função vazia. O conselheiro com suas atitudes inadequadas com falta de sensibilidade e ética. A outra psicóloga, da qual Maria nem sabia o nome.” (Cravo amarelo); “Aqui se percebe muitos erros. Ou seja, a forma como o conselheiro abordou a família, expondo na vizinhança e depois na escola na presença de todos os alunos, no abrigo, deixaram a menina e mãe sozinhas, e depois das ameaças a menina trocou seu discurso para as psicólogas, a ameaça do irmão à psicóloga (a exposição de quem atendia a menina) que precisou sair da instituição, entre outros” (Lírio); “A atitude da primeira professora em não perceber que Maria precisava de ajuda. Todos os profissionais como, Conselho Tutelar, CREAS, que acabaram vitimizando Maria mais uma vez com seu mau atendimento.” (Flor do campo). Houve concordância que atitudes precipitadas acabam prejudicando a vítima e não protegem.

A pergunta 3 buscava trazer a experiência dos profissionais diante de um caso real, ou seja, agir numa rede de atendimento eficaz para atender casos como o de Maria. As respostas evidenciaram a necessidade de uma abordagem mais

humana, principalmente do conselho tutelar e dos serviços da área da saúde; a necessidade de um atendimento ao abusador já que no nosso município não existe; a necessidade de diálogo e articulação entre os serviços; a ética profissional; a existência de um local específico para atendimento; um atendimento mais ágil, uma maior organização dos serviços, profissionais mais comprometidos e capacitados e a construção de um sistema de registro integrado o que facilitaria a comunicação entre os setores da rede. As duas últimas perguntas foram consideradas utopia, pois buscar uma rede de atendimento ideal, com profissionais preparados e serviços trabalhando de forma transdisciplinar parece muito distante da realidade dos profissionais. As sugestões versaram em torno de uma maior qualificação profissionais, do comprometimento e da existência de um serviço integrado e que proteja a vítima, o que é coerente com os resultados obtidos na primeira fase do estudo.

Cabe destacar que a última pergunta visava um olhar direcionado ao seu próprio trabalho e como este poderia atender uma criança e/ou um adolescente vitimizado sem violar os seus direitos. Os profissionais apontaram a importância da denúncia, do acompanhamento, de espaços de diálogo entre todos os setores para discutir os casos em conjunto, não somente entre as equipes de cada serviço. A fala de uma das participantes é emblemática: “É difícil, mas não impossível, com a ajuda de todos da sociedade”, ou seja, todos precisam estar mobilizados e comprometidos.

Após a discussão houve perguntas sobre as questões legais que envolvem a violência sexual. Foi exposto um breve histórico acerca dos movimentos internacionais e nacionais que ensejaram a construção da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente. E, esclareceu-se os tipos penais e as formas de abusos sexual, já integradas a nossa legislação.

Após um pequeno intervalo de 10 minutos continuou-se com o módulo IV – Família e violência. No módulo IV começamos com uma apresentação teatral onde os profissionais mais uma vez foram colocados frente a frente com um caso de violência. Os profissionais manifestaram suas dificuldades em trabalhar com as famílias, principalmente nos casos de abuso intrafamiliar.

No final do encontro foi proposta a dinâmica do “Segredo” onde cada um dos profissionais escreveu numa pedaço de papel um fato ou uma atuação que considerou errada em um atendimento realizado. Após todos colocaram numa caixa

e após foram abertas algumas considerações, foi um momento muito rico do encontro, pois aqueles que ainda se mantinham um tanto calados tiveram a oportunidade de expressar suas angustias e medos e trocar com os colegas. Um deles foi a queixa do atendimento da brigada militar que acaba demorando ou mesmo não comparecendo quando é chamada. Um dos participantes que é membro da brigada justificou os possíveis motivos para que o atendimento ocorresse de forma deficitária, um deles é o número reduzido de viaturas e de profissionais para atendimento. Mais um exemplo foi o relato de um caso em que o Conselho Tutelar foi chamado e não acabou não dando o retorno esperado. Ficando a pergunta: Na inoperância ou na negligência de uma das instituições, o que fazer? Foram dadas informações gerais sobre as Instituições que efetuam a fiscalização dos órgãos que atuam na rede, como por exemplo, o trabalho realizado pela Corregedoria do Conselho Tutelar. Surgiram dúvidas sobre os serviços, tais como: Como é feito o trabalho do Agente Comunitário de Saúde? Como o CREAS realiza a acolhida da vítima. Como é a abordagem do Conselho Tutelar. Todas as respostas foram dadas pelos próprios profissionais que efetivaram um momento de troca e conhecimento da rede. O encontro foi encerrado novamente às 17h: 45min.

Os Módulos V – Denúncia e Rede de Proteção e o Módulo VI Responsabilidade do Educador Social e ambiental foram trabalhados no terceiro encontro. Este teve início com a dinâmica do chapéu¹⁴, onde cada profissional se dirigiu até a frente olhou no interior do chapéu e fixando na imagem que via dizia se tirava ou não o chapéu para aquele profissional. Foi um momento de descontração e de reflexão para cada um dos participantes, onde a maioria quando pegava o chapéu num primeiro momento sorria e depois parava por um momento e dizia sim. No módulo V trabalhamos a importância da denúncia e da existência de uma rede de proteção. Este módulo trabalhamos a denúncia como forma de proteção a criança e o adolescente. Tivemos manifestações, ainda contrárias a denúncia: “O problema é quando a gente denuncia e não dá em nada” (Cravo vermelho). A fala desta profissional foi utilizada para promover uma reflexão acerca do papel do profissional e do controle da sociedade enquanto também responsáveis em proteger

¹⁴ Dinâmica do Chapéu: Foi usado um chapéu com um espelho colado no seu interior, o mesmo foi colocado na mesa onde os participantes não sabiam que imagem iriam ver ao se aproximar do chapéu. Quando olhassem no seu interior teriam o reflexo da sua própria imagem.

a criança e o adolescente. Constituindo-se a denúncia numa forma de proteção (PIETRO, 2007; PIETRO, YUNES, 2007). Quanto a rede de proteção os profissionais apontaram que a mesma não funciona, que é deficiente e que não cumpre com o seu papel, assim concluímos em conjunto que não temos um rede de proteção e sim serviços que precisam se articular e aprender a atuar em REDE.

Após o intervalo de 10 minutos, o módulo VI foi refletir acerca do papel do profissional enquanto um educador social e ambiental. Continuamos a reflexão acerca da rede e da atuação do profissional. De que forma é possível implementar uma rede de proteção? Esta foi a pergunta chave, e ainda Qual o papel do profissional enquanto um educador social e ambiental? As manifestações foram de encontro as possibilidades de melhoria apresentadas na primeira fase deste estudo. Assim, atuações como: “mais comunicação entre os serviços” (Cravo amarelo); “conhecimento do que cada instituição faz” (Margarida), “mais comprometimento do profissional” (Flor do campo), “mais capacitações como esta” (Orquídea). Foi latente durante todo o curso o quando os profissionais desconhecem o trabalho de outras instituições, as quais muitas vezes realizam encaminhamentos, este desconhecimento sem dúvida compromete atuações protetivas já que confirmam ações isoladas e multidisciplinares. Notamos que os profissionais tem consciência das falhas e do que é necessário mudar, mas infelizmente ainda sentimos um sentimento de impotência e conformidade, o que sem dúvida nenhuma precisa ser repensado nos trabalhos com estes profissionais. O último encontro foi dividido em dois grandes momentos, o primeiro o desenvolvimento dos módulos VII e VII que consistiam na elaboração de um plano de ação e intervenção. Os profissionais foram convidados a serem protagonistas do curso e eles agora na prática iriam propor ações que fossem possíveis de serem elaboradas no contexto que atuavam.

5.3 SOBRE OS PLANOS DE INTERVENÇÃO ELABORADOS PELOS PARTICIPANTES

O Curso “Curso Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: *por uma ação integrada no território*” teve como proposta tornar os participantes protagonistas e construtores de proposta de intervenção positiva nos

contextos em que atuam a partir de suas próprias experiências prévias. As propostas que foram feitas pelos profissionais são apresentadas abaixo:

Num primeiro momento os profissionais foram divididos em 7 grupos formados por profissionais atuantes, o critério de construção dos grupos foi que pelo menos em cada grupo tivesse um Conselheiro Tutelar, um agente de saúde e um profissional da educação. Como só havia dois participantes da área de segurança pública cada um ficou em um dos sete grupos. Foi entregue aos grupos um roteiro de elaboração de projeto (APÊNDICE G), bem como folhas e canetas. A ideia era que após a elaboração fosse realizada uma apresentação das propostas. As propostas foram:

- a) Proposta 1: Título: Discussão da problemática à prevenção do abuso sexual através do ambiente escolar. Local de execução: Ambiente escolar (Escolas dos Municípios). Objetivos: Discutir e problematizar para prevenir o abuso sexual no ambiente escolar; capacitar os profissionais do ambiente escolar objetivando que os mesmos sejam capazes de organizar no espaço escolar, grupos de educação familiar; e desenvolver parceria com a rede de atendimento à criança e o adolescente para mais suporte no trabalho com a temática de abuso sexual. Público alvo: Professores, diretores, orientadores e funcionários. Estratégias de intervenção: Curso de capacitação. Parcerias: Rede de atendimento, CEP-Rua. Recursos: Elaboração de material didático. Avaliação: Será desenvolvida em todos os momentos do curso. Cronograma de execução: Será executado semestralmente ou conforme a necessidade a partir da execução do primeiro curso.
- b) Proposta 2: Título: Orientando para um bom convívio familiar. Local de execução: Escola Estadual Adelaide Alvim. Objetivos: Trabalhar o bem estar e a proteção e a qualidade de vida das crianças e/ou adolescentes. Público Alvo: 3 (três) turmas de séries iniciais do ensino fundamental e duas turmas de anos finais uma de 5ª. série e outra de 8ª. série. Estratégias de Intervenção: Teatro de fantoches e palestras. Parcerias: Escola, PIM, Posto de Saúde, Conselho Tutelar e voluntários. Recursos: Bonecas de fantoche, teatro confeccionado com material reciclável e panfletos informativos. Avaliação: Acompanhamento. Cronograma de execução: Período inverso as aulas.

- c) Proposta 3: Título: Abuso sexual você sabe o que fazer? Objetivos: Divulgar o papel de cada um dentro da rede de proteção e desmistificar mitos perante o atendimento fornecido. Local de execução: Bairro. Público Alvo: Profissionais que trabalham na rede direta/indiretamente e também membros da sociedade civil em geral. Estratégias de Intervenção: Palestras e oficinas. Parcerias: Escolas, postos de saúde, Conselho Tutelar, Presidentes de Bairro, Instituições governamentais e não governamentais, Ministério Público, Judiciário, Delegacias, NASF e CEP-Rua. Recursos: Recursos humanos e materiais. Avaliação: Através de pareceres elaborados pelos participantes os quais serão lidos e debatidos pelos organizadores do projeto. Cronograma de execução: Encontros alternados em comunidades diversas com o intuito de divulgar o trabalho da Rede para toda a comunidade.
- d) Proposta 4: Título: A escola multiplicando saberes: um olhar cuidadoso para a problemática do abuso sexual no Bairro Getúlio Vargas. Local de execução: Bairro Getúlio Vargas. Objetivos: Construir uma rede de proteção à violência sexual contra crianças e adolescentes no Bairro Getúlio Vargas. Público Alvo: Profissionais do bairro e comunidade. Estratégias de Intervenção: As atividades serão desenvolvidas no bairro e se estenderão ao atendimento as famílias, são elas: curso de capacitação para sensibilizar os profissionais da área abrangente, informar e sensibilizar a comunidade através de palestras, cartazes e panfletos, realizar um trabalho de sensibilização com as crianças das escolas do bairro, construir um fluxo de atendimento no bairro, buscar as famílias indicadas pelas escolas e/ou comunidade para atendimento através do CRAS, PIM e agentes comunitários de saúde. Parcerias: Posto de Saúde, CRAS, PIM, Agentes de saúde, CREAS, Ministério Público e Conselho Tutelar. Recursos: Humanos e materiais. Avaliação: questionários. Cronograma de execução: Não informado.
- e) Título: Rio Grande unido. Objetivos: Buscar a diminuição do índice de violência em todas as formas de manifestação, evasão escolar; combater o CRACK e buscar a prevenção à violência doméstica. Local de execução: Escola Assis Brasil. Público Alvo: crianças e adolescentes da comunidade. Estratégias de Intervenção: Oficinas. Parcerias: Rede de atendimento.

Recursos: Humanos e materiais Avaliação: Permanente Cronograma de execução: Semestralmente.

- f) Título: Reeducação familiar Local de execução: Comunidades onde existem Estratégias Saúde da Família. Objetivos: Informar e dialogar com as famílias sobre a importância da união e da afetividade para prevenir violações de direito. Público Alvo: famílias. Estratégias de Intervenção: Oficinas realizadas uma vez por semana, reuniões com os pais uma vez por semana, passeios uma vez por mês. Parcerias: Escolas, outras Instituições Públicas, Associações comunitárias e voluntários Recursos: humanos e materiais. Avaliação: contínua e permanente. Cronograma de execução: Reuniões quinzenais com os profissionais envolvidos e semanais com as famílias.
- g) Título: Dialogando com o ECA. Local de execução: Escolas do Município. Objetivos: Divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente para que a comunidade possa saber o que fazer quando um direito da criança ou do adolescente for violado. Público Alvo: alunos, professores e comunidade em geral. Estratégias de Intervenção: encontros com os alunos e professores na escola e na comunidade, num primeiro momento uma palestra e após um debate. Parcerias: Escolas, Postos de saúde e lideranças comunitárias. Recursos: material informativo, vídeos e data show Avaliação: após cada encontro são colhidas opiniões dos participantes, críticas e sugestões. Cronograma de execução: conforme a necessidade de cada escola pode ser semestralmente ou mensalmente.

Percebe-se que os planos de intervenção versaram sob o tema da capacitação, dificuldade expressa em vários momentos da construção deste trabalho. Pode-se notar ainda que as ações propostas são localizadas em diferentes contextos: na escola, família e na comunidade, o que denota indícios de um olhar ecológico para o fenômeno do abuso, minimizando-se então a ótica de “trabalho isolado” detectado na primeira fase do estudo. Os temas permeiam a problemática da violência no âmbito das relações familiares e do melhor conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente. Dentre estas considerações, deve-se ressaltar a relevância do aspecto de sugestão de parcerias, o que mais uma vez reitera que o “olhar ecológico” foi semeado. Todos os planos de intervenção

indicaram a participação de várias instituições demonstrando a importância da rede para que um bom trabalho possa ser realizado. Assim, toda e qualquer intervenção necessita do envolvimento da rede para garantir o mínimo de eficácia em prol de seus usuários.

5.4 AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PELOS PARTICIPANTES

Antes do término do curso foi solicitado aos participantes que respondessem um questionário de avaliação do curso (APÊNDICE H), com o objetivo de perceber a satisfação dos participantes.

Responderam a avaliação 87 % dos profissionais participantes do Programa. Quanto a relevância dos temas tratados 100% dos participantes consideraram relevantes e de extrema importância para a formação de uma rede de proteção a criança e o adolescente vitimizado:

“Todos os módulos são de extrema relevância” (Rosa); “Ambos os assuntos tratados durante o encontro são primordiais para se trabalhar em rede, que pena que nem todas as entidades fizeram parte deste encontro” (Flor de Lís); “Com este curso fez com que me estimulasse a fazer trabalhos voluntários nas escolas” (Cravo amarelo); “Os assuntos passados nos encontros nos passaram mais conhecimentos e segurança para passar a nossas crianças” (Orquídea).

Percebemos que os temas foram ao encontro das necessidades e das expectativas dos participantes, que demonstraram mais segurança e motivação para realizar trabalhos voluntários em outros contextos.

No que se refere à contribuição do curso para a mudança de percepção em relação ao tema apenas 3% dos profissionais consideraram que o curso não contribuiu para mudança de percepção, apesar de considerarem relevantes os assuntos tratados. 97% consideraram que o curso fez com que eles refletissem e repensassem a sua prática diária:

“Contribuiu para aperfeiçoar os meus conhecimentos sobre os assuntos tratados” (For do Campo); “Sim. A importância do trabalho em rede. O quanto a conduta da pessoa que ouve ou vê sinais de abuso pode fazer a diferença para a vítima. Importância dos vários setores que acolhem a vítima e a importância de conhecê-los” (Crisântemo); “Percebi quanto nossa rede de atendimento é falha; e o quanto as crianças/adolescentes são vitimizados”; “Sim. Para ficar atenta as mudanças de atitudes das crianças e também do seu silêncio e isolamento” (Margarida).

Foi solicitado aos participantes que preenchessem uma tabela atribuindo notas de 0-10 ao curso, vejamos os resultados da média das notas.

Tabela 24 – Avaliação Quantitativa dos Profissionais

ASSUNTOS AVALIADOS	MÉDIA
1. Importância dos temas abordados	10
2. Aplicabilidade dos assuntos para a função e atuação profissional	9,5
3. Compreensão dos assuntos	9,7
4. Conhecimento dos Palestrantes	9,8
5. Organização dos encontros	9,4
6. Condições do local de realização dos encontros	8,3
7. Sua motivação, antes dos encontros	8,5
8. Sua motivação, após os encontros	9,6
9. Seu conhecimento sobre os temas, antes dos encontros	7,4
10. Seu conhecimento sobre os temas, após os encontros	9,4

Obs.: Foi solicitado que os profissionais atribuíssem notas de 0 a 10.

É possível observar que todos os temas trabalhados nos módulos foram considerados importantes pelos participantes. Quanto a aplicabilidade dos assuntos para a função e atuação profissional a nota foi 9,5 considerando que todos os participantes são profissionais da rede e atendem crianças e/ou adolescentes vitimizados, ou familiares ou agentes responsáveis pelo processo de culpabilização do abusador. Em relação ao local onde foi realizado o curso percebemos uma avaliação de 8,3 devemos levar em conta que o local foi uma escola pública localizada na área PPV.

Referente a motivação dos profissionais, é visível o aumento que passou de 8,5 antes do início do curso para 9,6 após a participação nos encontros. Da mesma forma percebemos um crescimento no que tange ao conhecimento dos profissionais que passa de 7,4 antes do início do curso para 9,4 após os mesmos. Consideramos a avaliação positiva o que demonstra a importância de outros trabalhos que possam promover uma reflexão dialógica com os membros da rede de atendimento para que a mesma possa se constituir em proteção integral a criança e ao adolescente.

Dentre as sugestões destacamos:

“(...) Que o curso tenha continuidade e que todos os profissionais da área de saúde e educação tenham em sua formação cursos voltados a atenção primária do acolhimento e sensibilização”; “Que continue com o projeto” (Begônia); “Estão de parabéns, espero que este encontro se perpetue por mais e mais anos, para que juntos possamos ajudar a nossa comunidade” (Lírio); “Sugiro que aconteça mais cursos, como este, para a conscientização e capacitação dos profissionais” (Rosa amarela); “Sugiro que o curso se transforme em capacitação permanente (periódica) para os profissionais da saúde e educadores.” (Rosa vermelha); “Que este programa de intervenção fosse aberto a mais profissionais interessados” (Rosa branca).

Enfim, foram muitas as sugestões, percebemos a necessidade de mais propostas como esta.

Optou-se por terminar este capítulo com alguns depoimentos deixados pelos profissionais a fim de destacar o impacto que o curso causou nos participantes, o que nos deixa a sensação de missão cumprida e que nos possibilitou pensar em alternativas de expandir este trabalho.

“Todas estão de parabéns! E que este curso tenha reflexos positivos dentro da rede! Até o próximo! Grande abraço” (Rosa);
“Bem mais do que participar das atividades do ouvir é necessário aprendermos a ouvir e multiplicar conhecimento” (Margarida);
“Que consigamos uma rede de proteção com pessoas comprometidas com os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes se não a ideal, mas pelo menos a mais próxima dela” (Flor de pessegueiro);

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como terminar um trabalho que ensejou tantas inquietações?

Foram quatro longos anos permeados por estudos, teorizações, pesquisas e reflexões, concretizado por uma coleta de dados que envolveu um número expressivo de profissionais, o que inicialmente já se tornou um grande desafio. A análise foi realizada com o suporte do Software QSR N-VIVO 9 que permitiu uma organização qualitativa dos dados que, levando em conta os princípios da análise fundamentada nos dados, exigiu um grande esforço para a compreensão e aprendizagem desde aparato tecnológico.

Por envolver profissionais da rede de atendimento, o projeto foi encaminhado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Área da Saúde da Universidade Federal do Rio Grande e foi preciso seguir com cuidado todas as etapas de interação com as pessoas e contextos. Cabe destacar também, que este estudo contribuiu para a formação dos 13 (treze) acadêmicos que participaram ativamente da coleta de dados. Estes tiveram a oportunidade de conhecer e dialogar com os mais diferentes serviços, além de levarem para seus contextos as experiências vividas na singularidade deste projeto.

Na verdade, conclui-se apenas uma etapa da minha vida acadêmica e início uma nova caminhada, mais árdua em busca de uma resposta que neste momento obtive com a realização desta tese de doutorado. **De que forma a proteção integral a criança e/ou adolescente pode se dar efetivamente, SEM RESERVAS?** Infelizmente, as minhas hipóteses foram confirmadas, pois gostaria muito de chegar a este momento para perceber que o meu estudo mostrou a existência de uma rede de proteção real, mas é fato que o nosso município carece de um trabalho focado no bem estar e desenvolvimento da criança e/ou adolescente vitimizado por um acontecimento que pode ser considerado uma afronta à infância e à adolescência.

Estudar o contexto sócio-ecológico-ambiental do atendimento das instituições que recebem a criança e/ou adolescente, a família e atuam no processo de culpabilização foi primordial não só para compreender como o atendimento é realizado, ou nem é realizado em alguns casos, mas também ficou manifesto como estes profissionais percebem as vítimas (criança e/ou adolescente e família) e o

abusador. A criança e a família são as grandes vítimas desta forma de violência tão cruel que assombra tantos contextos familiares em todas as partes do mundo histórico social e cultural.

Mudanças são necessárias, mas não tão somente nas estruturas institucionais, mas nos indivíduos, nos profissionais... Estes necessitam ser preparados como profissionais e como seres humanos solidários, sensíveis e empoderados para se perceberem como verdadeiros agentes de proteção e prevenção. Não é possível termos educadores, psicólogos, médicos, enfermeiros, etc ... tão carentes desta visão humana, pois alguns reconhecem na vítima, os aspectos negativos e preconceituosos mobilizadores da condição de abuso. Isso certamente influencia as relações com aqueles que buscam apoio na rede social de suporte.. Não é possível realizar um atendimento protetivo com sentimentos tão irrigados de impotência, tristeza, raiva e pena. E, não se pode admitir percepções da vítima como culpada por ter sido violada e maltratada.

A pesquisa demonstrou um atendimento setorial fragmentado apesar de multidisciplinar em alguns casos e permeado por ações isoladas e precipitadas ou imediatistas. Instituições atuando de forma desconexa com as demais realizam encaminhamentos para serviços que desconhecem, pois a maioria denotou sua ignorância sobre o fluxo de atendimento.

Entendemos que trabalhar com vítimas de violência não é uma tarefa fácil, é sim árdua, desgastante e que move inúmeros sentimentos. É fato que as dificuldades encontradas no dia-a-dia dos profissionais social são muitas. Dificuldades que se assemelham, tais como a ausência de atendimento especializado; clientela atendida; problemas de estrutura institucional, falta de recursos humanos e infraestrutura deficitária. São focadas nos microssistemas de trabalho e pouco foi citado a interrelação mesossistêmica, que poderia amenizar muitas resoluções e ajudar muitos usuários dos sistemas. O destaque para a capacitação profissional e o atendimento especializado demonstram os “pedidos” de uma intervenção Estatal para investimento nesta área. Mas, independente do estado, os profissionais podem organizar-se em busca de metodologias de atendimento em rede, se os mesmos estiverem sensíveis e conhecedores da complexidade e da ecologia da situação.

Neste sentido, percebemos que os profissionais se revelaram incapacitados para atuar com esta modalidade de violência. Ao mesmo tempo percebe-se

acomodação através das sugestões de outras pessoas mais capacitadas, enquanto que eles mesmos não procuram se articular e se organizar e continuam às vezes por anos, desconhecendo o fluxo de atendimento de seu próprio serviço nestas situações. Concordamos com a necessidade de formação permanente, mas para que esta seja efetiva deve ser em prol de um trabalho em rede: onde os nós sejam bem firmes e que possam formar um tecido forte e imutável. Propor ao profissional um olhar sistêmico e ecológico onde haja comunicação entre os setores é um das propostas que esta tese apresenta. Empoderar estes profissionais através do conhecimento e de mecanismos de comunicação intersetorial pode levar confiança e credibilidade na importância do trabalho que estão realizando.

Quanto a compreensão dos profissionais acerca do fenômeno percebemos ainda a dificuldade da compreensão da violência enquanto um crime praticado contra a criança e o adolescente, porém muitos apresentam uma visão ampla e aproximada da doutrina, reconhecendo as diferentes formas de expressão do abuso sexual. Da mesma forma em relação aos indicadores, a maioria dos participantes apresenta foco nos indicadores físicos e psicológicos. Reconhecem o fato da violência sexual gerar consequências na vida das crianças mas, ao apontarem as suas consequências fica evidente uma visão pessimista em relação a possibilidade da vítima superar o trauma. Ao contrário, falas como: “a vida social da pessoa fica comprometida, pois os mesmos não consegue superar os traumas sofridos” (Rosa), visões generalizantes de nada contribuem no atendimento, tendo em vista que cada indivíduo é um universo único e vai desenvolver-se de forma diferente em contextos singulares.

Quanto às medidas de prevenção observa-se a necessidade da família estar mais atenta e promover espaços de diálogo informando as crianças dos riscos que podem estar sujeitos. Somados a importância do papel da educação e da capacitação, defendemos a promoção de mais espaços grupais de reflexão e que estes possam ser realizados dentro dos espaços formais e não formais de educação.

Os profissionais consideram a existência de uma rede de atendimento, mas que ainda não funciona de forma plena e satisfatória, tendo em vista as respostas que foram apresentadas desde a primeira fase da pesquisa: “Se houvesse um trabalho de rede, realmente a que existe não funciona”(Paeonia); “Falta de uma rede eficaz de atendimento”; ou seja, para os participantes o que existe não funciona, é

irregular, precário. Fica claro que existem serviços de atendimento, mas não um atendimento em rede e muito menos uma rede protetiva. Os serviços apresentam uma ideia de rede, mas uma rede que não opera como atendimento protetivo para os casos de abuso sexual contra a criança e/ou adolescente uma vez que os próprios profissionais se sentem impotentes e de mãos atadas diante das situações abusivas.

Sustentamos uma forma de atendimento à criança e ao adolescente vitimizado: a) acreditar sempre na palavra da criança; b) atuar de forma interdisciplinar, buscando ajuda e informação em outros setores da rede de atendimento, não se isolando e burocratizando o trabalho, realizando somente “encaminhamentos”, encaminhar significa não resolver o problema e sim passar a diante; c) não olhar para o fato ocorrido de forma isolada, manter visão ecológico-sistêmica; d) intervir com base em conhecimento técnico e científico sobre o tema; e)) intervir priorizando a ético e o bem-estar da vítima e de seus familiares não abusivos.

A falha das instituições apontada pelos profissionais deve ser vista dentro desta ideia, mas uma pergunta permanece: como os serviços podem ser eficazes se não conseguem trabalhar de forma conectada?

A partir destas discussões é que foi elaborado o programa de intervenção que teve como objetivo promover uma reflexão e um diálogo entre os serviços. Lamentou-se não termos a representatividade de todos, principalmente da polícia civil e do judiciário, mas conseguiu-se reunir profissionais das mais diferentes áreas e que dificilmente tiveram outras oportunidades de dialogarem sobre a necessidade de uma rede de atendimento para vítimas de abuso sexual.

Os diálogos sobre a rede foram muito ricos, o que possibilitou pensar e buscar concretizar uma rede de proteção. Esta funcionaria desde o primeiro momento quando a vítima chega e é acolhida, atendida e imediatamente se sente protegida e não transformada em um protocolo de atendimento que é encaminhado e encaminhado... Pode-se notar que os profissionais entendem a rede de atendimento e a rede de proteção seriam diferentes, e que cada uma teria suas especificidades: a primeira como o atendimento e a segunda com o atendimento especializado.

Segundo os participantes ainda são alguns dos desafios que precisam ser vencidos pela rede de atendimento: a falta de um atendimento ao abusador,

capacitação, denúncia, humanização dos profissionais, infraestrutura e recursos humanos, falta de comunicação e morosidade nos atendimentos.

A participação e o diálogo durante a aplicação dos módulos foi constante revelando a necessidade de ouvirem e serem ouvidos durante todo o programa de intervenção. Os espaços de diálogo foram abertos e promovidos momentos para que os profissionais tivessem a oportunidade de se enxergarem e compreenderem como cada órgão atua e de que forma atua. A construção dos planos de intervenção fez com que os profissionais buscassem ações possíveis de serem concretizadas e que implementassem a formação de uma rede de proteção, mesmo sem se darem conta disso eles deixaram esta compreensão muito clara ao propor ações que necessitam de parcerias, onde toda ação necessita de um trabalho em conjunto.

A avaliação do programa foi positiva e demonstra a necessidade espaços de dialogo entre os serviços o que pode ser promovido por eles próprios. Neste sentido o programa foi direcionado para que os profissionais fossem agentes multiplicadores e potencializadores de proteção.

Assim, este na verdade não é o fim de um trabalho, mas o início de outros tantos, tendo em vista que este estudo pode contribuir para pensar mais humanamente e com vistas à proteção de nossas crianças e/ou adolescentes.

Enfim, a problemática foi evidenciada na carência e limitação de muitos setores e segmentos da nossa sociedade, que ainda não conseguem desenvolver um trabalho articulado e em rede. E ainda tudo isso se potencializa pelo crescimento e desenvolvimento econômico que nosso município vem passando. O presente estudo será levado para conhecimento dos órgãos públicos, tendo em vista que este é um problema que precisa ser debatido em âmbitos para além do acadêmico. Ser levado para outras esferas da sociedade pode envolver a todos para minimizar e combater os efeitos dessa chaga que é a violência sexual contra a criança e o adolescente e que parece crescer a cada dia. Entendemos que o homem enquanto sujeito social integrado ao meio necessita repensar suas relações, dentro de uma sociedade que exige mais humanidade e solidariedade para além do cuidado, mas do respeito a dignidade da pessoa humana. Uma criança e/ou adolescente como membro da nossa sociedade merece ser tratado enquanto um cidadão tendo seus direitos respeitados.

Neste momento, dar um ponto final nesta tese é preciso. Mas, este ponto final significa para mim a certeza da continuidade de uma luta de muitos anos e que pretendo seguir por muitos outros.

REFERÊNCIAS:

ABRAPIA – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA. **Sistema Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual infanto-juvenil**. 2003. (Relatório cumulativo referente há 6 anos).

ALBERTON, M. S. **Violação da infância**: crimes abomináveis: humilham, machucam, torturam e matam! Porto Alegre: AGE, 2005.

ALMEIDA, E. C. **Violência Doméstica**: um desafio para a formação do pediatra, 1998. Dissertação de Mestrado. Instituto de medicina social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

ALVES, F. N.; TORRES, L. H. **A Cidade do Rio Grande**: uma abordagem histórico-histórica. Rio Grande: FURG, 1997.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 11, n. 3. 546-555, Porto Alegre, 2004.

ANDRADE, F, P de. **Labirintos do Incesto**: o relato de uma sobrevivente. [s. l.: s. n.], 1998.

ARENDT, H. **A Condição Humana**., Rio de Janeiro: Forense, 1985. Trad. de Roberto Raposo

ASSMANN, H. **Reencantar a Educação**: rumo à sociedade aprendente. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

AZAMBUJA, M. P. R. Violência doméstica contra crianças: Uma questão de gênero? In: Strey, M. AZAMBUJA, M. P. R.; JAEGER, F. P. (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Volume 2. Porto Alegre: Edipucrs, 2004. Coleção Gênero e Contemporaneidade. p. 259-317

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **Infância e violência doméstica**: perguntelho. São Paulo: IPUSP/Lacri. 1994.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. A. **A Violência Doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe, 1995b.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. A. **Crianças Vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

AZEVEDO, M. A; GUERRA, V. A. **Pondo os pingos nos is**. Guia prático para compreender o fenômeno. Apostila do TelelacriTelecurso de Especialização na área da Infância e Violência Doméstica, São Paulo: LACRI/ IPUSP, 1995a.

BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal: parte geral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

BORBA, M. R. M. O duplo processo de vitimização da criança abusada sexualmente: Pelo abusador e pelo agente estatal, na apuração do evento delituoso. **Jus Navegandi**, 59. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3246>>. 2008. Acesso em: 11 ago. 2008.

BRASIL. **Constituição federal, código penal, código de processo penal**. Porto Alegre, 2006.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 25 mar. 2010.

BRASIL. **Lei 11.340/ 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Planalto Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm>. Acesso em: 2/02/2013.

BRASIL. **Lei n. 12.015/2009**. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 21/05/2012.

BRAUN, S. **A Violência Sexual Infantil na Família: do silêncio à revelação do segredo**. Porto Alegre: AGE, 2002.

BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil. **Cad. Pesqui**, n.119, p.113-128, 2003.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In DAMON, W. (Org.). **Handbook of child psychology**. v. 1. New York: John Wiley Sons, 1998.

CAMARGO, L.S.; LIBÓRIO, R.M.C. **A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais de educação do ensino fundamental de Presidente Prudente**. PIBIC-CNPq, 2005. (Relatório de Pesquisa não publicado).

CAMPOS, A. **Para uma compreensão multifactorial do abuso sexual em díades**. 1998. (Trabalho de Seminário desenvolvido no âmbito da Licenciatura em Psicologia).

CAPRA, F. Vivendo Redes. *In.*: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. **O Tempo Das Redes**. [s. l.]: Editora Perspectiva S/A, 2008. P. 21-23.

CARVALHO, I. **A invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. Porto Alegre: EDUFRGS, 2001.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.

CARVALHO, I. M.; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **Perspec.**, v.17, n.2, São Paulo abr./jun. 2003.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, S. H. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

CHAFFE, L. **Canto de Cicatriz**: a violência sexual contra meninas. Filme. Porto Alegre: Atena Produções, 2005.

CHAUÍ, M. Ética e violência. **Revista td**, 39, 1998.

COHEN, C. **O incesto**: um desejo. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.

CRAIDY, C. M.; KAERCHER, G. E. S. **Educação infantil**: pra que te quero? Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

DALTOÉ CEZAR, J. A. **Depoimento sem dano**: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007

DAVIDSON, J; TAYLOR, J. S. Infância, turismo sexual e violência: retórica e realidade. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P; LIBÓRIO, R. M. C. (Org.) **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. VIOLES/SER/Universidade de Brasília: Brasília: [UnB], 2008.

DESLANDES, S. F. (1994) **Prevenir a violência**: um desafio para os profissionais de saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 5. ed. São Paulo: Global, 1998.

DOBKE, V. **Abuso Sexual**: A Inquirição das Crianças – Uma Abordagem Multidisciplinar. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.

DUARTE, F.; KLAUS, F. Redes Urbanas. In.: DUARTE, F; QUANDT, C.; SOUZA, Q. **O Tempo Das Redes**. [s. l.]: Editora Perspectiva S/A, 2008. p. 156.

FALEIROS, E. **O abuso sexual contra crianças e adolescentes**: os (des)caminhos da denúncia. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.

FALEIROS, V. P. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. *In.*: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. **Violência no cotidiano**: do risco à proteção. Brasília: Universa: Liber Livro, 2005.

FINKELHOR, D. The international epidemiology of child sexual abuse. **Child Abuse and Neglect**, 18, 1994. p. 409-417

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 25 ed. Petrópolis: Vozes, 2002. (Trad. Raquel Ramalhete).

FRAGOSO, H. C. **Pressupostos do crime e condições objetivas de punibilidade**: Estudos de direito e processo penal em homenagem a Nélson Hungria. Rio de Janeiro ; São Paulo: Forense, 1962.

FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança**: Uma abordagem Multidisciplinar, Manejo, Terapia e Intervenção Legal Integrados.. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. (Trad.: Maria Adriana Veríssimo Veronese).

GILISSEN, J. **Introdução Histórica do Direito Penal**. 2 ed.. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995. (Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros).

GLASER, B. G.; STRAUSS, A.L. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldine, 1967

GONÇALVES, C. R. **Direito Civil**: direito de família. v. 2. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. **Cad. Saúde Pública**, n. 18, v. 1, Rio de Janeiro, p.315-319, jan/fev, 2002.

GROSMAN, C. P.; MESTERMAN, S. **Maltrato al menor**: el lado oculto de la escena familiar. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1998.

GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos**: a tragédia revisitada. São Paulo: Cortez, 1998.

HABIGZANG, L. F.*et al.* Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. V. 21. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília Sept./Dec. Print ISSN 0102-3772, 2005.

HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. São Paulo: Nova Cultural. 1997. (Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. 2010. Acesso em: 13/04/2010.

JESUS, D. E. **Código penal anotado**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

KOLLER, S. H. Aspectos Psicossociais da Infância e adolescência na rua: uma visão ecológica. In: **O uso de drogas entre meninos(as) em situação de rua**: Informações básicas para enfrentar a questão. CEBRID, 1998.

KOLLER, S. H.; DE ANTONI, C. Violência Intrafamiliar: uma visão ecológica. In.: KOLLER, Silvia (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 2005

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo In.: **Carta acerca da tolerância**: Segundo tratado sobre o governo e Ensaio acerca do entendimento humano. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1989

LOPES, J. L. **Curso de direito penal**: parte geral. 2 ed. São Paulo: RT, 1996.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. Rio de Janeiro: Cortez, 2004.

MACHADO, A. V.; MACHADO, M. C. V. Escola que protege histórico jurídico de proteção da criança e do adolescente. In.: SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G.; ALZU, F. C. V. Estratégias de atendimento aos casos de abuso sexual infantil: um estudo bibliográfico. **Rev. bras. saúde matern. infant.**, Recife, n. 2, v. 2, p. 105-116, maio - ago., 2009.

MACHADO, Vanessa Rombola. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Serv. Soc. Ver.**, Londrina, v. 13, n. 2, p. 143-169, jan/jun 2011. Disponível em: <[HTTP://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10431](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10431)>. Acesso em: 3/02/2013.

MADANES, C. **Sexo, amor e violência**: estratégias para a transformação. Campinas/SP: Editorial Psy, 1997.

MÁIQUEZ, M. L., RODRIGO, M. J., CAPOTE, C., & VERMAES, I.. **Aprender en la vida cotidiana.un programa para padres**. Madrid: visor, 2000

MARQUES, M. S.; MAIO, J. S. M. O trabalho em rede e o depoimento em juízo: implicações ao atendimento de uma criança que sofreu abuso sexual e o cuidado com o profissional. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (orgs.) **Trafico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.

MARSHALL, T. .H. **Cidadania e classes sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MARTÍN, J. C. (2005). **Evaluación del programa de apoyo personal y familiar para familias en situación de riesgo psicosocial** Tese de doutorado [não publicada]. Universidad de La Laguna, Tenerife, Espanha, 2005.

MARTÍN, J. C. *et al.* Programas de educación parental. **Intervención psicosocial**, v. 18, n. 2, p. 121-133, 2009.

MARTINS, M. O cenário familiar. In: **Maus tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: perfil da situação no Estado do Rio Grande do Sul**. 1998.

NUCCI, G. S. **Código Penal Comentado**. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

OLIVEIRA, R. C. **Reflexos do polo naval no mercado imobiliário da cidade do rio grande (rs)**. Disponível em: <<http://www.eng2012.org.br/trabalhos-completos?download=1881:reflexos-do-polo-naval-no-mercado-imobiliario-na-cidade-do-rio-grande-rs&start=2300>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Organização Mundial de Saúde, 2002, n. 1, p. 1-42.

OVALLES, O.; VIEZZER, M. **Manual latino-americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995.

PALACIOS, J. *et al.* tratos a los niños en la familia *In.*: RODRIGO M. J.; PALACIOS, J. (coords.). **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

PARISOTTO, L. **Abuso Sexual. Abc da Saúde**. Disponível em: <<http://www.abcdasaude.com.br/artigo.php?5>>. Acesso em: 5 out. 2008.

PELISOLI, C. L. **Entre o público e o privado: Abuso sexual, família e rede de atendimento**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, 2008.

PELISOLI, C. L.; TEODORO, M. L. M.; DELL'AGLIO, D. D. A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: Estudo de caso. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 59, n. 2. Disponível em: <<http://146.164.3.26/seer/lab19/ojs/viewarticle.php?id=159>, 2007>. Acesso em: 11 dez. 2011.

PIETRO, A.; YUNES, M. A. M. O ato da denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. In: Leal, M. L. e Leal, M. F. e Libório, R. M. C., **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. (pp. 167-190). Brasília: VIOLES/SER/ Universidade de Brasília, 2007.

PIETRO, A. T.; YUNES, M. A. M. Programa de intervenção psicoeducacional para professores: a escola como espaço de proteção em casos de abuso sexual. **Revista Eletrônica de Enseñanza de las Ciencias** (Submetido)

PIETRO, A. T.; YUNES, M. A. M. A denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. *In.*: RIBEIRO, P. R. C. *et al.* (orgs.). **Educação e Sexualidade: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceito, homofobia**. Rio Grande: FURG, 2008.

PIETRO, A. T. **A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar**: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2007.

PINCOLINI, A. M. F. **Família, justiça e abuso**: bem estar e dinâmica familiar após julgamentos de abuso sexual. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2007.

PLANO PLURIANUAL 2008-2011. **Caderno de avaliação setorial**. Ministério da saúde.exercício 2012. Ano base 2011. Brasília, 2012. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/caderno_avaliacao_2011.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2013.

POMBO, O.; GUIMARÃES, H.; LEVY, T. **A interdisciplinaridade**: Reflexão e Experiência. 2. Lisboa: Texto Editora, 1994. p. 10.

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2006.p. 21. Col. Primeiros Passos.

REZEK, J.F. **O direito internacional no século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2002.

RODRIGO, M. J.; PALACIOS, J. **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**, 5. ed., São Paulo: Nova Cultural., 1991. Os Pensadores.

SANTOS, B. C., *et al.* **Maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes**: uma abordagem multidisciplinar. São Leopoldo: Com-texto Gráfica e Editora, 1998

SANTOS, B. S. **Discurso e poder**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1988.

SANTOS, J. E.; SATO, M. (orgs.) **A contribuição da educação ambiental à caixa de Pandora**. São Carlos: Rima, 2001 p.34.

SANTOS, J. V. T. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In.:_____. **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, S. S. **Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar**: reações maternas e multigeracionalidade. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. 2007.

SANTOS, S. S.; DELL'AGLIO, D. D. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Revista Psicologia e Sociedade**. Vol. 22. N.2. Florianópolis maio/ago. 2010.

SCOBERNATTI, G. **Violência Intrafamiliar: Teoria e Prática**. Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente. Pelotas: 2005.

SILVA, E. C. O agressor em pauta: fortalecendo medidas de prevenção à violência sexual. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (orgs.) **Trafico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.

SILVA, E. R. A. (coord.). **O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: IPEA/CONANDA, 2004.

SILVA, J. F. S. **O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural**. Disponível em: <<http://www.franca.unesp.br/O%20Metodo%20em%20Marx.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2010.

SOUSA, S. M. G.; CARVALHO, L. N.. Sentenciado por violência sexual contra crianças: reflexões preliminares. LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (orgs.) **Trafico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.

SOUZA JUNIOR, J. G. **Sociologia Jurídica: condições sociais e possibilidades teóricas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

SOUZA, E. R.; ASSIS, S. G. A.; ALZU, F. C. V. Estratégias de atendimento aos casos de abuso sexual infantil: um estudo bibliográfico. **Rev. bras. saúde matern. infant.**, Recife, v. 2, n. 2, p. 105-116, maio/ago. 2002.

STEELE, B. F.; POLLOCK, C. B. A psychiatric study of parents who abuse infants and small children. In: HELFER, R. E.; KEMPE, C. H.(Eds.) **The battered child**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative reserch: Grounded theory procedures and techniques**. London: Sage, 1990.

TOLEDO, F. A. **Princípios básicos de direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Infância e adolescência no Brasil**. 2007. Disponível em: <<http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>>. Acesso em: 20 set. 2010.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Um mundo para as crianças: Relatório da sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a criança**. Nações Unidas. Nova York, 2002.

WASELFISZ, J. J. (Coord.) **Juventude e violência: os jovens de Brasília**. Brasília/São Paulo: UNESCO/Cortez, 1998.

WIDOM, C. S. The cycle of violence. **Science**, n. 244, p. 160-166, 1989.

YUNES, M. A. M.; SZYMANSKI H. Grounded-theory & Entrevista Reflexiva: uma associação de estratégias metodológicas qualitativas para uma compreensão da resiliência em famílias. *In.*: GALIAZZI, M. C.; FREITAS, J. V. (orgs.) **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

YUNES, M. A. M. A Aplicação da grounded-theory como método de análise qualitativa no estudo da resiliência em famílias de baixa renda. **Revista do Departamento de Psicologia da UFF**, Niterói, v. 2, n. 13, p. 123-139, 2001.

YUNES, M. A. M. **Resiliência familiar e parentalidade positiva**: a aplicação do modelo experiencial em Programas de Educação Parental. Projeto de pesquisa submetido ao CNPq – Edital para concessão de Bolsa de Produtividade, 2012

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A. T.; CUELLO, S. E. S. Um olhar ecológico para os riscos e oportunidades. *In.*: KOLLER, S. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano**: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 2005

ZAFFARONI, E. R. **Tratado de derecho penal**: Parte general. Buenos Aires: Ediar, 1988.

ZAFFARONI, E. R.; PIARANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 2 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

APÊNDICE A – Tabela de perfil institucional



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE

TABELA DE PERFIL INSTITUCIONAL

<u>I - DADOS DA INSTITUIÇÃO:</u>	
Nome da Instituição:	
Endereço:	
Horário de Funcionamento:	
Contato direto:	
Coordenação e/ou direção:	
Ano de Fundação:	
Histórico da Instituição:	
<u>II – DADOS DO SERVIÇO</u>	
Atividade que desenvolve:	
Atende ou já atendeu casos de violência contra a Criança e/ou Adolescente? De que forma?	
Tipos de violências atendidas pela Instituição:	
(...) Negligência (...) Abuso Físico (...) Abuso Sexual (...) Violência Psicológica (...) Violência Fatal (...) Outra: Qual?	
Público Alvo:	
(...) Crianças de 0 a 4 anos (...) Crianças de 5 a 12 anos incompletos (...) Adolescentes de 12 anos a 18 anos incompletos (...) Agressores (...) Profissionais. Quais? (...) Estudantes. Quais? (...) Outro: Qual?	
Encaminhamentos realizados pela instituição nos casos de Violência contra a Criança e/ou Adolescente:	
Nome da Pessoa que forneceu as Informações	

Data:	
Pesquisador:	
Observações:	

APÊNDICE B – Listagem de escolas e espaços não formais de educação

LISTAGEM DE ESCOLAS E ESPAÇOS NÃO FORMAIS DE EDUCAÇÃO

ESCOLAS ESTADUAIS – 31 escolas			
Nome da Escola	Perfil Institucional	Questionário com Coordenador	Observação
1) E.E.E.F. Adelaide Alvim . End: Pinto bandeira267, Bairro: junção.			
2) E.E.E.F. Agnella do Nascimento. End: Marechal. Deodoro,249, Bairro: Cidade Nova.			
3) E.E.E.F. Alcides Barcelos. End: Mascarenhas de Moraes,S/N.º Bairro: BGV			
4) E.E.E.F. Dr. Augusto Duprat. End: Dom Pedro II, 260, Bairro: Vila Militar.			
5) E.E.E.F. Alfredo Ferreira Rodrigues. End: Major Assumpção, 150,Bairro: Povo Novo.			
6) E.E.E.F. Almirante Tamandaré. End: Av. dos Arquipelagos,111 Bairro: Parque Marinha.			
7) E.E.E.M. Bibiano de Almeida. End: Gal. Canabarro, 321 Bairro: Centro.			
8) E.E.E.F. Barão do Cerro Largo. End: Av. Vasco Vieira da Fonseca- 723 Bairro: Centro.			
9) E.E.E.F. Carlos Lorea Pinto. End: Irmão Fidêncio, 55 Bairro: Cohab 4.			
10) E.E.E.F. Ernesto Pedroso. End: Borges de Medeiros S/Nº Bairro: Santa Teresa.			
11) E.E.E.F. Pedro Francisco Bertoni. End: Rua 8, 211 Bairro: Domingos Petrolina.			
12) E.E.E.F. Guarda Marinha Greenhalgh. End: Cristóvão Jaques S/ N.º - Navegantes Bairro: Salgado Filho.			
13) I.E.E. Juvenal Miller. End: Andrade Neves S/ n.º Bairro: Centro.			
14) E.E.E.F. Coronel Juvêncio Lemos. End: Av. Dom Pedro II, S/ n.º Bairro: Vila Militar.			
15) E.E.E.F. Mário Quintana. End: Júlio Ferreira da Silva S/ N.º Bairro Trevo.			
16) E.E.E.F. Lília Neves. End: AV. Trajano Lopes n.º 149 Bairro: Vila da Quinta.			
17) C.E. Lemos júnior. End: DR. Nascimento, 224 Bairro: Centro.			
18) E.E.E.F. Imperial Marinheiro Marcílio Dias. End: General Vitorino, 67-Centro.			
19) E.E.E.F. Mascarenhas de Moraes. End: Domingos de Almeida, 659 Bairro: Cidade Nova.			

20)	E.E.E.F. Miguel Couto. End: Padre Feijo, 187 Bairro: Cidade Nova.			
21)	E.E.E.F. Emilio Luiz Mallet. End: Amazonas Esq. Peru, S/Nº Bairro: Rural.			
22)	E.T.E. Getúlio Vargas. End: Dom Bosco, S/ n.º Bairro: Cohab II.			
23)	E.E.E.F. Nossa Senhora Medianeira. End: Buarque de Macedo, 259 Bairro: Cidade Nova.			
24)	E.E.E.F. Revocata Heloísa de Mello. End: Domingos de Almeida Bairro: Miguel de Castro Moreira .			
25)	E.E.E.M. Eng.º Roberto Bastos Telechea. End: Av. Dos Grandes Lagos, 300 Bairro: Parque Marinha.			
26)	E.E.E.M. Silva da Gama. End: Itaqui 400. Bairro: Cassino.			
27)	E.E.E.F. Saldanha da Gama. End: Rua Principal, S/ N.º Bairro: 4ª Secção da Barra.			
28)	E.E.E.F. Brigadeiro José da Silva Paes. End: DR. Isnard Poester Peixoto, S/ N.º Bairro: Lar Gaúcho.			
29)	E.E.E.F. Treze de Maio. End: Dom Bosco, 901 Bairro: Cohab II.			
30)	Núcleo Estadual de Educação de Jovens e Adultos. End: General Neto, 257 Bairro: Centro.			
31)	E.E.E.F. José Mariano de Freitas BECK-CIEP. End: Eduardo Araújo, 881 Bairro: São João.			

ESCOLAS MUNICIPAIS – 54 escolas			
Nome da Escola	Perfil Institucional	Questionário com Coordenador	Observação
1) E.M.E.F Ademar Correa- Flores da Cunha- Santa Tereza, Nº.116			
2) E.M.E.F Altamir De Lacerda Raul Pilla, 2099 – Bairro Bernadeth.			
3) E.M.E.F. Ana Neri D Ana Pernogotti, S/Nº.- Bolaxa			
4) E.M.E.F. Assis Brasil James Darci, S/Nº.			
5) E.M.E.F Bento Gonçalves Coronel Salgado, 71- Quinta.			
6) E.M.E.F Cidade Do Rio Grande Furg / Carreiros .			
7) E.M.E.F Cipriano Porto Alegre – Rua:Henrique Pancada, 1027.			
8) E.M.E.F Clemente Pinto- Rua: Dom Pedro I, 444.			
9) E.M.E.F Coriolano Benício Rua: Travessa 10, n. 107. Vila Abel Cravo – Quinta			

10)	E.M.E.F Cristovão Pereira De Abreu –Ilha Da Torotama.			
11)	E.M.E.F França Pinto Rua Minas Gerais esq. D Bosco – Bairro: Cidade Nova.			
12)	E.M.E.F Frederico E. Buchholz Rua: Eua Do Norte / Nicarágua- Bairro: Buchholz.			
13)	E.M.E.F Helena Small Barão De Cotegipe, 415 – Centro.			
14)	E.M.E.F João De Oliveira Martins Rua Isizioso, 125- Bairro Castelo Branco I.			
15)	E.M.E.F Manoel M Mano Rua João Kramer, S/Nº.			
16)	E.M.E.F Maria Angélica Leal Campello-Taim / BR- 471, Km 63.			
17)	E.M.E.F Mate Amargo Av Italia, S/N- Bairro: Mate Amargo.			
18)	E.M.E.F Olavo Bilac- Vila Santo Antonio/ BR 392. Quinta.			
19)	E.M.E.F Pedro C Peixoto Primo- Bairro: Querência.			
20)	E.M.E.F Porto Seguro- Rua Das Algas 340. Bairro: Parque Marinha.			
21)	E.M.E.F Rui Poester Peixoto Quintino Bocaiuva, 324 – Bairro São Miguel.			
22)	E.M.E.F Sant'ana Rua Columbia, 586.			
23)	E.M.E.F Sylvia Centeno (5ª A 8ª), Frederico de Albuquerque, 580- Ilha Dos Marinheiros.			
24)	E.M.E.F Viriato Correa . Rua:Almirante Barroso, 433.			
25)	E.M.E.F Wanda Rocha Martins. Rua: Fernando Osorio, 201.			
26)	E.M.E.F Zelly P. Esmeraldo. Rua: Dante Dapuzzo S/N .			
27)	E.M.E.F Zenir De Souza Braga. Rua: Angelo Trindade 1888 – Vila Trevo.			
28)	E.M.E.F Alcides Maia.Localidade: Capão Seco.			
29)	E.M.E.F Anselmo Dias Lopes- Pedro Carneiro Pereira, 12.			
30)	E.M.E.F Antônio C. Lopes- Quinta – Vila Santa Cruz.			
31)	E.M.E.F Dolores Garcia- \Rua Darci Cunha Matos, 387			
32)	E.M.E.F Dom Pedro II. Rua: Cristovão Pereira , 880- Bosque.			
33)	E.M.E.F Dr. Roque Aíta Júnior. Rua: Oswaldo Aranha, S/N. Parque Coelho			
34)	E.M.E.F Jayme Gomes Monteiro. Rua:			

Pandia Calógeras, 1299			
35) E.M.E.F Luiza Tavares Schmidt- Barro Vermelho.			
36) E.M.E.F Navegantes . Rua: Almirante Tamandaré, S/N.			
37) E.M.E.F Ramiz Galvão –Vila Mangueira.			
38) E.M.E.F Barão do Rio Branco- Av Dos Bandeirantes, 76 – Vila Brás			
39) E.M.E.F São João Batista Pandiá Calógeras, 598- Bairro: São João.			
40) E.M.E.F São Miguel, 148- Pandia Cológeras nº. 148, Bairro: São Miguel.			
41) E.M.E.F. Silva Paes – Estrada Rg Cassino- Bairro: Boa Vista.			
42) E.M.E.F Renascer – Coréia Ilha Dos Marinheiros.			
43) E.M.E.F Alba Anselmo Olinto –Albardão.			
44) E.M.E.F Apolinário Porto Alegre- Frederico Albuquerque, 1032- Ilha Dos Marinheiros.			
45) E.M.E.F. Coração De Maria –Porto Do Rei – Ilha Dos Marinheiros.			
46) E.M.E.F Franklin Roosevelt Magalhães – Taim Km 44.			
47) E.M.E.F Humberto De Campos- Senandes.			
48) E.M.E.Fliberto Salzano Vieira Da Cunha – Arraial De Fora.			
49) E.M.E.F Machado De Assis – Palma.			
50) E.M.E.F Nilo Da Fonseca – Senandes.			
51) E.M.E. Coronel Pedro Osório- Cerrito / Taim.			
52) E.M.E.F. Professora Aurora Ferreira Cadaval- BR 471, km. 92- Capilha			
53) E.M.E.F. São Miguel Rua: Pandiá Calógeras, 148			

ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 18 escolas			
Nome da Escola	Perfil Institucional	Questionário com Coordenador	Observação
1) E.M.E.I Castelo Branco – Creche – Rua 1, 111- Bairro: Castelo Branco I			
2) E.M.E.I Lions Clube – Creche Assis Brasil – Associação Com Extensão De Creche Juan Loppert, S/N- Santa Rosa.			
3) E.M.E.I Oscar Ferreira De C Moraes – Altamir De Lacerda 904 – Hidráulica.			
4) E.M.E.I Eva Mann – Creche Parque Marinha – Associação Com Extensão De Creche			

	Rua: Av Das Enseadas, 50. Bairro: Parque Marinha.			
5)	E.M.E.I Profª Maria Da Graça Reyes. Rua: Principal/ Salão Paroquial.			
6)	E.M.E.I Querência. Querência.			
7)	E.M.E.I Tia Luízinha Pandia Calógeras, 898.			
8)	E.M.E.I Vila Da Quinta João Moreira 204 – Quinta.			
9)	E.M.E.I Vovó Zoquinha Julio De Castilhos S/N – Cassino.			
10)	Centro de Educação Infantil Assis Brasil. Rua: Juan Loppart, s/n			
11)	E.E.I. Patotinha Rua: General Canabarro, 174			
12)	E.E.I. Fazendo Arte. Rua: Miguel Riet Correa, 16			
13)	E.E.I. Gente Miúda			
14)	E.E.I. Casa da Lua			
15)	Maternal Jardim e Inf Castelinho do Saber			
16)	E.E.I. Bambi. Rua: Vidal de Negreiros, 513			
17)	E.E.I. Arco Íris. Rua: Dom Bosco, 122			
18)	22wE.E.I. Peter Pan- Aquidaban, 619			

ESCOLAS DA REDE PRIVADA – 15 escolas de Ensino Fundamental, 5 Ensino Médio e 2 Escolas Técnicas.			
Nome da Escola	Perfil Institucional	Questionário com Coordenador	Observação
1) Colégio Bom Jesus Santa Joana D'arc - Escola de 1º e 2º Graus Endereço: General Câmara, 352.			
2) Colégio São Francisco - Escola de 1º e 2º Graus Endereço: Dr. Nascimento			
3) Creche Casa da Criança Sagrado Coração de Jesus Endereço: Dr. Augusto Duprat, 374			
4) Escola de 1º Grau Cantinho Infantil Endereço: Duque de Caxias, 496			
5) Escola de 1º Grau Incompleto Criança Feliz Endereço: Almirante Barroso, 321			
6) Escola São Luiz Endereço: Av. Pelotas, 355			
7) Escola Coração de Maria 1º Grau Incompleto Endereço: Av. Presidente Vargas, 681			
8) Instituto Cristo Rei - Escola de 1º Grau Endereço: Barão de Cotegipe, 89			
9) Escola Cenecista Nossa Senhora Medianeira Endereço: Teixeira Júnior, 667			
10) Liceu Salesiano Leão XIII - Escola de 1º e			

2º Grau Endereço: Mal. Deodoro, 628			
11) Escola de 1º Grau Incompleto Pastor Roberto Azevedo Endereço: Tiradentes, 1021			
12) Escola de 1º Grau Incompleto Jardim do Sol Endereço: Dr. Mario Nicola, 111			

SETOR DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Nome da Instituição	Perfil Institucional	Questionário com Coordenador	Observação
1) Centros de Referência Assistência Social (CRAS): Este centro realiza em média 1000 atendimentos/ano às famílias e indivíduos. Situa-se na Rua Engenheiro Antonio Uslengue Dante Dapuzzo, nº 343, Bairro Cidade de Águeda.			
2) Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS trabalha a violência e a negligência em relação à criança, adolescente, idoso e mulheres. Atendimento a Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade do Adolescente.			
3) Abrigo: Casa das Meninas			
4) Abrigo: Casa dos Meninos Rua: Domingos de Almeida, 247			
5) Abrigo: Casa do Menor Rua: Av. Portugal s/n População Alvo: crianças e adolescentes Tipo de Atendimento: abrigo Nº de atendimentos: 28 ambos os sexos.			
6) Abrigo: Orfanato Maria Carmem População Alvo: crianças e adolescentes Tipo de Atendimento: abrigo Nº de atendimentos: 28 meninas.			
7) Abrigo: Lar da Criança Raio de Luz População Alvo: crianças e adolescentes Tipo de Atendimento: Abrigo Nº de Atendimentos: 28 crianças e adolescentes.			
8) Casa de Acolhida para Mulheres Vítimas de Violência			
9) Centro Municipal Comunitário “Dra. Lúcia Nader” atende crianças e adolescentes de 6 a 15 anos no horário inverso a escola. NAPI			
10) Centro Referência da Assistência Social – End. Altamir de Lacerda, 904 – Hidráulica. Cursos de Geração de Renda, Grupo de Convivência de Idosos e Tele centro.			
11) Programa Emancipar /Vila da Quinta (famílias).			

ONGS			
Nome da Intuição	Perfil Institucional	Questionário com Coordenador	Observação
1) Pastoral do Menor População Alvo: Adolescentes Tipo de Atendimento: Medida Sócio Educativa de Liberdade Assistida Nº de atendimentos: 98 ambos os sexos.			
2) Pastoral do Menor/Programa Emancipar População Alvo: crianças 6 a 11 anos Tipo de Atendimento: Atendimento Sócio Educativo em Meio Aberto –ASEMA Nº de Atendimentos: 30 ambos os sexos.			
3) ARCA – Associação Rio grandina pró criança e adolescente			
4) Centro Educacional Fraternidade Rua: Dom Pedro II, s/n. População Alvo: crianças e adolescentes Tipo de Atendimento: Atendimento Sócio Educativo em Meio aberto – ASEMA Nº de Atendimentos: 60 ambos os sexos.			
5) Creche e Casa da Criança Mansão da Paz População Alvo: crianças e adolescentes Tipo de Atendimento: Atendimento Sócio Educativo em Meio aberto – ASEMA Nº de Atendimentos: 94 ambos os sexos. Almirante Barroso, 1365			
6) Educandário Coração de Maria População Alvo: crianças e adolescentes Tipo de Atendimento: Atendimento Sócio Educativo em Meio aberto – ASEMA Nº de Atendimentos: 80 crianças e adolescentes. Av. Presidente Vargas			
7) Escola José Álvares de Azevedo População Alvo: crianças, adolescentes e adultos Tipo de Atendimento: grupos de convivência Nº de Atendimentos: 30 ambos os sexos.			
8) Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE População Alvo: crianças, adolescentes e adultos Tipo de Atendimento: grupos de convivência Nº de Atendimentos: 200 ambos os sexos.			

POSTOS DA POLÍCIA			
Nome da Intuição	Perfil Institucional	Questionário com Coordenador	Observação

1) Segunda Companhia – 6. BPM – Brigada Militar Rua: Júlio de Castilhos, 315 – Cassino			
2) Primeira Delegacia de Polícia Cidade Nova			
3) Segunda Delegacia de Polícia Civil do Parque Marinha Rua: Avenida dos Grandes Lagos, 299			
4) Terceira Delegacia de Polícia Civil Cassino			
5) Polícia Militar do Povo Novo			
6) DDPa – Delegacia de Polícia de Pronto Atendimento			
7) Delegacia da Mulher			
8) Delegacia de Furtos, Roubos, tóxicos e captura			
9) Delegacia Regional Benjamim Constant, 29			

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS			
Nome da Intituição	Perfil Institucional	Questionário com Coordenador	Observação
1) IML – Instituto Médico Legal Rua: Praça São José do Norte s/n.			
2) Hospital Universitário			
3) Hospital Santa Casa do Rio Grande			
4) Hospital Psiquiátrico			
5) Ministério Público Estadual – Promotoria da Infância e da Juventude			
6) Ministério Público Estadual – Promotoria Criminal			
7) Fórum do Rio Grande – Juiz da Vara da Infância e da Juventude			
8) Fórum do Rio Grande – Juiz Criminal			
9) Conselho Tutelar I			
10) Conselho Tutelar II			
11) Conselho Tutelar III			

POSTOS DE SAÚDE - 31			
Nome da Intituição	Perfil Institucional	Questionário com	Observação

		Coordenador	
1)	PAM – Posto de Assistência Médica		
2)	Posto de Saúde Mental – Conviver		
3)	Posto de Peuricultura Rita Lobato		
4)	Posto de Saúde 4		
5)	Posto de Saúde do BGV		
6)	Posto de Saúde Santa Tereza		
7)	Posto de Saúde Materno Infantil		
8)	Posto de Saúde Junção		
9)	Posto de Saúde Bairro São João, PSF		
10)	Posto de Saúde Dr. José Salomão, Profilurb, PSF		
11)	Posto de Saúde Castelo Branco, PSF		
12)	Posto de Saúde Santa Rosa, PSF		
13)	Posto de Saúde Dr. Pedro Armando Gatti, PM		
14)	Posto de Saúde Newton Azevedo, Cassino		
15)	Posto de Saúde da Barra		
16)	Posto de Saúde da Quinta		
17)	Posto de Saúde do Taim, PSF		
18)	Posto de Saúde da Ilha dos Marinheiros		
19)	Posto de Saúde Domingos Petrolina		
20)	Posto de Saúde da Ilha do Torotama		
21)	Posto de Saúde do Povo Novo		
22)	Posto de Saúde da Criança		
23)	Posto de Saúde Centro Social da Hidraulica		
24)	Posto de Saúde Marluiz		
25)	Posto de Saúde CAIC		
26)	Posto de Saúde do Parque São Pedro		
27)	Posto de Saúde do Pesqueiro		
28)	Posto de Saúde do Aeroporto		
29)	Posto de Saúde, Bairro São Miguel, PSF, área 13 e 14		
30)	Posto de Saúde, Bairro São Miguel, PSF, área 15		
31)	Posto de Saúde Bernardete		

APÊNDICE C – Modelo de questionário com profissionais da escola

I - DADOS DE PESSOAIS:

1.1. Iniciais do Nome:

1.2. Sexo: Feminino (...) Masculino (...)

1.3. Idade: _____

1.4. Estado civil: Casado (...) Solteiro (...) Viúvo (...) Divorciado (...) União Estável (...)

1.5. Naturalidade: _____

1.6. Cargo que ocupa: Coordenador (...) Atendente (...) Educador (...) Outro: _____

II – DADOS FAMILIARES:

2.1. Possui filhos?

(...) Sim. Quantos? _____

(...) Não

2.2. Idades dos filhos:

2.3. Possui outros dependentes?

(...) Sim. Quantos? _____

(...) Não

2.4. Renda familiar:

(...) Um salário mínimo

(...) 1 e 2 salários mínimos

(...) 2 e 3 salários mínimos

(...) 3 e 4 salários mínimos

(...) 4 e 5 salários mínimos

(...) 5 e 10 salários mínimos

(...) mais de 10 salários mínimos

III - FORMAÇÃO

3.1. Escolaridade:

(...) Não frequentou a escola

(...) Primeiro grau incompleto (até a 4ª série)

(...) Primeiro grau completo (até a 8ª série)

(...) Segundo grau incompleto

(...) Segundo grau completo

(...) Curso Técnico. Qual? _____

(...) Superior incompleto. Curso? _____

(...) Superior completo. Curso? _____

(...) Pós-graduação incompleta. Curso? _____

Pós-graduação completa: (...) especialização (...) mestrado (...) doutorado. Curso? _____

3.2. Área que atua:

(...) Gestão

(...) Saúde

(...) Educação

(...) Jurídica

(...) Outra: _____

IV – TRABALHO

4.1. Nome da Instituição que trabalha: _____

4.2. Que atividade você exerce? _____

4.3. Este é o seu primeiro emprego? Sim (...) Não (...) Outras atividades que exerceu:

4.4. Tempo que trabalha nesta instituição:

(...) Menos de 1 ano

(...) 1 e 3 anos

(...) 3 e 5 anos

(...) 5 e 10 anos

(...) 10 e 15 anos

(...) Mais de 15 anos

4.5. Você gosta do seu trabalho?

(...) Sim

(...) Não. Por quê?

4.6. Como você avalia o seu trabalho?

(...) Difícil (...) Estressante (...) Fácil (...) Agradável (...) Outro: _____

4.7. Qual público atende?

(...) Crianças de 0 a 6 anos

(...) Crianças de 6 a 12 anos incompletos

(...) Adolescentes faixa etária de 12 anos a 18 anos incompletos

(...) Mulheres

(...) Homens e Mulheres

(...) Idosos

(...) Outros. Especifique: _____

4.8. São recebidas denúncias de casos de Abuso Sexual pela sua escola?

(...) Sim

(...) Não

4.9. De que forma as denúncias são recebidas?

(...) Por telefone

(...) Direto no local. Quem recebeu a denúncia? _____

(...) Outro. Especifique _____

4.10. É feito um registro das denúncias?

(...) Não

(...) Sim. De que forma?

4.11. Quais os procedimentos após a denúncia?

4.12. Quem é atendido?

(...) A Vítima

(...) A Família

(...) Outro. Especifique: _____

4.13. Que profissional na escola atende a criança/adolescente vitimizado?

4.14. Local onde a criança/adolescente vitimizado é atendida:

(...) Sala fechada

(...) Sala com outras pessoas

(...) Outro. Especifique: _____

4.15. Existe uma orientação específica a ser usada no atendimento criança/adolescente vitimizado? Qual (s)?

4.16. São oferecidos cursos de capacitação para o atendimento a vítimas de violência?

(...) Não

(...) Sim. Quais?

4.17. Que instituições oferecem estes cursos? Qual a periodicidade?

4.18. A escola que você trabalha conta com a parceria de uma instituição de atendimento a criança/adolescente vitimizado?

(...) Não

(...) Sim. Quais?

4.19. Quais são os encaminhamentos feitos pela escola que você trabalha para os casos de suspeita/ confirmação de Abuso Sexual?

4.20. Caso o seu serviço atenda crianças/adolescentes vítimas de violência, qual o fluxo de atendimento?

4.21. Após o encaminhamento o caso é acompanhado pela escola?

(...) Sim. Como é feito este acompanhamento? _____

(...) Não. Por quê? _____

4.22. Quais as dificuldades que você encontra no dia-a-dia do seu trabalho?

4.23. Você pode nos dizer, em média, o número de casos que envolvem crianças e/ou adolescentes com suspeita/ confirmação de abuso sexual?

4.24. Na sua opinião, como poderia melhorar o atendimento da criança/adolescente vitimizado na sua escola?

V – SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

5.1. Como você define Abuso Sexual?

5.2. Na sua opinião, quais são os principais indicadores de Abuso Sexual?

5.3. A violência sexual gera conseqüências na vida da criança e do adolescente:

(...) Sim

(...) Não. Por quê? _____

5.4. Caso você entenda que existem conseqüências. Quais são elas?

5.5. O que você conhece sobre as leis que protegem as vítimas de abuso sexual? Quais existem?

5.6. Como você se sente diante de uma criança/ adolescente vítima de violência sexual?

5.7. Na sua opinião, quem sofreu abuso sexual é visto como

5.8. O que você pensa em relação a família da vítima?

5.9. Que medidas de prevenção poderiam ser tomadas nos casos de abuso sexual?

VI – REDE DE ATENDIMENTO

6.1. Você pode dizer quais são as portas de entrada da violência sexual no nosso Município? Ou que órgãos recebem denúncias ou vítimas de violência?

6.2. Que órgãos devem atuar nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. De que forma atuam nestes casos?

6.3. Você considera a existência de uma rede de atendimento a vítima de abuso sexual no nosso município?

(...) Sim

(...) Não. Por quê? _____

6.4. Como você avalia a atuação das instituições que atendem a criança/adolescente vitimizado?

(...) Ótimo

(...) Bom

(...) Regular

(...) Irregular

(...) Insuficiente

(...) Precário

6.5. Você citaria uma (ou mais) instituição(s), que em sua opinião, falha, e outra (ou mais), que acerta no atendimento de casos de abuso sexual? Justifique sua resposta:

APÊNDICE D – Modelo de questionário com profissionais

I - DADOS DE PESSOAIS:

1.1. Iniciais do Nome:

1.3. Sexo: Feminino (...) Masculino (...)

1.3. Idade: _____

1.4. Estado civil: Casado (...) Solteiro (...) Viúvo (...) Divorciado (...) União Estável (...)

1.5. Naturalidade: _____

1.6. Cargo que ocupa: Coordenador (...) Atendente (...) Educador (...) Outro: _____

II – DADOS FAMILIARES:

2.1. Possui filhos?

(...) Sim. Quantos? _____

(...) Não

2.2. Idades dos filhos:

2.3. Possui outros dependentes?

(...) Sim. Quantos? _____

(...) Não

2.4. Renda familiar:

(...) Um salário mínimo

(...) 1 e 2 salários mínimos

(...) 2 e 3 salários mínimos

(...) 3 e 4 salários mínimos

(...) 4 e 5 salários mínimos

(...) 5 e 10 salários mínimos

(...) mais de 10 salários mínimos

III - FORMAÇÃO

3.1. Escolaridade:

(...) Não frequentou a escola

(...) Primeiro grau incompleto (até a 4ª série)

(...) Primeiro grau completo (até a 8ª série)

(...) Segundo grau incompleto

(...) Segundo grau completo

(...) Curso Técnico. Qual? _____

(...) Superior incompleto. Curso? _____

(...) Superior completo. Curso? _____

(...) Pós-graduação incompleta. Curso? _____

Pós-graduação completa: (...) especialização (...) mestrado (...) doutorado. Curso? _____

3.2. Área que atua:

(...) Gestão

(...) Saúde

(...) Educação

(...) Jurídica

(...) Outra: _____

IV – TRABALHO

4.1. Nome da Instituição que trabalha: _____

4.2. Que atividade você exerce? _____

4.3. Este é o seu primeiro emprego? Sim (...) Não (...) Outras atividades que exerceu:

4.4. Tempo que trabalha nesta instituição:

(...) Menos de 1 ano

(...) 1 e 3 anos

(...) 3 e 5 anos

(...) 5 e 10 anos

(...) 10 e 15 anos

(...) Mais de 15 anos

4.5. Você gosta do seu trabalho?

(...) Sim

(...) Não. Por quê?

4.6. Como você avalia o seu trabalho? (...) Difícil (...)Estressante (...)Fácil (...)Agradável (...)Outro: -

4.7. Qual público atende?

(...) Crianças de 0 a 6 anos

(...) Crianças de 6 a 12 anos incompletos

(...) Adolescentes faixa etária de 12 anos a 18 anos incompletos

(...) Mulheres

(...) Homens e Mulheres

(...) Idosos

(...) Outros. Especifique: _____

4.8. Quais modalidades de violência são atendidas na sua instituição?

(...) Violência Física

(...) Violência Psicológica

(...) Violência Sexual

(...) Negligência

(...) Violência Fatal

(...) Outra: Especifique: _____

4.9. São recebidas denúncias de casos de Abuso Sexual pela sua instituição?

(...) Sim

(...) Não

4.10. De que forma as denúncias são recebidas?

(...) Por telefone

(...) Direto no local. Quem recebeu a denúncia? _____

(...) Outro. Especifique: _____

4.11. É feito um registro das denúncias?

(...) Não

(...) Sim. De que forma?

4.12. Quais os procedimentos após a denúncia?

4.13. Quem é atendido?

(...) A Vítima

(...) A Família

(...) Outro. Especifique: _____

4.14. Que profissional atende a vítima?

4.15. Local onde a vítima é atendida:

(...) Sala fechada

(...) Sala com outras pessoas

(...) Outro. Especifique: _____

4.16. Existe um(s) instrumento(s) específico(s) usado(s) na hora do atendimento à vítima? Qual (s)?

4.17. São oferecidos cursos de capacitação para o atendimento a vítimas de violência?

(...) Não

(...) Sim. Quais?

4.18. Que instituições oferecem estes cursos? Qual a periodicidade?

4.19. A instituição que você trabalha conta com a parceria de uma outra instituição?

(...) Não

(...) Sim. Quais?

4.20. Quais são os encaminhamentos feitos pela instituição que você trabalha para os casos de suspeita/ confirmação de Abuso Sexual?

4.21. Caso o seu serviço atenda crianças/adolescentes vítimas de violência, qual o fluxo de atendimento?

4.22. É feito um acompanhamento do caso, após feito o encaminhamento?

(...) Sim. Como é feito este acompanhamento? _____

(...) Não. Por quê?

4.23. Quais as dificuldades que você encontra no dia-a-dia do seu trabalho?

4.24. Você pode nos dizer, em média, o número de casos atendidos que envolvem crianças e/ou adolescentes com suspeita/ confirmação de abuso sexual?

4.25. Na sua opinião, como poderia melhorar o atendimento da vítima no seu serviço?

V – SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

5.1. Como você define Abuso Sexual?

5.2. Na sua opinião, quais são os principais indicadores de Abuso Sexual?

5.3. A violência sexual gera consequências na vida da criança e do adolescente:

(...) Sim

(...) Não. Por quê?

5.4. Caso você entenda que existem consequências. Quais são elas?

5.5. O que você conhece sobre as leis que protegem as vítimas de abuso sexual? Quais existem?

5.6. Como você se sente diante de uma criança/ adolescente vítima de violência sexual?

5.7. Na sua opinião, quem sofreu abuso sexual é visto como

5.8. O que você pensa em relação a família da vítima?

5.9. Que medidas de prevenção poderiam ser tomadas nestes casos?

VI – REDE DE ATENDIMENTO

6.1. Você pode dizer quais são as portas de entrada da violência sexual no nosso Município? Ou que órgãos recebem denúncias ou vítimas de violência?

6.2. Que órgãos devem atuar nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes. De que forma atuam nestes casos?

6.3. Você considera a existência de uma rede de atendimento a vítima de abuso sexual no nosso município?

(...) Sim

(...) Não. Por quê? _____

6.4. Como você avalia a atuação das instituições que atendem a criança/adolescente vitimizado?

(...) Ótimo

(...) Bom

(...) Regular

(...) Irregular

(...) Insuficiente

(...) Precário

6.5. Você citaria uma (ou mais) instituição(s), que em sua opinião, falha, e outra (ou mais), que acerta no atendimento de casos de abuso sexual? Justifique sua resposta:

APÊNDICE E – Termo de consentimento livre e esclarecido (primeira fase)



Universidade Federal do Rio Grande

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada **“A ECOLOGIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AS DIFERENTES “PORTAS DE ENTRADA” & POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO”**. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela advogada e Mestre em Educação Ambiental Angela Torma Pietro (OAB nº 70.951), sob a orientação da Professora Dra. Maria Angela Mattar Yunes. Esta pesquisa é requisito de conclusão do Doutorado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Os objetivos deste trabalho são: realizar um mapeamento das instituições e do trabalho dos profissionais que atendem a criança, adolescente, as famílias vítimas de abuso sexual, e dos profissionais responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador, buscando compreender o atendimento em rede no município do Rio Grande; e, elaborar, executar e avaliar um Programa Piloto de Intervenção direcionado a busca de estratégias de prevenção nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como na formação de uma rede de atendimento eficaz e protetiva que tenha como prioridade a criança e o adolescente vitimizado. Para isso será importante conhecer alguns aspectos de seu relacionamento com a rede de atendimento.

Esta fase se realizará por meio da participação na primeira fase da pesquisa preenchendo um questionário semi estruturado que tem como objetivo mapear as instituições e o trabalho dos profissionais que atendem a criança, adolescente, as famílias vítimas de abuso sexual, e dos profissionais responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador, buscando compreender o atendimento em rede no município do Rio Grande.

A sua participação é inteiramente voluntária, podendo desistir a qualquer momento. Porém sua participação é imprescindível para a realização deste trabalho. Você não sofrerá nenhuma penalidade caso não queira mais participar da pesquisa.

A participação na pesquisa não apresenta carga legal, mas pode mobilizar alguns sentimentos desagradáveis em função do tema que será estudado. Porém, nenhum dos procedimentos usados pretende causar ou gerar qualquer desconforto que ameace a sua dignidade.

Os dados colhidos serão utilizados unicamente no âmbito desta pesquisa. A sua identidade será mantida em completo sigilo.

Contudo, caso haja qualquer problema em função desta pesquisa, providenciaremos para que você seja atendido (a).

Os dados desta pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas e congressos, preservando o anonimato da identidade dos participantes.

Este estudo poderá contribuir para melhorar o atendimento oferecido a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Você não terá que pagar qualquer valor e, também, nada será pago a você por sua participação na pesquisa.

Caso existam dúvidas ou você queira se informar de mais detalhes sobre a pesquisa, a pesquisadora está à disposição a qualquer momento para responder seus questionamentos. O telefone para contato da pesquisadora (inclusive ligações a cobrar) é (53) 91512799. Para aceitar fazer parte do estudo, você deve assinar o final deste documento que está em duas vias, uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisador(a) Angela Torma Pietro sobre a pesquisa com o tema **“A ECOLOGIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AS DIFERENTES “PORTAS DE ENTRADA” & POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO”**, seus objetivos, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Rio Grande, ____ de ____ de ____.

Nome e assinatura do participante: _____

Pesquisadora: Angela Torma Pietro

APÊNDICE F – Termo de consentimento livre e esclarecido (programa de intervenção)



Universidade Federal do Rio Grande

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), de uma pesquisa intitulada “**A ECOLOGIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AS DIFERENTES “PORTAS DE ENTRADA” & POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO**”. Esta pesquisa está sendo desenvolvida pela advogada e Mestre em Educação Ambiental Angela Torma Pietro (OAB nº 70.951), sob a orientação da Professora Dra. Maria Angela Mattar Yunes. Esta pesquisa é requisito de conclusão do Doutorado em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande.

Os objetivos deste trabalho são: realizar um mapeamento das instituições e do trabalho dos profissionais que atendem a criança, adolescente, as famílias vítimas de abuso sexual, e dos profissionais responsáveis pelo processo legal de culpabilização do abusador, buscando compreender o atendimento em rede no município do Rio Grande; e, elaborar, executar e avaliar um Programa Piloto de Intervenção direcionado a busca de estratégias de prevenção nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, bem como na formação de uma rede de atendimento eficaz e protetiva que tenha como prioridade a criança e o adolescente vitimizado. Para isso será importante conhecer alguns aspectos de seu relacionamento com a rede de atendimento.

Esta fase da pesquisa se realizará por meio da participação no Programa de Intervenção, intitulado: “**Curso Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: por uma ação integrada no território**” (gravado em áudio). Este tem o sentido de constatar qual o impacto em suas concepções, bem como traçar a formação de uma rede de atendimento protetiva à criança e /ou adolescente vítimas de abuso sexual. Além disso, busca formar uma rede articulada e pautada em processos promotores de prevenção destes casos. O Curso será desenvolvido a partir de eixos temáticos divididos em 8 módulos e são eles: MÓDULO I – Direitos Humanos: Violações. Abuso sexual infantil: conceitos e indicadores; MÓDULO II – Incesto x Pedofilia x Abuso Sexual; MÓDULO III – Questões Legais (CF, CP, ECA); MÓDULO IV – Família e violência; MÓDULO V – Denúncia e Rede de Proteção; MÓDULO VI - Responsabilidade do Educador social e ambiental; MÓDULO VII – Plano de ação e intervenção; MÓDULO VIII - Plano de ação e intervenção. Sendo que os módulos VII e VIII constitui-se na elaboração coletiva de um Plano de ação e intervenção nos casos de violência sexual contra a criança e o adolescente.

A sua participação é inteiramente voluntária, podendo desistir a qualquer momento. Porém sua participação é imprescindível para a realização deste trabalho. Você não sofrerá nenhuma penalidade caso não queira mais participar da pesquisa.

A participação na pesquisa não apresenta carga legal, mas pode mobilizar alguns sentimentos desagradáveis em função do tema que será estudado. Porém, nenhum dos procedimentos usados pretende causar ou gerar qualquer desconforto que ameace a sua dignidade.

Os dados colhidos serão utilizados unicamente no âmbito desta pesquisa. A sua identidade será mantida em completo sigilo.

Contudo, caso haja qualquer problema em função desta pesquisa, providenciaremos para que você seja atendido (a).

Os dados desta pesquisa poderão ser publicados em revistas científicas e congressos, preservando o anonimato da identidade dos participantes.

Este estudo poderá contribuir para melhorar o atendimento oferecido a crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Você não terá que pagar qualquer valor e, também, nada será pago a você por sua participação na pesquisa.

Caso existam dúvidas ou você queira se informar de mais detalhes sobre a pesquisa, a pesquisadora está à disposição a qualquer momento para responder seus questionamentos. O telefone para contato da pesquisadora (inclusive ligações a cobrar) é (53) 91512799. Para aceitar fazer parte do estudo, você deve assinar o final deste documento que está em duas vias, uma delas é sua e a outra da pesquisadora responsável.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____, RG/ CPF/ n.º de prontuário/ n.º de matrícula _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pela pesquisador(a) Angela Torma Pietro sobre a pesquisa com o tema **“A ECOLOGIA DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: AS DIFERENTES “PORTAS DE ENTRADA” & POSSIBILIDADES DE PROTEÇÃO E PREVENÇÃO”**, seus objetivos, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou interrupção de meu acompanhamento/ assistência/tratamento.

Rio Grande, ____ de ____ de ____.

Nome e assinatura do participante: _____

Pesquisadora: Angela Torma Pietro

APÊNDICE G – Lista das escolas que participaram do estudo

Escolas Particulares: EEI Patotinha (1 Diretor, 1 educadora); EEI Fazendo Arte (1 Coordenador Pedagógico, 1 educador); EEI Gente Miúda (1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador, 1 psicóloga); EEI Bambi (1 Coordenador Pedagógico), EEI Arco Íris (1 Educador); EEI Peter Pan (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Secretária); APAE (1 Coordenador Pedagógico, 1 Assistente Social, 1 Psicólogo, 1 Secretária); Colégio Alternativo (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); Colégio Sagrado Coração de Jesus (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 supervisor); Escola São Luiz Gonzaga (1 Diretor, 1 Supervisor, 1 Orientador); CESAM (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico); Colégio Marista São Francisco (3 educadores); Educandário Coração de Maria (1 Diretor, 2 Coordenadores Pedagógicos); Escola José Álvares de Azevedo (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Psicóloga); EEF Cristo Rei (1 Diretor, 1 Orientador).

Escolas Municipais: Centro Educacional Fraternidade (1 Diretor, 2 Coordenadores Pedagógicos, 3 educadores, 1 Secretário); EMEI Castelo Branco (3 Educadores); EMEI Lyons Club (2 Educadores); EMEI Oscar de Moraes (1 Diretor, 1 Educador); EMEI Eva Mann (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EMEI Professora Maria da Graça Reis (1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EMEI da Querência (1 Diretor, 2 Educadores); EMEI Tia Luízinha (1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EMEI Vila da Quinta (1 Diretor, 1 Educador); EMEI Vovó Zóquinha (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); Creche Assis Brasil (1 Coordenador Pedagógico); Creche Mansão da Paz (1 Coordenador Pedagógico, 2 Educadores); EMEF Helena Small (1 Educador); EMEF João de Oliveira Martins (1 Coordenador Pedagógico, 2 Educadores); EMEF Manoel Martins Mano (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Supervisor); EMEF Profa. Maria Angélica Campello (1 Diretor, 1 Educador); EMEF Mate Amargo (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Educador); EMEF Franklin Roosevelt (1 Diretor); EMEF Porto Seguro (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Educador); EMEF Rui Poester Peixoto (1 Supervisor, 1 Educador); EMEF Sant'ana (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EMEF Sylvia Centeno Xavier (1 Diretor, 1 Vice diretor); EMEF Profa. Zenir de Souza Braga (1 Vice diretor, 1 Orientador, 2 Educadores); EMEF Alcides Maia (1 Vice Diretor, 1 Orientador); EMEF Anselmo Dias Lopes (1 Orientador, 2 Coordenadores Pedagógicos); EMEF Dolores Garcia (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 2 Educadores); EMEF D. Pedro II (1 Coordenador Pedagógico, 2 Educadores); EMEF Prof. Jayme Gomes Monteiro (1 Coordenador Pedagógico, 3 Educadores); EMEF Profa. Luiza Tavares Schimidt (1 Diretor, 1 Educador); EMEF Ramis Galvão (1 Diretor, 1 Educador); EMEF Barão do Rio Branco (1 Diretor, 1 Vice diretor, 1 Educador); EMEF São João Batista (1 Diretor, 2 Educadores); EMEF São Miguel (1 Diretor, 1 Educador); EMEF Renascer (1 Coordenador Pedagógico); EMEF Alba A Olinto (1 Coordenador Pedagógico); EMEF Apolinário de Porto Alegre (1 Diretor, 1 Educador); EMEF Coração de Maria (1 Diretor); EMEF Clemente Pinto (1 Coordenador Pedagógico, 1 Supervisor); EMEF Cristóvão Pereira de Abreu (1 Vice diretor, 1 Educador); EMEF Humberto de Campos (1 Coordenadora Pedagógica, 1 Educador); EMEF Liberato Salzano V. Cunha (1 Educador); EMEF Machado de Assis (1 Coordenador Pedagógico); EMEF Dr. Nilo Corrêa da Fonseca (1 Coordenador Pedagógico); EMEF Coronel Pedro Osório (1 Coordenador Pedagógico); EMEF Profa. Aurora Ferreira Cadaval (1 Orientador); EMEF Altamir Lacerda do Nascimento (1 Diretor, 1 Supervisor, 1 Educador); EMEF Olavo Bilac (1 Vice diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EMEF Silva Paes (1 Diretor, 1 Secretário); EMEF Pedro Carlos Peixoto Primo (1 Vice diretor); EMEF França Pinto (1 Coordenador Pedagógico, 3 Educadores); EMEF Admar Correia (1 Diretor, 1 Supervisor, 1 Educador); EMEF Dr. Roque Aita Júnior (1 Diretor, 1 Supervisor); EMEF Cipriano Porto Alegre (1 Orientador); EMEF Clemente Pinto (1 Educador); EMEF Coriolando Benício (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EMEF Wanda Rocha Martins (1 Coordenador Pedagógico, 1 Orientador); EMEF Ana Neri (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EMEF Bento Gonçalves (1 Educador); EMEF Cidade do Rio Grande – CAIC (1 Educador).

Escolas Estaduais: EEEF Marcílio Dias (1 Coordenador Pedagógico, 1 Orientador); EEEF Alcides Barcellos (3 Educadores); EEEF Augusto Duprat (1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EEEF

Nossa Senhora Medianeira (1 Supervisor, 1 Orientador, 2 Vice diretores, 2 Educadores); EEEF Mariano de Freitas Beck – CIEP (1 Supervisor, 1 Vice director, 4 Educadores); EEEF Agnела do Nascimento (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Educador); EEEF Alfredo Ferreira Rodrigues (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EEEF Almirante Tamandaré (1 Vice diretor, 1 Educador); EEEF Bibiano de Almeida (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Educador); EEEF Barão do Cerro Largo (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Coordenador Pedagógico); EEEF Carlos Loréia Pinto (1 Diretor, 1 Coordenador Pedagógico, 1 Educador); EEEF Ernesto Pedroso (1 Diretor, 1 Orientador); EEEF Dr. Pedro Francisco Bertori (1 Diretor, 1 Educador); IEE Juvenal Miller (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Educador); EEEF Juvêncio Lemos (1 Diretor, 1 Vice diretor, 1 Coordenador Pedagógico); EEEF Mário Quintana (1 Diretor, 1 Educador); EEEF Lília Neves (1 Diretor, 1 Orientador); Colégio Estadual Lemos Júnior (1 Vice director, 1 Educador); EEEF Mascarenhas de Moraes (1 Orientador, 2 Educadores); EEEF Miguel Couto (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Supervisor); EEEF Emílio Luiz Mallet (1 Diretor, 1 Vice diretor, 1 Educador); EEEF Getúlio Vargas (1 Vice diretor, 1 Orientador, 1 Supervisor); EEEF Revocata Heloisa de Mello (1 Diretor, 1 Vice diretor, 1 Educador); EEEM Eng. Roberto Bastos Tellechea (1 Orientador, 1 Supervisor, 1 Educador); EEEM Silva Gama (1 Diretor, 1 Educador); EEEF Saldanha da Gama (1 Diretor, 1 Supervisor, 1 Educador); EEEF 13 de Maio (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Educador); NEEJA (1 Diretor, 1 Orientador, 1 Educador); Não informaram a Instituição (3 Educadores).

APÊNDICE H – Instrumento de pré-teste (programa de intervenção)



Universidade Federal do Rio Grande

Questões exploratórias

Orientações: Responda as questões com atenção. Caso não se sinta a vontade em responder algumas das perguntas deixe em branco, mas agradecemos se procurar responder o máximo possível.

ESCREVA PREFERENCIALMENTE EM LETRA DE FORMA.

1. Dados de Identificação:

Iniciais do Nome:

Sexo: Feminino (...) Masculino (...)

Idade: _____

Estado civil: Casado (...) Solteiro (...) Viúvo (...) Divorciado (...) União Estável (...)

Naturalidade: _____

Formação: _____

Instituição que trabalha: _____

Cargo/Função que ocupa: _____

Tempo que trabalha nesta instituição: (...) Menos de 1 ano (...) 1 e 3 anos (...) 3 e 5 anos (...) 5 e 10 anos (...) Mais de 10 anos

2. Quais modalidades de violência são atendidas na instituição que você trabalha?

3. A sua instituição recebe denúncias de casos de Abuso Sexual? De que forma as denúncias são recebidas? E quais os procedimentos após a denúncia?

4. São oferecidos cursos de capacitação para o atendimento a vítimas de violência? Que instituições oferecem e qual a periodicidade?

5. Quais são os encaminhamentos feitos pela instituição que você trabalha para os casos de suspeita/ confirmação de Abuso Sexual? Você os considera eficientes?

6. Após o encaminhamento, é feito um acompanhamento do caso? Em caso positivo, como é feito este acompanhamento?

7. Na sua opinião, como poderia melhorar o atendimento das vítimas de violência sexual no seu serviço?

SOBRE A VIOLÊNCIA SEXUAL

8. Como você define Abuso Sexual?

9. Na sua opinião, quais são os principais indicadores de Abuso Sexual?

10. Você acha que a violência sexual gera consequências na vida da criança e do adolescente? Em caso afirmativo, quais seriam as principais?

11. O que você conhece sobre as leis que protegem as vítimas de abuso sexual? Cite algumas.

12. Como você se sente diante de uma criança/ adolescente vítima de violência sexual?

13. Completa a seguinte sentença com teu pensamento. Quem sofreu abuso sexual é visto como.....

14. O que você pensa em relação a família da vítima?

15. Que medidas de prevenção poderiam ser tomadas nestes casos?

REDE DE ATENDIMENTO

16. Como você define REDE DE ATENDIMENTO? Existe diferença entre REDE DE ATENDIMENTO e REDE DE PROTEÇÃO?

17. Você pode dizer quais são as portas de entrada da violência sexual no nosso Município? Ou que órgãos recebem denúncias ou vítimas de violência?

18. Que órgãos devem atuar nos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes? De que forma atuam nestes casos?

19. Você considera que EXISTE uma rede de proteção à vítima de abuso sexual no nosso município? Caso afirmativo como ela se configura? (Quais instituições fazem parte dela?) Caso a resposta seja negativa, como você considera que deveria ser uma rede de atendimento protetiva?

20. Como você avalia a atuação das instituições (cita algumas que você conhece) que atendem a criança/adolescente vitimizado (dar uma nota de 0-10)?

21. Com base na tua experiência, quais desafios a “rede” enfrenta no atendimento a vítimas de violência sexual:

APÊNDICE I – Apostila

Curso Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: *por uma ação integrada no território*

Apresentação:

Este curso surgiu do desejo de criar um espaço de reflexão e diálogo sobre a violência sexual contra crianças e adolescentes no município do Rio Grande - e integrar ações, serviços e políticas públicas já existentes nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II, Santa Rita de Cássia e São Miguel. O objetivo final é formar uma rede de atendimento integrada e comunicativa, que proporcione a melhor qualidade de vida de crianças, adolescentes e famílias destas comunidades.

Temática:

A violência sexual contra a criança e/ou adolescente é um tema complexo, uma questão global e crítica que atinge milhares de vítimas no mundo todo, violando seus direitos enquanto seres humanos em desenvolvimento. Neste sentido, percebe-se a importância do trabalho em rede, onde todos os atores sociais possam estar envolvidos na busca pela prevenção e defesa do princípio da PROTEÇÃO INTEGRAL à criança e ao adolescente vitimizado.

Público Alvo:

CRAS Cidade de Águeda, UBSF, Escolas Municipais e Estaduais, ONGS, Grupo de Educação Familiar da São Miguel, Brigada Militar, lideranças comunitárias, Ongs, Conselho Tutelar, NASF Rural e Urbano.

Situações complexas, tais como a violência sexual intrafamiliar necessitam de um olhar cauteloso baseado em um conhecimento específico daqueles que pretendem compreender a multiplicidade de fatores que envolvem a dinâmica de uma família abusiva. A síndrome do segredo que permeia as relações familiares impede que na maioria dos casos se encontre uma solução legal, plausível e indiscutível.

Esta é a história de Maria¹⁵ ...

Olá meu nome é Maria da Glória, tenho 15 anos e hoje vivo com minha avó materna. Com o objetivo de chamar a atenção e proteger tantas outras “Marias” que assim como eu foram ou ainda são vítimas de violência, resolvi contar minha história. Hoje posso dizer que vivo feliz, sob a proteção da minha avó Jussara, de minha tia Lúcia e minha irmã Bete. Ainda convivo com um sofrimento que é difícil esquecer, mas sigo em frente. Estou na 4ª série, pois somente agora retornei para a escola, mas vou conseguir passar de ano. Faço aulas de dança e de violão e tenho poucos amigos.

Bom... vamos começar ...

Tenho 9 irmãos, sendo que o caçula está abrigado desde 1 ano e 4 meses de idade. Foi a primeira vez que ouvi falar do Conselho Tutelar. Era uma tarde de chuva, estávamos todos em casa vendo televisão, nossa única diversão quando chovia. Inesperadamente, alguém bateu na porta. Era um conselheiro tutelar, trazendo uma trágica notícia. Contou-nos que minha irmã Lorena havia morrido num acidente de carro. Foi neste mesmo dia que ele (o conselheiro) levou meu irmão João com ele..., coitado... mal levantava a cabecinha de tão doente que estava. Minha mãe dizia que ele não ia viver e que não adiantava levar para o médico, porque a doença dele não tinha cura. Eu não entendi muito bem o que estava acontecendo, pois tinha 6 anos de idade. A notícia da morte da minha irmã me deixou muito triste, pois ela era minha grande amiga e era quem cuidava de mim. Com a morte da minha irmã e saída repentina do meu irmãozinho de casa a nossa rotina mudou muito. Agora eu era a irmã mais velha e teria que também aprender a cuidar da casa e dos meus irmãos. Minha mãe, saía todos os dias para trabalhar e nos deixava em casa sozinhos. Meu irmão mais velho era quem cuidava de mim e da minha irmã Bete, que nesta época tinha 2 anos de idade. Meu pai nunca estava em casa..., ele trabalhava como catador de lixo e às vezes fazia uns biscates como pedreiro. Quando ficava em casa estava bêbado e batia em todos nós, muitas vezes sem ter um motivo..., pelo menos que me parecesse justo para levar aquelas surras. Às vezes, ele nos batia tanto que não conseguíamos nem sair de casa no outro dia. Éramos levados, mas não merecíamos tantos castigos.

Lembro que todas as noites eu sonhava com minha irmã Lorena. Talvez fosse a saudade que assolava meu peito. Passei então a lembrar de várias situações que passamos juntas, muitas vezes ela me dizia: “Fica sempre quietinha quanto nosso papai estiver em casa, assim ele não vai te bater. Eu sempre vou cuidar de você”. Ela sempre me falava isso. Mas, ela se foi e agora ninguém mais podia me proteger dele.

Passados dois anos, agora eu já estava com 8 anos de idade e numa tarde de outono, meu pai não foi trabalhar e mandou meus irmãos brincarem lá fora. Ficamos somente eu e minha irmãzinha com ele, naquele dia conheci o real sofrimento. Ele me disse: “A partir de hoje você vai ser a queridinha do papai”. Num primeiro momento, pensei: “Que bom, não vou mais apanhar!”, mas na verdade o que ele queria dizer era que a partir de agora eu seria a “mulher” dele. Enfim, meu tormento começou, após o primeiro abuso, ele me ameaçou. Se contasse alguma coisa para minha mãe ou para alguém ele iria me bater até que eu morresse e iria

¹⁵ Este trabalho tem por base uma história real, para preservar a identidade dos envolvidos optou-se por usar nomes fictícios.

abusar da minha irmãzinha Bete. Agora eu sei o que minha irmã mais velha sofria, por isso ela dizia que iria sempre cuidar de mim. Mas coitada... não agüentou tanto sofrimento e deve ter se atirado na frente daquele carro. Preferiu a morte a enfrentar aquele triste destino.

O que é abuso Sexual?

Na história que você está lendo foi possível compreender que Maria era vítima de abuso sexual por seu pai biológico. Porém, apesar das pesquisas apresentarem o pai e o padrasto como abusadores mais frequentes, também ocorrem abusos intrafamiliares por outros membros da família. Podemos citar o relatório da ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (2003) que monitorou e tratou estatisticamente denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes em todo o país, atingindo as 27 unidades federativas do país.

O último relatório, disponível via Internet, apresenta o **perfil dos abusadores**, sendo das 1565 denúncias, 90,10% são do sexo masculino, 4,47% do sexo feminino, tanto homens quanto mulheres conjuntamente 4,92% e não informado 0,51%.

No que diz respeito ao **vínculo do agressor com a vítima** de abuso sexual, os dados revelam que nos casos de violência intrafamiliar, o Pai e o Padrasto aparecem em primeiro lugar. A situação numérica em porcentagens é a seguinte: Namorado(a) da vítima 3,25%; Namorado da mãe 2,56%; Namorada do pai 0,10%; Irmão 4,64%; Irmã 0,10%; Avô 0,59%; Avó 3,16%; Mãe 6,60%; Padrasto 23,37%; Madrasta 0,49%; Pai 36,39%; Primo 2,76%; Prima 0,10%; Companheiro(a) 1,08%; Tio 9,07%; Tia 0,59%; Tio-avô 0,49%; Outros 4,24%; Não informado 0,10%.

Assim, como em relação ao **perfil das vítimas** de abuso sexual, no que tange ao **sexo** das vítimas: 17,06% são do sexo masculino, 76,17% são do sexo feminino, 6,26% são denunciadas como feminino e masculino e 0,51% não informaram. E ainda, tanto meninas quanto meninos abusados na mesma denúncia são 6,27%. As meninas são as vítimas mais frequentes, sendo mais comum o incesto pai/filha que tem analogia com o próprio padrão cultural da sociedade patriarcal, na qual a mulher, a despeito das conquistas femininas ainda é vista como objeto sexual.

No item **faixa etária**: de 12 a 18 anos 47,80%, de 8 a 11 anos 18,47%, diversas idades 14,57%, menor de 8 anos 18,21%, e não informado 0,96%. A gravidade desta realidade se vê acrescida se for considerada a idade da criança/adolescente. É possível observar que os adolescentes são as maiores vítimas, porém em muitos casos o abuso pode ter tido início na infância o que gera uma grande preocupação onde quase 20% das crianças são menores de 8 anos. Desta forma, a história apresentada mostra a realidade de muitas crianças e adolescentes que ainda são vítimas desta forma de violência. Podemos notar também, algumas **características específicas desta forma de abuso**:

- Relação de poder estabelecida do adulto (força física) em relação a criança: Adulto mais forte fisicamente, usando da força, ameaça ou coação para praticar o abuso.

- Pacto de segredo. Estabelece-se entre a vítima e o abusador, e em alguns casos envolve toda a família.

Segundo Beatriz Camargo dos Santos et alii (1998) o abuso sexual:

Ocorre quando a criança ou o adolescente é envolvido em atividades sexuais impróprias para a sua idade e desenvolvimento psicosssexual, as quais não tem maturidade para compreender ou dar consentimento pleno. Inclui desde a sedução, o voyeurismo, a manipulação dos órgãos genitais e outras partes íntimas do corpo e o ato sexual, com ou sem o uso da violência (p.12).

Azevedo & Guerra (1989) definem violência sexual como:

todo o ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança menor de 18 anos, tendo por finalidade estimular sexualmente esta criança ou utilizá-la para obter estimulação sexual sobre sua pessoa ou de outra pessoa (p. 42).

Percebemos que muitos fatores de risco podem estar presentes no ambiente familiar e extrafamiliar.

Que coisa triste, eu estava tão feliz por ter passado para a segunda série e recebi como presente a violação da minha alma. Agora eu tinha que me conformar... o que fazer???? Conto para minha mãe??? E se ela não acreditar, o que faço???

Minha vida passou a ser um inferno, todas as tardes ele mandava meus irmãos brincarem na rua e eu era obrigada a agüentar tanta tristeza. Meu descanso se dava quando ele ia trabalhar e quando eu ia à escola.

Na escola não tinha vontade de estudar,...estudar para que???? Vivía sem esperança!!!! Às vezes, debruçada nos livros chorava e ninguém percebia. Tinha medo de falar, tinha vergonha de alguém ficar sabendo.

Os anos foram passando. Passei para a 3ª série, sem saber como, pois nem caderno eu tinha. Foi quando conheci a professora Kátia, ela era nova na escola, tão doce e carinhosa comigo e com os meus colegas. Ah!., esqueci de dizer, eu não tinha nenhum amigo na escola, estava sempre sentada na última fileira e sempre sozinha, acuada no meu canto. Esperando que um milagre acontecesse e eu não precisasse ir para casa.

Logo no primeiro dia a profa. Kátia falou comigo. Nossa!... a outra professora, só chamava meu nome no momento da chamada era como se eu nem ali estivesse,... era assim que eu me sentia. Tão carinhosa ela me disse: "Maria, deixa eu ver o seu caderno". Nossa, eu não tinha caderno, ou melhor, eu nem usava o que havia ganho no início do ano. Não sabia o que responder e fiquei em silêncio. Quando me dei conta estava em lágrimas sem saber o que estava sentindo: Não sei se era vergonha por não ter o caderno e ela ter chamado minha atenção, ou se era alegria por ter sido notada por alguém naquela escola.

Percebemos o sofrimento de Maria e os sinais que ela demonstrava na escola. Será que nenhum outro profissional percebeu algo diferente na menina?

Vamos entender um pouco mais sobre as **Formas de abuso sexual cometidas contra a criança/adolescente**:

- **Exploração Sexual**: produção e comercialização de materiais pornográficos com exposição de crianças e ou adole
- **Voyeurismo**: versa na observação de atos ou de órgãos sexuais de outra pessoa;
- **Exibicionismo**: é a exposição intencional a uma criança de seus genitais com a intenção de chocar a vítima;

- **Telefonemas obscenos:** podem ocorrer quando um adulto gera ansiedade em crianças ou adolescentes com discursos obscenos através de comunicação pelo telefone;

- **Abuso sexual verbal:** se refere às conversas abertas sobre atividades sexuais incompatíveis com o desenvolvimento cognitivo e sexuais de criança e adolescentes.

- **Exposição de vídeos pornográficos**

- **Assédio sexual:** são propostas de contato sexual numa posição de poder em relação a vítima, chantageando-a e usando de ameaças, tentativas de relações sexuais, carícias nos órgãos genitais, masturbação, sexo oral e anal;

- **Sadismo:** abuso sexual incluindo flagelação, torturas e surras

- **Tipos penais definidos legalmente:** Estupro (Art. 213 CP), Estupro de vulnerável (Art. 217 A CP), Violação sexual mediante fraude (Art. 215 CP), Corrupção de menores (Art. 218 CP), Satisfação de Lascívia mediante presença de criança e/ou adolescente (Art. 218 A CP); Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável (Art. 228 B CP); Mediação para servir a lascívia de outrem (Art. 227 CP); Tortura (Lei 9.455/97); Maus tratos, opressão ou abuso sexual (Art. 136 CP); Produção de representação pornográfica, utilizando criança ou adolescente (Art. 240 ECA); Fotografar ou publicar cena de sexo envolvendo criança ou adolescente (Art. 241 ECA).

É possível observar o quanto o abuso sexual é uma forma de violência complexa, apresentando-se de diversas formas. Muitas vezes são os indicadores que a criança e/ou adolescente demonstra que podem servir para o profissional detectar e efetuar a denúncia protetiva. Por exemplo, no caso de Maria ela apresentava vários sintomas comportamentais visíveis, seja: isolamento, choro freqüente, baixo rendimento escolar, entre outros. Vejamos:

Possíveis sinais de abuso sexual

Existem sinais na criança/adolescente que revelam que estas estão sendo vítimas de abuso sexual:

- a) Infecções urinárias freqüentes;
- b) Corrimentos vaginas ou retais;
- c) Dor ao urinar ou cólicas intestinais;
- d) Enurese/encoprese (falta de controle para urina ou fezes);
- e) Doenças sexualmente transmissíveis;
- f) Dor ou inchaço na área genital ou anal;
- g) Fadiga constante;
- h) Vergonha excessiva;
- i) Mudanças súbitas de comportamento, como no apetite (anorexias, bulimias) e comportamento agressivo ou rebelde, mau desempenho escolar;
- j) Sempre na defensiva, ou seja, permanente estado de alerta;
- k) Comportamento sexualizado inadequado para a idade;
- l) Promiscuidade sexual e prostituição;
- m) Fuga do contato físico;
- n) Gravidez precoce;
- o) Tentativas de suicídio;
- p) Problemas de aprendizagem;
- q) Conduta anti-social;
- r) Uso abusivo de drogas;
- s) Roupas rasgadas ou manchadas de sangue;
- t) Medo ou repúdio de pessoa determinada.

Minha surpresa foi a reação da Profa. Kátia que tentou tocar no meu cabelo como forma de carinho, mas eu de forma rápida fugi daquele contato, pois só estava acostumada à violência. Ela compreendeu que meu choro era bem mais que a justificativa por não ter um caderno, e ficou em silêncio junto de mim..., em seguida, perguntou se eu queria tomar um pouco de água. Como eu estava perturbada, sem saber o que fazer, aceitei, saindo da sala de aula correndo. No outro dia, não pude ir à aula, pois naquela noite meu pai chegara bêbado e bateu na minha mãe, em mim e nos meus irmãos. Eu estava tão machucada e não pude ir à aula no dia seguinte.

Vamos entender um pouco mais sobre as características de grupos familiares onde o abuso ocorre.

A família da criança que sofre abuso sexual também apresenta algumas características que ao serem observadas devem ser investigadas.

Beatriz dos Santos (1997, p.19) aponta algumas destas características, dentre elas podemos citar:

- um cuidado exagerado dos pais;
- um controle das relações sociais da criança;
- uma desconfiança permanente e proibição de namoro;
- acusações de que a criança apresenta comportamento promíscuo;
- casos de abuso sexual dos pais quando crianças.

A autora aponta também o uso de drogas e bebidas alcoólicas, uma sensação de segredo envolvendo a família, casos de mãe ausente e submissa ao companheiro. Pode-se dizer que são famílias que se comunicam pouco com a vizinhança e isolam-se de situações sociais para não se exporem.

É lei ...

Aspectos legais que envolvem o abuso sexual

No campo legal existem alguns artigos e definições que são cruciais para o entendimento do tema em tela. A Magna Carta de 1988 dispõe no art. 227 caput e art. 227 § 4º:

ART. 227 CF: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

ART. 227, § 4º CF: A lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990) reforça no seu artigo 5º: “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”.

Nos casos de violência contra a criança/adolescente a denúncia deve ser realizada independentemente de certeza ou confirmação, a mera suspeita deve ser denunciada. Conforme dispõe o artigo 13 do ECA: “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

No que tange a denúncia existem pessoas que são obrigadas pela lei a denunciar, sujeitas a punição administrativa se não o fizerem. Conforme art. 245 do ECA:

ART. 245 do ECA: Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente.

Pena – multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência.

OBSTÁCULOS À APLICAÇÃO DAS LEIS

- A falta de preparo dos trabalhadores sociais em contato com estas questões;
- A falta de prioridade no atendimento das vítimas;
- A convivência da família;
- As dificuldades da criança em compreender a situação e poder depor contra os pais
- A fase do inquérito e do processo penal.

Dois dias depois fui novamente à escola, pois lá era o único lugar que meu pai me deixava ir. Nem ao mercado eu ia sozinha... esta era uma tarefa dos meus irmãos.

Às vezes, me questionava, será que minha mãe nunca havia percebido nada??? Mas, preferia até achar que não, para que minha revolta não fosse maior. O estranho é que ela nunca me levava no posto de saúde quando eu ficava doente, ela ia sozinha, pegava remédios e me medicava.

Mas, foi numa segunda-feira, que achei que minha vida iria mudar, pois eu havia apanhado tanto na noite anterior que mal conseguia levantar. Minha mãe se obrigou a me levar no posto de saúde. Chegando lá, fui atendida pela Dra. Elisa, que quando viu meu estado, mandou que eu entrasse sozinha, não permitindo que minha mãe ficasse ao meu lado. Quando fui me dirigindo à sala, minha mãe apertou minha mão e me olhou de uma forma que jamais esqueci. Percebi que não podia falar a verdade. Assim, nada falei, fiquei em silêncio todo o tempo que ela me examinava e perguntava de forma calma, o que havia acontecido. Bom, passados alguns instantes ela pediu que eu sasse da sala e chamou minha mãe. Fiquei esperando do lado de fora e escutei quando minha mãe disse que eu havia brigado com uma amiguinha e tinha apanhado dela e que ela já havia falado com a mãe da menina e tinha resolvido tudo. Como ela pôde fazer isso comigo? Até hoje eu me pergunto...

A partir daí, eu percebi que ela sabia de tudo ... minha dor parecia maior, não só os ferimentos mas uma dor enorme que eu não sabia explicar. Passei a rezar para minha irmã Lorena me ajudar e que ela me levasse para junto dela ... Mas não podia deixar que Bete sofresse o que eu estava sofrendo, tinha que protegê-la não podia abandoná-la. Jamais faria isso!!!

Fui para casa e minha vida de violação continuava igual. No outro dia fui à escola, lá eu e minha irmã estávamos seguras, pois ela estudava no mesmo turno que eu. Ainda bem!

Percebi que a Profa. Kátia tentava se aproximar de mim, falava comigo, me chamava para responder as perguntas que fazia. Passei a tentar estudar um pouco para agradar aquela criatura maravilhosa. Chegou sexta-feira, o fim de semana se aproximava e eu tinha que voltar para o meu tormento..., lembro que naquele dia... pedi para ela me levar para a casa dela. Ela entendeu como brincadeira, mas ao mesmo tempo me olhou com ternura e carinho. Nossa... a última vez que recebi um olhar daqueles foi quando minha irmã foi embora e não voltou mais. Será que aquilo era um sinal? Será que não veria mais minha professora?

Chegou o final de semana, tudo parecia normal, mas no domingo minha mãe resolveu fazer uma faxina na casa de uma patroa dela, ficamos sozinhas novamente com aquele pai que mais parecia um monstro. Aquele dia foi o pior da minha vida, ele me mostrou o que era tortura. Quando minha mãe chegou em casa, ela viu o meu estado, deitada chorando sem condições de me movimentar. Ela nada fez, simplesmente me ignorou. Lembro que naquela noite chorei sem parar, mas em silêncio para não apanhar mais.

Na segunda-feira, fui à escola com muita dificuldade. Neste dia a Profa. Kátia estava muito feliz, pois levava um filme para assistirmos, fomos levados para a sala de vídeo, mas eu não conseguia sentar na cadeira. Logo ela percebeu, se aproximou de mim e me abraçou. Perguntou-me o que aconteceu? E eu consegui dizer que estava com dor. Ela perguntou: “Onde minha filha?” E eu só conseguia apontar para minhas costas. E ela me perguntou novamente? Quem fez isso com você? Naquele dia eu tive a coragem de dizer: “Meu pai” até hoje, não sei como estas palavras saíram da minha boca. Sei que chorei até ir embora. Ela me disse: Fica

calma tudo vai ficar bem, que não era minha culpa e me abraçou. Pedi que ela não falasse nada para ninguém, mas ao mesmo tempo eu queria que aquilo tudo terminasse. Daquele dia em diante pensei que tudo ficaria bem como ela me prometeu.

Denúncia

No tocante a denúncia Faveiros (2003) alega que:

A denúncia é uma das questões cruciais para o enfrentamento das situações de abuso sexual contra crianças e adolescentes, bem como para elucidação de todo e qualquer crime. O que implica pessoas dispostas a correr riscos e romper com o pacto de silêncio que alimenta a impunidade e desprotege as vítimas (p. 138).

Assim, podemos dizer que a proteção da criança/adolescente depende do conhecimento da violência pelo órgão competente: **o Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário e a Delegacia de Polícia; através da denúncia.**

Responsabilidade do Educador Social

Os profissionais de todas as áreas: saúde, educação e legal são importantes e só um trabalho que tenha como foco a proteção a criança e o adolescente, de forma dialógica e articulada é capaz de formar uma rede de proteção.

Destacamos a importância do professor, que segundo Brino & Willians (2003), em 44 % dos casos de abuso sexual o professor era a primeira pessoa a tomar ciência e, em 52% dos casos, era o primeiro adulto em quem a criança confiava. Isso demonstra o importante papel do professor no processo de denúncia sobre a ocorrência de abuso sexual que pode romper com um círculo de silêncio que em muitos casos permanece por anos sem interferências.

Passos que o professor deve seguir (Camargo & Libório):

- Comunicar o fato à direção, que encaminhará um ofício ao Conselho Tutelar da Região ou, na falta deste, ao Conselho Tutelar que abranja a área domiciliar da criança ou adolescente. Em situações mais graves, a escola encaminhará a criança ao Hospital ou Posto de Saúde, e poderá solicitar orientação aos Centros de Defesa ou Programas SOS-Criança. Porém, o mais importante é que o professor não se sinta só, que ele tenha o apoio da escola e que se faça uma denúncia institucional e não pessoal, para evitar os riscos de retaliação por parte dos agressores.

Rede de Proteção

Uma rede de proteção só pode ser pensada a partir da articulação e do diálogo sistemático entre os diversos profissionais que atuam nas situações de violência, bem como com o conhecimento profundo do fenômeno.

Entendemos que a educação assume um ponto chave para a união entre as áreas, no que diz respeito a visão do profissional enquanto um educador sócio-ambiental: agente social consciente do seu papel, responsável e ético. E que principalmente tenha uma visão inter/transdisciplinar do atendimento aos casos de violência sexual - sujeito ecológico (CARVALHO & ALMEIDA, 2003). Falar em um sujeito ecológico significa pensar em modo *instituinte* de ser (CARVALHO & ALMEIDA, 2003), que ultrapassa um comportamento ambientalmente correto e individualista, para ações ecologizantes em prol da formação de uma nova sociedade planetária (MORIN, 2002) mais humana.

Neste sentido, ressaltamos a importância do trabalho em rede, e a importância de que todos os profissionais tenham como única e máxima prioridade a proteção aos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Mas, não foi assim que tudo aconteceu ...

Passados dois dias, foi um conselheiro tutelar na minha casa, uma pessoa muito ríspida, falou que tinha ido me buscar para meu irmão mais velho, que o atendeu. Corri para dentro e meu pai saiu correndo para ver quem chamava no portão. Ouvi os gritos, ele dizia que da casa dele ninguém levaria mais nenhum dos seus filhos. Ainda disse que ele era um bom pai de família. O conselheiro também aos gritos disse que ele iria ver com a justiça. Que momento horrível, os vizinhos todos saindo para rua para ver o que estava acontecendo. Quando meu pai entrou estava furioso, logo apontou o dedo para mim e disse que a culpa era minha. Minha mãe e gritou comigo e disse que se meu pai fosse preso eu iria ver o que ia me acontecer. No outro dia, meu pai recebeu uma intimação para comparecer na polícia para prestar esclarecimentos. Que tormento!!! Fiquei muito preocupada com ele e com minha família, mas ao mesmo tempo pensava que ele precisava pagar pelo que fez a mim e a minha irmã. No outro dia fui à escola, tudo parecia normal, a profa. Kátia me tratou normalmente e não fez nenhuma pergunta sobre o que havia ocorrido. Vinte minutos antes de terminar a aula fui chamada pela Coordenadora da escola, ela carinhosamente me disse que tinha uma pessoa que queria falar comigo. Fui levada para uma sala e quando cheguei vi que era o mesmo conselheiro tutelar que tinha ido à minha casa, ele estava a minha espera e desta vez não estava sozinho, estava com um policial. Não me lembro bem, mas fiquei muito nervosa e com medo quando ele começou a fazer perguntas sobre meu pai e perguntava se eu tinha sido abusada por ele. Eu não conseguia falar nada ... Foi quando ele pegou a minha mão e disse que eu tinha que ir com ele. Eu disse que não iria, que queria ir para casa. Mas, ele não respeitou minha vontade. Pegou-me pelo braço e eu comecei a gritar. Foi quando eles me puxaram e fizeram com que eu entrasse a força numa viatura. Lembro das palavras da coordenadora que questionava a forma como estavam agindo. E o conselheiro dizia: "É assim mesmo, vamos levá-la". Que vergonha!!! Era a saída do colégio, meus colegas todos me viram entrando numa viatura da polícia. Será que estou sendo presa. O que fiz de errado? E minha irmã, quem levaria ela para casa.

Fui levada para um abrigo, que lugar estranho, quanta gente diferente. Mas, eu não queria falar com ninguém, eu só queria ir para casa. No abrigo eles me tratavam bem, mas eu não queria ficar lá, pois nada tinha feito. Se alguém fez alguma coisa não era eu, porque estava sendo tratada daquela forma? Retirada da minha casa? E minha irmãzinha? Como iria protegê-la se estava longe? Lembro que chorei todos os dias que fiquei no abrigo.

Mas, minha história não termina aqui. No dia seguinte, fui levada para ser atendida no CREAS¹⁶, um lugar para mim muito estranho, com várias salas e muitas pessoas entrando e saindo a todo o momento. Lá conheci a psicóloga Marta, ela era uma pessoa muito carinhosa e compreensiva. Conversou comigo e explicou que

¹⁶ CREAS – Centro de Referência e Assistência Social.

eu tinha que fazer um exame, mas que eu ficasse tranqüila que ela iria comigo. Neste dia ela me levou ao hospital, tinha uma placa na frente e vi que se tratava do “Instituto Médico Legal”, lá fui atendida por um médico, que nem falou direito comigo. Só me deu uma camisola e disse que eu tinha que tirar a roupa e colocá-la. Minha nossa, que vergonha, como vou tirar a roupa? O que ele vai fazer comigo? Falei para a psicóloga Marta que não queria e que não iria tirar a roupa. Ela insistiu e mesmo assim eu me neguei a fazer o exame. Ela disse que era preciso, mas que não ia me obrigar. Pensei: “que bom”... Só pensava em voltar para casa, mas ela me levou novamente para o abrigo. Chegando lá fui para o quarto e lá fiquei até o outro dia quando outra psicóloga foi me buscar e disse que hoje eu tinha que fazer o exame. Nem lembro o nome dela, pois era uma pessoa muito rude, mal falava comigo no caminho. Como senti que ela poderia me bater, resolvi colocar a tal camisola e deixar que aquele homem me examinasse. Chorei o tempo todo, foi terrível. Voltei chorando para o abrigo. Passei mais quatro dias naquele lugar sem saber notícias de minha irmã e dos meus irmãos. Lembro que naquele período eu que já era magra, fiquei mais magra ainda, pois não conseguia comer nada, só chorava. Todos os dias me levavam para conversar com a Psicóloga Marta. Na última consulta consegui desabafar e contei o que acontecia comigo. Foi a primeira vez que falei para alguém sobre o que meu pai me obrigava a fazer. Parece que um peso enorme saía de mim. Neste dia, quando voltei para o abrigo me senti melhor, lembro que consegui tomar um copo de leite com algumas bolachinhas. Pensei: “agora que falei vou poder voltar para casa”. Aquela foi a noite mais tranqüila, que eu lembro de ter tido desde a morte da minha irmã. No dia seguinte, recebi a visita da minha mãe que estava furiosa, me falou coisas muito difíceis, me acusou por meu pai estar preso e disse que não me queria mais em casa. Que eu era uma vagabunda e que tinha que ficar na rua. Eu só lembro que comecei a chorar e pedia que ela me levasse para casa. Foi quando ela me disse que se eu dissesse que tudo que havia falado era mentira, tudo voltaria ao normal. Então, chamei a Psicóloga Marta, mas ela não foi me visitar mais. Anos depois, fiquei sabendo que ela havia pedido para sair do CREAS, porque ela tinha sido ameaçada pelo meu irmão mais velho e minha mãe, por isso ela não foi mais me visitar. Passei a ser atendida pela Psicóloga Rita, ela também era muito querida, mas não como a Psicóloga Marta. Ela começou a perguntar sobre a minha vida e então viajei no tempo e comecei a falar de uma vida que eu jamais tivera. contei que era muito feliz, que meus pais eram meus amigos e que tudo que tinha dito era mentira. Só havia falado, porque estava brava com meu pai, por ele ter me deixado de castigo por ter feito uma travessura. Pronto!!! Estava livre!!! Será??? Meu medo era voltar para casa e continuar a sofrer aquele tormento. Mas, desta vez tudo foi diferente.

Quando cheguei no abrigo minha avó estava lá, acompanhada da minha tia Lídia. Parecia um sonho!!! Nem acreditei, ela não estava mais morando em Rio Grande, morava em Santa Catarina, por isso pouco nos visitava. Quando a vi ela me abraçou e disse: “A partir de hoje você e a Bete vão morar comigo e com a Lídia. Eu vou cuidar de vocês”. Graças a Deus! Comecei a chorar, mas desta vez de alegria.

Hoje eu e a Bete moramos com elas. Minha mãe vai nos visitar de vez em quando, mas nunca fica sozinha conosco. Meu pai... nunca mais vi, tenho saudades dele apesar de tudo. Queria muito que ele fosse um bom pai!

Enfim ... resolvi contar a minha história para que vocês profissionais possam pensar no atendimento oferecido para crianças, que como eu foram vítimas de abuso sexual. E que assim como eu, muitas vezes preferem fugir da verdade ao ter que se submeter a outros sofrimentos.

Eu só queria poder dormir uma noite tranqüila. Queria ter o direito de ser criança, brincar, correr e me divertir, mas só consegui fazer isso muitos anos depois quando já era adolescente.

Pelo menos, de tudo isso ficou este relato que pode ajudar outras tantas crianças a serem tratadas e protegidas.

Ass. Maria da Glória

A história apresentada reforça a importância de um atendimento articulado, rápido e eficiente. Percebemos vários percalços no atendimento realizado a Maria que fizeram com que ela voltasse atrás no seu relato. Prejudicando a prova da violência.

É preciso refletir e pensar em estratégias que tenham como prioridade a criança e que façam com que ela se sinta protegida pelo sistema e não refém dele.

Para você: Como seria uma REDE DE PROTEÇÃO à criança e/ou adolescente vítima de abuso sexual?

Questões:

- Quais aspectos foram adequados (protetores para a vítima) após a revelação da violência vivenciada por Maria?
- Quais aspectos foram inadequados (risco à vítima) no atendimento feito pela rede?
- Como seria uma rede de atendimento eficaz, nos casos de abuso sexual?
- Vamos construir uma rede de atendimento ideal? Com é possível torná-la real?
- Na comunidade que você trabalha como seria possível atender uma criança vítima de abuso que não violasse os seus direitos?

BIBLIOGRAFIA

ALBERTON, M. S. **Violação da infância: crimes abomináveis: humilham, machucam, torturam e matam!** Porto Alegre: AGE, 2005.

ALMEIDA, E. C. **Violência Doméstica: Um Desafio para a Formação do Pediatra.** Dissertação de Mestrado. Instituto de medicina social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

AMAZARRAY, M. R.; KOLLER, S. H. **Alguns aspectos observados no desenvolvimento de crianças vítimas de abuso sexual.** Psicologia: Reflexão e Crítica. v. 11, n. 3. 546-555, Porto Alegre, 1998.

ARENDT, H. **A Condição Humana.** Trad. de Roberto Raposo, Rio de Janeiro: Forense, 1985.

- ARIÉS, P. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- ASSMANN, H. **Reencantar a Educação: rumo à sociedade aprendente**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- AZAMBUJA, M. P. R. Violência doméstica contra crianças: Uma questão de gênero? In: M. Strey, M. P. R. de Azambuja & F. P. Jaeger (Orgs.). **Violência, gênero e políticas públicas** (V. 2, pp. 259-317). Coleção Gênero e Contemporaneidade. Porto Alegre: Edipucrs, 2004.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **Infância e violência doméstica: perguntelho**. São Paulo: IPUSP/Lacri. 1994
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **Crianças Vitimizadas: a síndrome do pequeno poder**. São Paulo: Iglu Editora, 1989.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **Pondo os pingos nos is. Guia prático para compreender o fenômeno**. Apostila do TelelacriTelecurso de Especialização na área da Infância e Violência Doméstica, São Paulo: LACRI/ IPUSP, 1995a.
- AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. A. **A Violência Doméstica na infância e na adolescência**. São Paulo: Robe, 1995b.
- BITENCOURT, C. R. **Tratado de direito penal: parte geral**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- BORBA, M. R. M. O duplo processo de vitimização da criança abusada sexualmente: Pelo abusador e pelo agente estatal, na apuração do evento delituoso. **Jus Navegandi**, 59. Retrieved in August, 11, 2008, from <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3246>, 2008.
- BRASIL. **Constituição federal, código penal, código de processo penal**. Porto Alegre, 2006.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: 25 mar. de 2010.
- BRAUN, S. **A Violência Sexual Infantil na Família: do silêncio à revelação do segredo**. Porto Alegre: AGE, 2002.
- BRINO, R. F.; WILLIAMS, L. C. A. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil**. *Cad. Pesqui*, n.119, p.113-128, 2003.
- BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- BRONFENBRENNER, U. **The ecology of human development**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.
- BRONFENBRENNER, U.; MORRIS, P. The ecology of developmental processes. In W. Damon (Org.). **Handbook of child psychology**. V. 1. New York: John Wiley Sons, 1998.
- CAMARGO, L.S.; LIBÓRIO, R.M.C. **A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais de educação do ensino fundamental de Presidente Prudente**. Relatório de Pesquisa não publicado. PIBIC-CNPq, 2005.
- CARVALHO, I. M.; ALMEIDA, P. H. **Família e proteção social**. Perspec. v.17 n.2 São Paulo abr./jun. 2003. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392003000200012&lng=es&nrm=iso&tlng=pt, 2003
- CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção Ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situação de risco. In: KOLLER, S. H. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- CHAFFE, L. **Canto de Cicatriz: a violência sexual contra meninas**. Filme. Porto Alegre: Atena Produções, 2005.
- CHAUÍ, M. (1998) Ética e violência. In.: **Revista td** 39, 1988.
- COHEN, C. **O incesto: um desejo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1993.
- CRAIDY, C. M. & KAERCHER, G. E. S. **Educação infantil: pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.
- DALTOÉ CEZAR, J. A. **Depoimento sem dano: uma alternativa para inquirir crianças e adolescentes nos processos judiciais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2007
- DAVIDSON, J; TAYLOR, J. S. Infância, turismo sexual e violência: retórica e realidade. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P; LIBÓRIO, R. M. C. (Org.) **Tráfico de Pessoas e Violência Sexual**. VIOLES/SER/Universidade de Brasília: Brasília, 2008.
- DESLANDES, S. F. (1994) **Prevenir a violência: um desafio para os profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP/CLAVESJorge Careli, 1994.
- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: Princípios e Práticas**. 5. ed. São Paulo:Gaya, 1998.
- DOBKE, V. **Abuso Sexual: A Inquirição das Crianças – Uma Abordagem Multidisciplinar**. Porto Alegre: Ricardo Lenz, 2001.
- FALEIROS, E. **O abuso sexual contra crianças e adolescentes: os (des)caminhos da denúncia**. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2003.
- FALEIROS, V. P. Abuso sexual de crianças e adolescentes: trama, drama e trauma. In: COSTA, L. F.; ALMEIDA, T. M. C. **Violência no cotidiano: do risco à proteção**. Brasília: Universa: Liber Livro, 2005.
- FINKELHOR, D. **The international epidemiology of child sexual abuse**. *Child Abuse and Neglect*, 18, 409-417, 1994.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 25 ed. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2002.
- FRAGOSO, H. C. **Pressupostos do crime e condições objetivas de punibilidade: Estudos de direito e processo penal em homenagem a Nélson Hungria**. Rio de Janeiro-São Paulo: Forense, 1962.
- FURNISS, T. **Abuso Sexual da Criança: Uma abordagem Multidisciplinar, Manejo, Terapia e Intervenção Legal Integrados**. Trad.: Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

- GILISSEN, J. **Introdução Histórica do Direito Penal**. 2 ed. Tradução de A. M. Hespanha e L. M. Macaísta Malheiros. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- GLASER, B. G.; STRAUSS, A.L. **The discovery of grounded theory**. New York: Aldine, 1967
- GONÇALVES, C. R. **Direito Civil: direito de família**. V. 2. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2002.
- GONÇALVES, H. S.; FERREIRA, A. L. **A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde**. Rio de Janeiro: Cad. Saúde Pública, n. 18(1), p.315-319, jan-fev, 2002.
- GROSMAN, C. P. e MESTERMAN, S. **Maltrato al menor: el lado oculto de la escena familiar**. Buenos Aires: Editorial Universidad, 1998.
- GUERRA, V. N. A. **Violência de pais contra filhos: a tragédia revisitada**. São Paulo: Cortez, 1998.
- HABIGZANG, L. F.; CAMINHA, R. M. **Abuso sexual contra crianças e adolescentes: Conceituação e intervenção clínica**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004).
- HABIGZANG, L. F.; KOLLER, S. H.; AZEVEDO, G. A. & MACHADO, P. X. **Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos**. V. 21. Psicologia: Teoria e Pesquisa. Brasília Sept./Dec. Print ISSN 0102-3772, 2005.
- HOBBS, T. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad: João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Nova Cultural. 1997
- JESUS, D. E. **Código penal anotado**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.
- KOLLER, S. H. Aspectos Psicossociais da Infância e adolescência na rua: uma visão ecológica. In: **O uso de drogas entre meninos(as) em situação de rua: Informações básicas para enfrentar a questão**. CEBRID, 1998.
- KOLLER, S. H.; DE ANTONI, C. Violência Intrafamiliar: uma visão ecológica. In: KOLLER, Silvia (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 2005
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo* In: **Carta acerca da tolerância: Segundo tratado sobre o governo e Ensaio acerca do entendimento humano**. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural 1989
- LOPES, J. L. **Curso de direito penal: parte geral**. 2 ed. São Paulo: RT, 1996.
- LOUREIRO, C. F. B. **Trajetórias e fundamentos da educação ambiental**. Rio de Janeiro: Cortez, 2004.
- MADANES, C. **Sexo, amor e violência: estratégias para a transformação**. Campinas/SP: Editorial Psy, 1997.
- MARQUES, M. S.; MAIO, J. S. M. O trabalho em rede e o depoimento em juízo: implicações ao atendimento de uma criança que sofreu abuso sexual e o cuidado com o profissional. In: LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (orgs.) **Trafico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.
- MARSHALL, T. H. **Cidadania e classes sociais**. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.
- MARTINS, M. O cenário familiar. In: **Maus tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: perfil da situação no Estado do Rio Grande do Sul**. 1998.
- MINAYO, M. C. S. e SOUZA, E. R. **Violência e Saúde Como um Campo Interdisciplinar e de Ação Coletiva**. História, Ciências, Saúde - Manguinhos, IV (3): 513-531, 1997/1998.
- MIRANDA, A. T. **O Abuso Sexual e a Destituição do Poder Familiar**. Trabalho Monográfico apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Direito. FURG, Rio Grande, 2004.
- MONTAGU, A. (1978) **A natureza da agressividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- MOURA, A. S. **A criança na perspectiva do abusador sexual**. Dissertação de Mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2007
- NARVAZ, M. G. **Quem são as mães das vítimas de incesto?** [on line] Disponível na Internet. <http://www.ailha.com.br/ceprua>. Acesso em 10/08/2004.
- NUCCI, G. S. **Código Penal Comentado**. 6 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.
- OMS. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Organização Mundial de Saúde 2002, n. 1, p. 1-42.)
- PALACIOS, J.; JIMÉNEZ, J.; OLIVA, A.; SALDAÑA, D. **Malos tratos a los niños en la familia**. In: RODRIGO M. J.; PALACIOS, J. (coords.). **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- PELISOLI, C. L. **Entre o público e o privado: Abuso sexual, família e rede de atendimento**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, 2008.
- Pelisol, C. L., Teodoro, M. L. M., & Dell'Aglia, D. D. **A percepção de família em vítimas de abuso sexual intrafamiliar: Estudo de caso**. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 59(2). Retrieved in 2007 Dec, 11, from <http://146.164.3.26/seer/lab19/ojs/viewarticle.php?id=159>, 2007.
- PIETRO, A. T. & YUNES, M. A. M. A denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar. In: RIBEIRO, P. R. C.; SILVA, F. F.; MAGLAHÃES, J. C.; QUADRADO, R. P. (org.). **Educação e Sexualidade: identidades, famílias, diversidade sexual, prazeres, desejos, preconceito, homofobia ...** Rio Grande: FURG, 2008

- PIETRO, A. T. **A denúncia de abuso sexual no ambiente escolar: o estudo de uma proposta de intervenção para professores do Ensino Fundamental**. Dissertação de Mestrado não-publicada, Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, 2007.
- PINCOLINI, A. M. F. **Família, justiça e abuso: bem estar e dinâmica familiar após julgamentos de abuso sexual**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2007.
- PRIORE, M. D. **História da criança no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1996.
- RAFFAELLI, M.; KOLLER, S.H.; REPPOLD, C. ; KUSCHICK, M.; KRUM, F. & BANDEIRA, D. R. **How do Brazilian street youth experience "the street"?** Trabalho apresentado na Urban Childhood Conference, Trondheim, Noruega. Março, 1997.
- RAFFAELLI, M.; KOLLER, S.H.; REPPOLD, C. T.; KUSCHICK, M. B.; KRUM, F. M.B.; BANDEIRA, D. R. & SIMÕES, C. Gender differences in Brazilian street youth's family circumstances and experiences on the street. **Child Abuse and Neglect**. V.24 (11), p. 1431-1441, 2000.
- RIZZINI, I. (1997) **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Petrobrás: Ministério da Cultura: USU Ed. Universitária: Amais, 1997.
- RODRIGO, M. J. & PALACIOS, J. **Familia y desarrollo humano**. Madrid: Alianza Editorial, 1998.
- ROURE, G. Q. (1996) **Vidas silenciadas: a violência com crianças e adolescentes na sociedade brasileira**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**, 5.^a ed., São Paulo: Nova Cultural. Os Pensadores, 1991.
- SANTOS, B. C., et alii. **Maus-tratos e abuso sexual contra crianças e adolescentes: Uma abordagem multidisciplinar**. São Leopoldo: Com-texto Gráfica e Editora, 1998
- SANTOS, B. S. **Discurso e poder**. Porto Alegre: Sergio Fabris, 1988.
- SANTOS, J. V. T. Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização. In: **Violências no tempo da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS, S. S. **Mães de meninas que sofreram abuso sexual intrafamiliar: reações maternas e multigeracionalidade**. Dissertação de mestrado: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento. 2007.
- SATO, M.; SANTOS, J. E.; ZAKRZEWSKI, S. Metamorfoses ambulantes. In: ZAKRZEWSKI, Sônia & BARCELOS, Valdo (orgs.). **Educação Ambiental e compromisso social** – percepções e ações. URI, 2004.
- SATTLER, M. K. Incesto: o silêncio dos inocentes. **Anais do I Congresso Brasileiro de Terapia familiar**. São Paulo: Associação Brasileira de Terapia Familiar, 1994.
- SCHRAIBER, L.B., D'OLIVEIRA, A. F.L.P. Violência contra mulheres: Interfaces com a Saúde. **Interface, Comunicação, Educação**. V.3, n. 5, 1999
- SCOBERNATTI, G. **Violência Intrafamiliar: Teoria e Prática**. Núcleo de Atenção à Criança e ao Adolescente. Pelotas: 2005.
- SILVA, J. F. S. da. **O Método em Marx e o Estudo da Violência Estrutural**. Disponível em: <http://www.franca.unesp.br/O%20Metodo%20em%20Marx.pdf>. Acesso em: 01/03/2010.
- SILVA, E. C. O agressor em pauta: fortalecendo medidas de prevenção à violência sexual. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria de Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (orgs.) **Trafico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.
- SIQUEIRA, A. C. ; BETTS, M. K.; DELL'AGLIO, D. D. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. **Revista Interamericana de Psicologia**, volume 40, número 2, pp 000-000, 2006.
- SOUSA, S. M. G.; CARVALHO, L. N.. Sentenciado por violência sexual contra crianças: reflexões preliminares. LEAL, M. L. P.; LEAL, M. F. P.; LIBÓRIO, R. M. C. (orgs.) **Trafico de Pessoas e Violência Sexual**. Brasília: VIOLES/SER/Universidade de Brasília, 2007.
- SOUZA JUNIOR, J. G. **Sociologia Jurídica: condições sociais e possibilidades teóricas**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.
- STEELE, B. F.; POLLOCK, C. B. A psychiatric study of parents who abuse infants and small children. In R. E. HELFER & C. H. KEMPE (Eds.) **The battered child**. Chicago: University of Chicago Press, 1968.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques**. London: Sage, 1990.
- TOLEDO, F. A. **Princípios básicos de direito Penal**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1994.
- UNICEF. Nações Unidas. **Infância e adolescência no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/activities.html>. Acesso em: 20/09/2010.
- UNICEF. **Um mundo para as crianças: Relatório da sessão especial da Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a criança**. Nações Unidas. Nova York, 2002.
- WASELSELFISZ, J. J. (Coord.) (1998a) **Juventude e violência: os jovens de Brasília**. Brasília/São Paulo: UNESCO/Cortez
- WIDOM, C. S. **The cycle of violence**. Science, n. 244, p. 160-166, 1989.

YUNES, M. A. M. & SZYMANSKI H. Grounded-theory & Entrevista Reflexiva: uma associação de estratégias metodológicas qualitativas para uma compreensão da resiliência em famílias. In: GALIAZZI, M. C.; FREITAS, J. V. (orgs.) **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005.

YUNES, M. A. M. **A Aplicação da grounded-theory como método de análise qualitativa no estudo da resiliência em famílias de baixa renda**. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói, v. 2, n. 13, p. 123-139, 2001.

YUNES, M. A. M.; ARRIECHE, M. R. O. ; TAVARES, M. F. A. **Meninos(as) de rua: vida na rua & vida na instituição**. Momento, Rio Grande, v. 10, p. 131-142, 1997.

YUNES, M. A. M.; MIRANDA, A. T. & CUELLO, S. E. S. Um olhar ecológico para os riscos e oportunidades. In: KOLLER, S. (org.). **Ecologia do desenvolvimento humano: pesquisa e intervenção no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. 2005

ZAFFARONI, E. R. **Tratado de derecho penal: Parte general**. Buenos Aires: Ediar, 1988.

ZAFFARONI, E. R.; PIARANGELI, J. H. **Manual de Direito Penal Brasileiro**. 2 ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

APÊNDICE J- Roteiro para o plano de intervenção

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
CENTRO DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS SOBRE MENINOS E MENINAS DE RUA
Curso Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: *por uma ação integrada no território*

PLANO DE AÇÃO: FORMAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Proponentes:
Local de execução:
Cidade:

II – TÍTULO:

III – JUSTIFICATIVA (Descrever o que será desenvolvido e o porquê da necessidade do Projeto para a comunidade/ escola).

IV – OBJETIVO (A partir da justificativa apresentada, definir com clareza o que se pretende alcançar).

V – PÚBLICO ALVO (Número de crianças / adolescentes que serão beneficiadas nesse projeto)

VI – ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO (Descrever quais, como e onde serão desenvolvidas as estratégias, de forma detalhada, possibilitando o entendimento de como o projeto será executado)

ATIVIDADE	COMO SERÁ DESENVOLVIDA	ONDE

VII - PARCERIAS (Identificar as parcerias envolvidas no projeto e o envolvimento com a rede existente na comunidade ou com a rede externa e descrever os convênios existentes com órgãos governamentais e não governamentais.)

VIII - RECURSOS:

IX - AVALIAÇÃO (Deve constar como será realizado o acompanhamento das atividades propostas no projeto, com qual periodicidade, quais os instrumentos onde ficarão registradas as constatações e quem serão os envolvidos nesse processo).

X – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

APÊNDICE K – Avaliação do programa

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
CENTRO DE ESTUDOS PSICOLÓGICOS SOBRE MENINOS E MENINAS DE RUA
Curso Reflexão e Diálogo sobre violência sexual contra crianças e adolescentes: *por uma ação integrada no território*

INICIAIS DO NOME: _____ DATA: _____

AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE INTERVENÇÃO

1. Queremos que preencha o quadro abaixo atribuindo valores de 01 a 10 aos assuntos relacionados:

ASSUNTOS AVALIADOS	NOTAS
1. Importância dos temas abordados	
2. Aplicabilidade dos assuntos para a função e papel de educador	
3. Compreensão dos assuntos	
4. Palestrantes	
5. Organização dos encontros	
6. Condições do local de realização dos encontros	
7. Sua motivação, antes dos encontros	
8. Sua motivação, após os encontros	
9. Seu conhecimento sobre os temas, antes dos encontros	
10. Seu conhecimento sobre os temas, após os encontros	

2. Qual módulo chamou mais atenção? Por quê? (use o verso se necessário)
3. Preencha os seguintes dados:
- a) Sua idade: _____
- b) Bairro onde reside: _____
- c) Sua formação: _____
- d) Atividade que desenvolve: _____
4. Qual a relevância dos assuntos tratados nos encontros? (use o verso se necessário)
5. O curso contribuiu de alguma forma numa mudança da sua percepção sobre as situações de abuso sexual? Em caso afirmativo, por favor, aponte quais foram as principais:
6. Você deseja fazer algum comentário ou sugestão? (use o verso se necessário)
7. Deixe um depoimento pessoal, por favor.